



**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ALDERBERTI BATISTA PRADO**

**CRÍTICA ONTOLÓGICA DA RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA NA SOCIEDADE  
CAPITALISTA MODERNA: A ECOLOGIA E SUAS REFRAÇÕES NO SERVIÇO  
SOCIAL**

**TOLEDO - PR  
2020**

ALDERBERTI BATISTA PRADO

**CRÍTICA ONTOLÓGICA DA RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA NA SOCIEDADE  
CAPITALISTA MODERNA: A ECOLOGIA E SUAS REFRAÇÕES NO SERVIÇO  
SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social.

Orientador: Dr. Alfredo Aparecido Batista.

TOLEDO - PR  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Prado, Alderberti Batista

Crítica ontológica da relação homem/natureza na sociedade capitalista moderna : a ecologia e suas refrações no Serviço Social / Alderberti Batista Prado; orientador(a), Alfredo Aparecido Batista, 2020.

118 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.

1. Serviço Social. 2. Natureza. 3. Metabolismo. 4. Modo de Produção Capitalista. I. Batista, Alfredo Aparecido. II. Título.

ALDERBERTI BATISTA PRADO

**CRÍTICA ONTOLÓGICA DA RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA NA SOCIEDADE  
CAPITALISTA MODERNA: A ECOLOGIA E SUAS REFRAÇÕES NO SERVIÇO  
SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alfredo Aparecido  
Batista  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

---

Prof. Dra. Esther Luíza de Souza Lemos  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

---

Profa. Dra. Yolanda Aparecida Demétrio Guerra  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

**Toledo, 03 de novembro de 2020**

## AGRADECIMENTOS

Circunscrita aos valores do mercado, a existência social reproduz, em grande medida, a lógica individualista e expropriadora do capitalismo. Nesse contexto, tendemos a considerar os frutos de nossas conquistas como realizações pessoais. O mérito que se imputa ao indivíduo, muitas vezes obscurece a totalidade da cadeia de atividades humanas necessárias à subsistência em sociedade. Desse modo, o ato de agradecer pode ser considerado uma espécie de restituição dos laços sociais que garantem o atendimento de nossas necessidades, sejam elas do estômago ou da fantasia. A acolhida a quem nos acolhe, não encerra nenhuma obrigação, antes reconhece a gratuidade e a satisfação que permeiam algumas relações, que representam a subversão do cálculo de interesses.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, professor Alfredo Batista, pela imersão no pensamento crítico de Marx e Lukács, pela paciência e empenho no processo de orientação, seja no âmbito da pesquisa, seja no âmbito do estágio docente. Agradeço também pelas discussões oportunizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GPEM), estas discussões tiveram uma considerável contribuição nos encaminhamentos dessa pesquisa.

Em segundo lugar, agradeço aos membros da banca examinadora da defesa: professora Yolanda Guerra, professora Esther Lemos, professora Isabel Lira e professora Marli Roesler. É uma satisfação e uma grande responsabilidade tê-las presente. Agradeço, sobretudo, ao trabalho que essas profissionais vêm realizando ao longo dos anos, seja no âmbito do ensino e da produção de conhecimento, seja junto aos órgãos e instâncias de representação da categoria.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unioeste (PPGSS): às assistentes Magali e Carmen, pela solicitude em nos atender. Estendo os meus agradecimentos ao professor José Alfonso Klein, por me convidar e incentivar o meu ingresso e permanência no Programa, e à professora Esther Lemos, pelas aulas de fundamentos do Serviço Social, agradeço a esses dois, imprescindíveis camaradas de luta, sobretudo, pela solidariedade de classe e pelo trabalho que vem realizando em torno da construção de um projeto societário da classe trabalhadora. Agradeço também à professora Rosana Mirales, pelas aulas de fundamentos, pelas contribuições no exame de qualificação, bem como, pelos subsídios oferecidos acerca do pensamento da tradição marxista. Agradeço ainda, à professora Marli Roesler, por me inserir no tema do meio

ambiente, junto às discussões do SEIPAS/GEIPAS e pelo trabalho que vem desenvolvendo há anos na área das políticas ambientais sustentáveis.

Agradeço aos discentes das turmas de 2017, 2018 e 2019, pelas discussões e pelas partilhas. Do mesmo modo, agradeço aos bolsistas: Caroline, Bruna, Ana Dourado, Natália, Adriel, Thaís, pela oportunidade de desenvolver um trabalho coletivo junto ao programa.

À acolhida por parte do colegiado do curso de Serviço Social da Unioeste. Aqui destaco os meus agradecimentos à professores, colegas, alunos do estágio e amigos do curso: aos professores, agradeço à Diuslene Rodrigues, coordenadora do curso na graduação; aos colegas, destaco Fernanda, Joice, Paula, Adélia, Letícia e Vilma; destaco também, no âmbito dos amigos, o meu agradecimento à três pessoas muito importantes a quem o Serviço Social me legou como companheiras de luta e de vida: Ana Claudia, Vivian e Mirele, a quem pude recorrer para revisões no texto e reflexões gerais sobre política e fundamentos do Serviço Social.

Alguns professores da Filosofia merecem ser aqui destacados, pela importância que tiveram em meu processo formativo: agradeço ao professor Bernardo Sakamoto, pela orientação na graduação; ao professor José Atílio, pelas aulas de lógica; ao professor Pedro Gambim, pelas aulas de Ética; ao professor José Luiz Ames, pelas aulas de Filosofia Política; à professora Francny Nyamien, pelas aulas de filosofia da educação e estágio, ao professor Hugo José Rohden (*in memoriam*) pelas discussões e esclarecimentos gerais sobre a história da filosofia. Agradeço ainda ao professor Rosalvo Schütz, pelas contribuições no exame de qualificação e pelo seu trabalho de pesquisa, que tem difundido a ecologia no pensamento marxista.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), por oferecer ensino, pesquisa e extensão de qualidade, bem como, por representar um núcleo de forte resistência na luta pela garantia e manutenção de uma universidade pública, laica, democrática e de qualidade. Estendo os meus agradecimentos aos servidores e estagiários dessa universidade, que possuem um papel fundamental para as atividades ali desenvolvidas, ressalto aqui, algumas dessas pessoas: os vigilantes Hilário, Marcelo e Luciano; a bibliotecária Terezinha; Dienifer, Leonardo, Cristiane e Marcelo, estagiários da biblioteca; Ibanez, da ADUCT, pelo seu empenho em divulgar as diversas manifestações de arte e cultura e também pelos cafés; e o servidor Hélio, do setor de informática.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo subsídio financeiro da pesquisa e também pelo investimento na educação superior no Brasil.

Aproveito a oportunidade para agradecer à minha família, especialmente ao meu pai Aldemir (*in memorian*) e à minha mãe Maria Elizabete pelos ensinamentos e cuidados elementares, pela humildade e coragem dessas pessoas que, para mim, sempre representam a força do trabalhador que “traga a dor e engole a labuta”, mas que segue firme e luta. No seio da família, estendo os meus agradecimentos à minha avó Idalina (*in memorian*), alento das minhas próprias “infâncias de Manoel”: mulher negra, nordestina, sempre corou “cada coração que norteia”, com seu “jeito sereno”. Ao meu avô Sebastião (*in memorian*), homem de vasta força e ternura, à minha avó Maria (*in memorian*), professora aguerrida, avó carinhosa; ao meu tio Aparecido, professor de Filosofia, que me despertou o apreço pelo conhecimento e pela política; ao meu tio Paulo pela presença considerável na minha criação; agradeço também a minha tia Margarete, pelo vigor e alegria de seus ensinamentos.

Os amigos, família que escolhemos, exerceram um papel importante na minha formação e na realização desse trabalho. As discussões, as partilhas, o desenvolvimento do espírito crítico e da rebeldia, encontra, no hábito e na convivência, o seu espaço de realização. Entre os imprescindíveis nesse processo estão: Heloíse, Renan, Angélica, Sol, Alexandre, Wellington, Luana, Luís, Talvani, Alessandra, Éber, Adélia, Neli, Doralice, Gelmano, Jéssica, Bruno Henrique, Bruno Vidotti, Adeilson e Mardiara, Renan Amorim, Camila, Michele, Lucas, Vinícius, Jhonathan, Rodrigo, Caio, Giovane, Joyce Correia, Daiane, Luiz, Eduardo, Rafael e Fábio. Registro aqui também a parte que cabe aos amigos que já “viajaram fora do combinado”: Ton, Mauro e Gil (*in memorian*). Todas essas pessoas fazem parte de uma história construída dia-a-dia, a elas dedico a minha eterna gratidão. Agradeço aos camaradas da Intersindical (núcleo de Toledo e Marechal Cândido Rondon), pelo apoio e compreensão durante o período desse processo: a mão dupla dos ensinamentos no coletivo, contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento intelectual e político.

Por fim, agradeço a toda a classe trabalhadora e seus aguerridos lutadores e intelectuais, aos precarizados e miseráveis dessa sociedade de classes, que desencarna o trabalho de seus produtos e mercadoriza a sua força.

*“Quem descobre quem sou descobrirá quem és.*

*E o como, e o por onde.*

*Toquei muito cedo toda a injustiça.*

*A fome não era só fome.*

*Mas a medida do homem,*

*o frio, o vento eram também medidas.*

*Mediu cem fomes e caiu o levantado.*

*E nos cem frios foi enterrado Pedro.*

*Um só vento durou a pobre casa.*

*Aprendi que o centímetro e o grama,*

*colher e légua mediam a cobiça,*

*e que o homem assediado caía depressa*

*para um buraco, e já não mais sabia.*

*Não mais, e esse era o lugar,*

*o real presente, o dom, a luz, a vida,*

*isso era, padecer de frio e fome,*

*e não possuir sapato e tremer*

*frente ao juiz, frente ao outro,*

*a outro ser com espada ou com tinteiro,*

*aos empurrões cavando e cortando,*

*assim,*

*fazendo pão, colhendo o trigo, a coser,*

*pregando cada prego que pedia madeira,*

*à terra penetrando como ao intestino*

*para tirar, às cegas, carvão crepitante*

*e mais ainda, subindo rios e cordilheiras,*

*cavando cavalos, movendo barcaças,*

*cozendo telhas, soprando vidros, lavando*

*roupa,*

*de tal maneira que pareceria*

*tudo isto o reino recém levantando,*

*uva resplandecente no seu cacho,*

*quando o homem se decidiu a ser feliz,*

*não era, não assim. Fui descobrindo*

*a lei da desventura,*

*o trono de ouro ensanguentado,*

*a liberdade alcoviteira,*

*a pátria sem abrigo,*

*o coração ferido e fatigado,*

*e um rumor de mortos de lágrimas,*

*secos, como pedras que caem.*

*E então deixei de ser menino*

*porque compreendi que para o meu povo*

*não lhe permitiram a vida*

*e lhe negaram sepultura”.*

*(Pablo Neruda)*



PRADO, Alderberti Batista. **Crítica ontológica da relação homem/natureza na sociedade capitalista moderna**: a ecologia e suas refrações no Serviço Social. 118 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2020.

## RESUMO

O trabalho dissertativo que se apresenta, encontra na ecologia a sua temática e tem por objeto a relação do homem com a natureza. O desenvolvimento do capitalismo nos conduz à cisão da tríade contida na noção de ser, e a conseqüente negação de seus níveis resguarda uma responsabilidade considerável pela barbárie da exploração e degradação da natureza na relação com o humano, é diante desse contexto, que o trabalho se propõe a responder a seguinte problemática: É possível afirmar, passados 200 anos da segunda revolução industrial, que essa ruptura metabólica é uma das maiores contradições sociais? Além disso, a crise ecológica decorrente, pode ser entendida enquanto conseqüência ou está gestada desde os fundamentos do projeto capitalista e seus modos de produção? Para tal, determinamos como objetivo geral: compreender, apreender e analisar a partir das obras de crítica da economia política, como Marx e a tradição marxista explicitam a relação do homem com a natureza, considerando as contribuições teóricas do Serviço Social para a discussão, assim como, as contribuições da discussão para o Serviço Social. No sentido de ensejar a realização do objetivo, estabelecemos com objetivos específicos: (1) explicitar historicamente a crise ecológica no desenvolvimento do capitalismo; (2) situar a crise ecológica enquanto uma expressão da “questão social”; (3) abranger o fundamento ecológico do pensamento de Marx e da tradição marxista. De natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, a pesquisa se guia pelo horizonte de compreensão da decisiva influência do capitalismo nos processos de degradação da natureza, buscando compreender, se as transformações ecológicas ao nível da consciência social são capazes de criar condições para uma transformação societária, igualmente capaz de ressituar a dimensão comum da relação do humano com a natureza.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Natureza; Metabolismo; Modo de Produção Capitalista.

PRADO, Alderberti Batista. **Ontological critique of the man/nature relationship in modern capitalist society**: ecology and its refractions in Social Work. 118 p. Dissertation (Master in Social Work). State University of Western Paraná, Toledo/PR, 2020.

## ABSTRACT

The dissertation work presented, finds its theme in ecology and its object is the relationship between man and nature. The development of capitalism leads us to the split of the triad contained in the notion of being, and the consequent denial of its levels safeguards a considerable responsibility for the barbarity of the exploitation and degradation of nature in the relationship with the human, it is in this context, that the work is proposed to answer the following problem: Is it possible to say, 200 years after the second industrial revolution, that this metabolic rupture is one of the greatest social contradictions? Furthermore, can the resulting ecological crisis be understood as a consequence or is it born from the foundations of the capitalist project and its modes of production? To this end, we determined as a general objective: to understand, apprehend and analyze from the critical works of political economy, as Marx and the Marxist tradition explain the relationship of man with nature, considering the theoretical contributions of Social Work to the discussion, as well such as the contributions of the discussion to Social Work. In order to enable the achievement of the objective, we have established with specific objectives: (1) to explain historically the ecological crisis in the development of capitalism; (2) situating the ecological crisis as an expression of the "social issue"; (3) cover the ecological foundation of Marx's thought and the Marxist tradition. With a bibliographic nature and a qualitative approach, the research is guided by the horizon of understanding the decisive influence of capitalism in the degradation processes of nature, seeking to understand whether ecological transformations at the level of social consciousness are capable of creating conditions for a societal transformation, equally able to replace the common dimension of the human's relationship with nature.

**Keywords:** Social Work; Nature; Metabolism; Capitalist Mode of Production.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>Capítulo 1. Os fundamentos ideo-teóricos da crise ecológica: uma perspectiva ontológica</b> .....	23
1.1 A dimensão dos pressupostos da discussão e da transversalidade dos temas: questão social e ecologia em interação .....	23
1.2 1.2 A dimensão histórico-política da questão socioambiental: correlação de forças entre as condições materiais de vida e da consciência humana no contexto do sistema capitalista .....	26
1.3 O avanço de uma racionalidade burguesa em contradição com a perspectiva ontológica: um processo de decadência que parte das concepções e se expande, ideologicamente, sobre a realidade social .....	31
1.4 Parâmetros filosóficos das relações metabólicas: a atividade humana em interação com os modos de ser .....	36
<b>Capítulo 2 - Os fundamentos materiais da “falha” na “interação metabólica” entre o social e a natureza</b> .....	46
2.1 A dimensão dos pressupostos da discussão acerca dos fundamentos materiais da degradação ambiental: o protagonismo do modo de produção capitalista nesse processo.....	46
2.2 A problemática da “interação” e “falha” metabólica em <i>O Capital</i> : a natureza nos processos de produção e valorização da mercadoria .....	50
2.3 Interfaces entre o conteúdo e a operabilidade da “falha metabólica” em contradição com a atividade humana fundante do ser social .....	56
2.4 A contradição entre capital e natureza e a crítica marxiana à exploração do trabalho no horizonte da história .....	65
<b>Capítulo 3 – As metamorfoses da questão socioambiental refratadas na discussão do Serviço Social: da fundamentação na análise aos desafios na intervenção</b> .....	71
3.1 Parâmetros da questão ambiental no Serviço Social: da materialidade histórica às novas determinações no cotidiano profissional .....	71
3.2. As determinações da questão socioambiental e as configurações conceituais da noção de desenvolvimento no debate do Serviço Social .....	81
3.3 Parâmetros de uma crítica marxista da ecologia: as condições e os modos de reprodução do capitalismo .....	91

3.4 A indissociável relação entre crise ecológica e modo de produção capitalista: a análise crítica da questão ambiental sob a compreensão do Serviço Social .....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

O atual estágio de desenvolvimento da sociedade na história, evidencia as marcas deixadas pelo ser humano no planeta. Do ponto de vista geológico, o conceito de Antropoceno denota a influência da atividade produtiva dos seres sociais sobre a natureza, mediante os efeitos nocivos das mudanças ambientais. Tais efeitos, promoveram transformações nos “processos geológicos e ecossistêmicos inerentes à toda biosfera” (BARCELOS, 2019, p.5). O processo de erosão e empobrecimento químico do solo, devido à agricultura e a pecuária de larga escala; o uso industrial da água; a alta concentração de metano, nitrogênio e carbono na atmosfera; o derretimento contínuo de calotas polares no ártico; a construção de barragens e os desastres no âmbito da produção de energia hidroelétrica; os crimes ambientais da indústria de energia nuclear, além do uso bélico dessa energia; bem como o desmatamento massivo da floresta amazônica, além de outros tantos fenômenos, são algumas dessas marcas legadas pela atividade humana sobre o planeta.

Todavia, para estabelecermos um marco temporal das transformações qualitativamente danosas no âmbito dos processos naturais, não podemos ignorar os efeitos produzidos pelo processo de industrialização. Nos últimos três séculos, a atividade humana, sob a égide do modo de produção capitalista, alterou decisivamente as condições naturais da vida. É centrada na compreensão sobre como o capitalismo opera um projeto reorganizador do mundo material e, nesse processo, desequilibra a relação entre o humano e a natureza, que Jason Moore (2017) cunha o conceito de Capitaloceno, para definir o marco temporal nas mudanças ambientais mais catastróficas da história da humanidade.

As revoluções industriais representaram um processo social de reorganização produtiva, que impacta na reprodução do metabolismo comum entre humano e natureza. Barcelos (2019) concebe os fenômenos nevrais da industrialização, urbanização e crescimento populacional gerados pela Revolução Industrial do século XVIII, como “desdobramentos e expressões cíclicas dos processos de produção e reprodução do capital e das dinâmicas de longa duração que foram transformando a ecologia do capital” (BARCELOS, 2019, p.11 apud CARVALHO, 2015; MOORE, 2013<sup>a</sup>).

Tendo em vistas o contexto de estabelecimento do modo de produção capitalista na sociedade moderna, a presente abordagem se propõe a compreender a crise ecológica da sociedade contemporânea em sua longa gestação no ventre da sociedade capitalista. É no horizonte das “metamorfoses” da “questão social”, que somos desafiados a analisar e compreender as consequências da dinâmica produtiva do capitalismo face a crise da ecologia.

A perspectiva ontológica que ora assumimos, emerge de um contexto onde a produção das riquezas e a reprodução da vida social desefetiva os laços simbióticos entre o ser humano e o ser natural. A manutenção da interação harmônica da vida metabólica comum entre o humano e a natureza, reavalia os modos de produção e os valores mercantis adotados pelo capitalismo. Desse modo, compreendemos que a caracterização de uma crise ecológica deve levar em conta a interdependência entre os níveis de ser e a ruptura desses laços que os integram.

A preocupação do pensamento de Marx com as implicações da indústria capitalista moderna à natureza é, segundo Foster “um compromisso sistemático com a revolução científica do século XVII e o meio ambiente do século XIX mediante um profundo entendimento filosófico da concepção materialista de natureza” (2014, p.37). Essa característica ecológica do pensamento de Marx é realçada pela incidência de investigações científicas sobre a subsistência humana e a sua relação com o solo e, de modo geral, sobre as consequências da agricultura capitalista.

É diante do contexto (histórico) e do texto (análise crítica) que o presente trabalho dissertativo se aloca. Apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social (PPGSS), nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), o trabalho intitulado “Crítica ontológica da relação homem/natureza na sociedade capitalista moderna: a ecologia em questão” assume como **tema** de pesquisa a ecologia e tem por **objeto** a relação entre o ser humano e a natureza.

Considerando que a exploração e a degradação nas relações estabelecidas entre os homens e a natureza é, desde o vislumbrar da sociedade capitalista, um conteúdo irreversível se continuarmos insistindo em manter e/ou ampliar o projeto de sociedade burguês, a pesquisa que apresentamos, institui como **problema** as seguintes questões: É possível afirmar, passados 200 anos da segunda revolução industrial, que essa ruptura metabólica é uma das maiores contradições produzidas na relação cotidiana entre os seres? A crise ecológica decorrente pode ser entendida

enquanto consequência ou está gestada desde os fundamentos do projeto capitalista e suas particularidades no interior do modo de produção capitalista?

Sob a emergente realização da problemática, se revela a problemática da realização desse trabalho. Trazer à tona as condições de realização desta pesquisa é, de certo modo, trilhar os passos que guiaram o processo teórico rumo a seu termo. Considerando a abertura que a pesquisa resguarda, não há como delimitar a totalidade das condições de sua realização, nos limitamos a apontar alguns traços gerais que foram determinantes para o desenho desse trabalho, cuja concepção, objetiva a diversidade de experiências que constituíram as condições subjetivas dessa pesquisa.

A produção científica enquadrada sob o modo de produção capitalista, se depara com as exigências e necessidades de reprodução de sua modalidade própria. As exigências normativas de enquadramento institucional das pesquisas à realidade objetiva, estipula as proporções métricas de um modelo social da atividade científica, assim como de todas as atividades laborais da sociedade atual. O condicionamento à um nível temporal, reforça a lógica espontânea do consumo (e não da reflexão) das informações (e não do conhecimento) que competem as gondolas do mercado. Desse modo, reforça ainda as relações instituídas de trabalho: que limita a produção autônoma e associada do conhecimento, exercendo o controle sobre as atividades humanas. É imerso na concretude de uma realidade dinâmica, que por um lado resiste e por outro padece, que se insere esta pesquisa.

A pesquisa que se apresenta é o resultado de um processo que se inicia muito antes do ingresso no PPGSS (em 2018), é parte de um processo transformador de minha própria mentalidade. Em 2009, ainda graduando em Filosofia (também na Unioeste), entrei em contato com a temática ambiental através de estudos realizados sobre bioética, junto a um núcleo de pesquisa composto por bolsistas PET e PIBIC da Filosofia e bolsistas PET do Serviço Social. Esse encontro foi proporcionado e coordenado pelo professor Dr. Bernardo Alfredo Sakamoto (meu orientador na Filosofia) e a professora Dra. Marli Renate von Borstel Roesler (tutora do PET/Serviço Social), líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Ambientais e Sustentabilidade (GEPPAS/UNIOESTE) e especialista na temática do meio ambiente e do uso sustentável dos recursos naturais.

O contato com algumas das principais obras da bioética, como *Ética Prática* (ano) de Peter Singer, e com as discussões dos especialistas foram fundamentais

para o desenvolvimento de minhas concepções intelectuais, mas, sobretudo, para o desenvolvimento de uma concepção prática de vida que adotaria doravante: de 2009 até então, adotei o veganismo como uma posição política contrária à exploração animal e toda a sua cadeia industrial de utilização irresponsável dos recursos naturais, promovida pelo capitalismo.

O tempo seguiu o seu curso e as minhas concepções ecológicas se arraigavam na medida mesma em que as minhas reflexões se voltavam cada vez mais ao âmbito das ciências sociais. A necessidade de reivindicação dos direitos básicos, me conduziu a participar de instâncias coletivas de organização política, primeiro no movimento estudantil e no movimento sindical dos professores estaduais, depois na Intersindical, um coletivo que atua como um instrumento de organização política da classe trabalhadora, junto às instâncias representativas dessa classe. A participação no movimento estudantil e no movimento sindical, oportunizou o contato com o professor Dr. José Alfonso Klein, estudioso dos movimentos sociais na América Latina e Caribe e engajado militante político de esquerda.

O convite de Alfonso a integrar o coletivo da Intersindical (núcleo de Toledo e Marechal Cândido Rondon) foi aceito por mim. Foi na Intersindical que tive a oportunidade de conhecer a militância de esquerda e as diversas matrizes do pensamento marxista, destaco aqui as contribuições do camarada (e especialista no tema) Dtdo. Luís Fernando Jacques, no diálogo sempre vivo da ecologia marxista. Junto à apresentação da ecologia de Marx, veio o convite de Alfonso a concorrer uma vaga no mestrado de Serviço Social na Unioeste, programa que o professor leciona. Aceitei o convite e embarquei rumo às amplitudes desconhecidas do pensamento marxiano e da tradição marxista.

Foi diante de um cenário político catastrófico, que nos impunha difíceis condições psicológicas e sociais, que me lancei à pesquisa e desenvolvimento de um pré-projeto de mestrado para submeter-me ao processo de seleção. É salutar que eu ressalte o apoio tão diverso, quanto necessário que obtive nesse processo. Nesse contexto, ressalto o apoio de algumas pessoas, como: de meu orientador, professor Dr. Alfredo Aparecido Batista, sempre comprometido com a pesquisa em desenvolvimento, seja nas orientações, no estágio docente, seja nas discussões e esclarecimentos teóricos promovidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM); ao apoio da coordenação do PPGSS, representada na pessoa da professora Dra. Esther Luiza de Souza Lemos; o apoio financeiro da CAPES; a



presença substancial de minha mãe Maria Elizabete; o apoio do professor Alfonso, enquanto guia na concepção de natureza em Marx e enquanto camarada; os demais camaradas da Intersindical; e os amigos mais próximos, com os quais dialoguei e aprendi sempre. Destaco o apoio dessas pessoas no processo de realização desse trabalho, pois o meu ingresso no mestrado é marcado por um período em que me encontrava desempregado e sem condições financeiras de me manter em pesquisa, situação essa, que perdurou até o término do primeiro semestre no curso.

Consubstanciada entre as dificuldades pessoais e as dificuldades impostas pela nossa situação política recente, a pesquisa se desenvolve, num contexto de insegurança a nível institucional por conta das ameaças e dos ataques efetivos deferidos contra a educação e a pesquisa no país e um desmonte das políticas sociais. O subsídio oferecido por alguns docentes do programa foi fundamental para me situar nas discussões do Serviço Social em busca de inserir a minha pesquisa nesse âmbito de discussões.

A disciplina de Fundamentos do Serviço Social, ministrada pelas professoras Dra. Esther Luíza de Souza Lemos e Dra. Rosana Mirales foi de grande importância para o meu percurso formativo no Serviço Social, pois teve uma contribuição fundamental nessa inserção. Permitiu-me vislumbrar as amplas dimensões da discussão acerca dos fundamentos teóricos da profissão, bem como dos marcos históricos que compõe o processo de inserção de uma cultura profissional, seus agentes, bem como da intervenção política da profissão, dos princípios éticos que a norteiam a luta social por conquistas e garantias de direitos.

As aulas situaram o horizonte do diálogo histórico, delimitando as determinações e os traços específicos do exercício profissional desde as bases conservadoras de sua emergência, passando por processos históricos, políticos e metodológicos de renovações conceituais importantes até os fundamentos que norteiam as teorias político-pedagógicas, que resguardam os compromissos éticos da profissão.

A disciplina Trabalho, Questão Social e Serviço Social e o tópico sobre os fundamentos da teoria social de Marx e da tradição marxista, ministrada pelo professor Dr. Alfredo Batista foram imprescindíveis para a fundamentação ontológica desse trabalho, pois explorou a dimensão dos fundamentos filosóficos contidos nas obras de Marx (1975) e de Lukács (2013).

Na disciplina foi explorado o contexto de gestão e emergência da “questão social” numa sociedade capitalista em sua fase progressista e em sua posterior fase conservadora, marcada pelas generalizadas condições de miséria na vida do proletariado urbano do século XIX e constituída desde suas bases na relação contraditória entre o capital e o trabalho. Enquanto que no tópico, fizemos um estudo dirigido do primeiro capítulo de *O Estruturalismo e a Miséria da Razão* (2010) de Carlos Nelson Coutinho. O contato com o texto em questão, foi fundamental para a compreensão dos elementos ide-teóricos das concepções filosóficas que vigoraram no ambiente acadêmico e político da sociedade brasileira durante o conturbado período dos anos 60.

O contexto em questão mostra as novas determinações e dinâmicas do sistema capitalista, fundados numa racionalidade burguesa, que segundo Coutinho, traceja um processo de decadência da razão moderna que culmina na total miséria de um irracionalismo. Foi de suma importância compreender os princípios ontológicos que o autor resgata de Lukács, para a defesa de uma razão histórica e crítica frente ao que Netto (2010) em seu posfácio denomina de “maré da cultura regressiva”.

Outras duas contribuições nesse processo, foram os tópicos: Direitos humanos e a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: desafios aos países da América Latina e do Caribe, ministrado pela professora Dra. Marli Renate von Borstel Roesler; e o tópico especial sobre a luta de classes no século XXI na América Latina, ministrado pelo professor Dr. José Alfonso Klein.

No primeiro tópico, tivemos a oportunidade de discutir e analisar criticamente os principais documentos e resoluções que norteiam a implementação das políticas ambientais, tais como, os relatórios CEPAL e da ONU sobre os parâmetros estabelecidos para o desenvolvimento sustentável, enfocando questões pertinentes ao contexto latino-americano, tais como, a questão da autogestão dos povos nativos, a dinâmica excludente do capitalismo em relação à garantia de direitos fundamentais às crianças, mulheres e, de modo geral, à classe trabalhadora. Um ponto fundamental, constantemente ressaltado, é a questão que está na base da luta por conquista e a garantia dos direitos fundamentais.

No segundo tópico, tivemos a oportunidade de tematizar a América Latina e Caribe nos limites do imperialismo que a assola. O enfoque da centralidade da classe trabalhadora foi de grande préstimo para a compreensão das condições generalizadas de pauperização. Desde as estruturas do sistema capitalista, a contradição entre o

capital e o trabalho, impõe marcas profundas na sociabilidade dos países subdesenvolvidos. A ocasião de estudarmos a classe trabalhadora de 7 países da América Latina e Caribe, em suas condições de vida e trabalho, em suas relações sociais de produção e, em suma, toda uma ordem societária dependente, contribuíram para o entendimento dos fatores estruturais e conjunturais do cenário político continental, numa trajetória que traz à tona o processo de formação social desde a colonização, passando pelas ditaduras nos anos de 1960 e 1970, até a atual situação da América Latina, vemos traços muito próprios nas relações sociais que culminam no estado de desmonte de direitos.

Esses dois tópicos tiveram uma contribuição considerável na pesquisa, por tematizar a questão dos direitos fundamentais em contraposição com as políticas liberais implementadas no Brasil e na América latina. Ao mesmo passo que dimensionam os desafios que são colocados pela realidade social, apresenta um pouco da história e dos instrumentos pelos quais se trava a luta por direitos fundamentais de uma sociedade de classes.

A relevância acadêmico-científica dessa pesquisa será tanto maior, quanto maior for o alcance dos objetivos que nos incumbimos. Em busca de uma compreensão metabólica da relação homem/natureza, nossa pesquisa objetiva proporcionar um diálogo entre o marxismo e a ecologia, bem com contribuir com as investigações acadêmicas sobre os fundamentos da ecologia e da crise ecológica, mediante o levantamento de algumas das principais consequências da crise ecológica e do encaminhamento crítico dos autores sobre a questão.

A relevância social da pesquisa centra-se na possibilidade de acréscimo na compreensão dos fundamentos da desigualdade na produção e reprodução das relações sociais, que inclui a relação do homem com a natureza. Do mesmo modo, a ampliação de fontes e de fundamentos ídeo-teóricos do marxismo visa difundir a concepção ecologia dessa tradição de pensamento no Serviço Social. No sentido de alargar o horizonte de compreensão da “questão social” a partir da exploração e apropriação de suas expressões e determinações, buscamos contribuir para o vislumbre de um projeto ético-político e educativo de transformação societária.

A temática ecológica é importante para mensurar, de modo crítico, o impacto socioambiental da produção industrial e agrícola e para compreender, numa perspectiva histórica, a apropriação da natureza pelo capital. Quando articulamos as atuais questões ambientais que afligem o Brasil e o mundo com a gênese das

questões ambientais da Segunda Revolução Industrial (século XIX), constatamos novas modalidades do instrumental estratégico e operacional do capitalismo, malgrado, a repetição da história, antes tragédia, agora farsa (MARX,1978), a “predação capitalista” segue em curso, bem como o seu projeto colonizador da natureza (MORENO, 2007). Nessa esteira do capitalismo, os países periféricos, como é o caso do Brasil, são largamente afetados.

No país do “crime de Mariana” e de Brumadinho, do envenenamento de embriões pelo constante aumento do uso de agrotóxicos, da chacina de Pau d’arco, a impunidade preserva uma iconografia da destruição e os seus rumores nefastos se alastram como tumores sobre a terra: desabriga famílias ribeirinhas e povos nativos, extingue ecossistemas, persegue e condena culturas diversas. Essas são algumas das consequências que refletem o domínio do latifúndio e da indústria sobre a vida. Seja ao nível social, seja orgânico e inorgânico, o desequilíbrio da vida tem se operado em escala industrial, no contexto sócio-histórico dos dois últimos séculos.

A defesa dos interesses ruralistas é feita por quem (supostamente) deveria representar os interesses da sociedade civil. O ministério do meio ambiente do Brasil (no governo de Jair Bolsonaro, 2019-2022), deixa transparecer a aliança e cumplicidade com a exploração e violência deferida contra a natureza e os povos nativos.

Enquanto a Amazônia, e o Pantanal brasileiro ardem, sobre as chamas capitais da ganância rural-imperialista, a sociedade atual delimita o seu domínio impróprio e ameaça toda a espécie e gênero de diversidade, seja biológica ou cultural. Temos vivenciado a redução da vida (orgânica, inorgânica e social) às cinzas que caem ante o fogo que devora e o vento ígneo que espalha a putrefação, deixando em seu rastro claustrofóbico a consciência da integração metabólica entre os níveis de ser: vemos a floresta carbonizada em destroços cair como chuva seca e noite antecipada nas cidades, nos sufocando e envolvendo os propósitos dos seres em seu cortejo funesto, os impõe a “medida trágica do progresso” social fomentado por esse modelo civilizatório, altamente insustentável.

Nesse contexto dramático que vivenciamos, o resgate de uma perspectiva de restituição ontológica de valor da natureza, face a instrumentalidade imputada pela ideologia consumista, se constitui como uma tarefa de grande préstimo para a análise da realidade social.

Como encaminhamento norteador de nossa pesquisa, estabelecemos como **objetivo geral**: compreender, a partir das obras de crítica da economia política, como Marx e a tradição marxista explicita a relação homem/natureza. Para o alcance de nosso objetivo, adotamos três **objetivos específicos**, quais sejam: explicitar historicamente a crise ecológica no desenvolvimento do capitalismo; situar a crise ecológica enquanto uma expressão da “questão social”; e abranger o fundamento ecológico do pensamento de Marx e da tradição marxista.

A pesquisa que apresentamos possui a **natureza** bibliográfica, que caracteriza por ter como referência materiais impressos ou digitalizados: livros, artigos, ensaios, teses. Propõe, de acordo com Severino (2007), uma investigação das categorias teóricas, que se combinam ou se contradizem na constituição da pesquisa. A interpretação crítico-analítica das referências visa encontrar os possíveis desdobramentos das questões suscitadas, com a finalidade de ampliar e produzir novos conhecimentos. Além disso, classificamos a **abordagem** empregada como qualitativa, que, de acordo com Minayo (2001), este tipo de pesquisa lida com uma gama conceitual de significações, motivações, valores e ações de processos e relações profundamente arraigados e difusos, desse modo, irredutíveis à quantificação.

O **primeiro passo metodológico** fundante desta pesquisa científica foi a realização do **levantamento bibliográfico geral**. Este levantamento foi operado mediante duas fontes principais de consulta: 1) o “*Banco de Teses e Dissertações*” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); 2) a biblioteca física central e a biblioteca setorial de Filosofia da UNIOESTE. A partir de um levantamento bibliográfico introdutório realizamos uma revisão geral da bibliografia acerca da ecologia na grande área das ciências humanas e sociais, no intuito de articular o objeto dessa pesquisa com o tema. O delineamento inicial do tema exerceu um considerável papel na seleção das fontes primárias e as fontes secundárias necessárias ao processo de produção da pesquisa. Esse primeiro passo foi de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa, na medida em que contribuiu com a formação de um horizonte de pesquisa, com uma dinâmica de aproximação e distanciamento, de diálogo e crítica acerca das concepções e implicações do pensamento ecológico para a sociedade.

O **segundo passo metodológico** foi a classificação das fontes primárias e das fontes secundárias da pesquisa. Como fontes primárias, nos utilizamos de: 1) obras originais; 2) obras que tivessem uma vinculação com o objeto estudo; 3) obras que

tematizam diretamente a questão ambiental no contexto da sociedade capitalista. Como fontes secundárias, nos utilizamos de produções que não tematizam exclusivamente o nosso objeto de estudo, mas que possui uma relevância considerável, na medida em que nos oferecem os aportes fundamentais e complementares para uma discussão interdisciplinar, que envolve a economia política, a ética, a ontologia. Esta **decomposição a nível didático** foi realizada com o intuito de viabilizar a exploração das informações e dados na literatura científica existente (no Brasil), em busca do alcance aos objetivos específicos da pesquisa.

O **terceiro passo metodológico, foi o *tratamento das informações***. Para tal propósito, a organização dos dados e aportes teóricos foi fundamental para a extração dos elementos principais que possibilitaram um melhor discernimento acerca das informações essenciais obtidas pelos procedimentos metodológicos que precedem esse passo. Empregamos dos recursos de fichamento de citação, resumos e resenhas para extrair a súmula das obras trabalhadas com o propósito de aprimorar o processo de localização das informações. A partir da leitura crítica e dialogada dos materiais identificamos as principais categorias de análise que permeiam a nossa discussão.

Inserido no método de investigações analíticas da teoria social crítica e, tendo em vista o dimensionamento ontológico do objeto dessa pesquisa, guiamos o raciocínio sob orientação elementar e ídeo-teórica da história e da razão dialética, em alinhamento com Coutinho (2010). No incurso da análise marxista, disporemos de abordagens metodológicas que se constituem como complementares ou mesmo “decomposições”, a um nível pedagógico, no desenvolvimento e desdobramento metodológico dos “marxismos”. Hobsbawm (1995) com o método da *crítica histórica*; Diegues (2000) com a abordagem *sócio-ambientalista*; e Foster (2014), numa perspectiva totalizante, pontua duas fases metodológicas na concepção materialista de Marx, a saber: uma abordagem *materialista de natureza* e uma abordagem *materialista de história*. Atentos aos estágios metodológicos do materialismo histórico-dialético se avaliará a sua complementariedade ou contradição das abordagens, na aplicação teórico-prática dessa pesquisa.

O trabalho dissertativo foi organizado em três capítulos: Capítulo 1: Os fundamentos ídeo-teóricos da crise ecológica a partir da perspectiva ontológica; Capítulo 2: Os fundamentos materiais da “falha” na “interação metabólica” entre o social e a natureza; Capítulo 3: A questão socioambiental no Serviço Social: da fundamentação na análise aos desafios na intervenção.

No primeiro capítulo apresentamos a crise ecológica a partir de seus fundamentos. Neste capítulo, trabalhamos com os fundamentos ideo-teóricos da racionalidade burguesa ascendente do século XVIII, bem como o contexto nascente da questão social no século XIX, fruto da crescente industrialização da sociedade, que em seu ventre gesta uma crise de dimensões ecológicas ampliada. Ensejamos aqui, sobretudo, compreender a mentalidade dicotômica e formalista, sob a forma de idealismo, gestada desde os fundamentos do projeto societário capitalista: esse primeiro momento analisa o processo de “decadência” da razão positiva: um caminho que parte da formalização e abstração dos princípios éticos, em sua relação com a natureza, e vai até o irracionalismo das correntes neopositivistas. Mediante a exposição dos princípios ético-filosóficos da *Ontologia do Ser Social II* de Lukács (2013), estabelecemos um parâmetro da interação metabólica entre os seres, para que se compreenda, a nível ontológico, a contradição entre os seres, operada pelo capitalismo.

No segundo capítulo abordamos a questão dos fundamentos materiais da ruptura metabólica operada na relação do humano com a natureza. Ressalta aqui a materialidade dessa ruptura na relação ética do homem com a natureza, particularmente, no modo de produção capitalista. Nesse ponto, investigamos, a partir de Marx (1975), o papel do trabalho na reprodução do sociometabolismo que permeia o ser humano (social) e o ser natural (orgânico e inorgânico). Nesse sentido, a contradição entre capital e trabalho, na dinâmica do processo de trabalho e valorização, desregula a interação interdependente entre os seres.

No terceiro capítulo aborda a questão das determinações da questão socioambiental inserida no horizonte teórico e no ideário político do Serviço Social, com ênfase no caso brasileiro. Ensejamos a ocasião de analisar os documentos e dispositivos legais que norteiam o campo de lutas por direitos. Em contraposição às garantias, expomos incompatibilidade dos princípios legais com a realidade cotidiana. O capítulo nos permite, ainda, a abordagem dos principais autores da tradição de pensamento marxista, sejam eles do Serviço Social, sejam da grande área das ciências humanas e sociais, estes autores estabelecem uma mediação entre o pensamento clássico de Marx e a ecologia, oferecendo a necessária fundamentação para a discussão transversal do tema. É diante desse cenário que propomos refletir acerca da dimensão dos desafios que a atualidade coloca ao assistente social, e a toda esfera de atuação profissional e teórica, às voltas com a questão socioambiental.

## Capítulo 1. Os fundamentos ideo-teóricos da crise ecológica: uma perspectiva ontológica

### 1.1 A dimensão dos pressupostos da discussão e da transversalidade dos temas: questão social e ecologia em interação

O trabalho dissertativo que ora apresentamos, se propõe a apreender, compreender e analisar a dimensão histórico-filosófica da “questão ambiental” a partir da construção teórica-metodológica e ético-política que se encontra nos fundamentos da perspectiva marxiana e da tradição marxista, ou nos moldes em que Foster a pensou, situar um “materialismo-ecológico”<sup>1</sup>. De acordo com Aron “o método de pesquisa que se respalda em Marx, consiste em ir do abstrato ao concreto, quer dizer, das categorias ao conjunto histórico singular das categorias abstratas para progressivamente reencontrar a totalidade concreta” (2008, p. 441).

Dadas às bases metodológicas da abordagem, desponta à discussão a crítica de Marx (1818-1883) e Lukács (1885-1971) ao pensamento filosófico idealista, denunciado em seu caráter de “positivismo não crítico”, foi introduzido por Leibniz em meados do século XVII, atribuindo o conceito à doutrina de Platão (427 a.C.-347 a.C.), entretanto, foi Kant (1724-1804) quem introduz o termo e significação em definitivo. Em contraposição ao “Idealismo Material” de Berkeley (1685-1753), Kant cunha o termo “Idealismo Transcendental”, que, na esfera imediata do tratamento teórico, reduz o objeto do conhecimento à representação ou ideia.

O idealismo transcendental de Kant assume as deduções a priori como critério de inteligibilidade, mas não se ocupa de aproximar-se do real, antes, deduz o modo pelo qual o sujeito conhece, apropriando o método por objeto, afirmando, portanto, uma concepção agnóstica do conhecimento do real. Contrapondo à construção elaborada e universalizada por Kant, Marx e Lukács efetivam, de forma rigorosa, a crítica em relação à racionalidade moderna (racionalidade que nega a dimensão ontológica do conhecimento e da atividade humana) e que reduz o conhecimento epistêmico na questão basilar em: “como podemos conhecer”.

---

<sup>1</sup> A obra de FOSTER (2014), tem significado determinante no conteúdo que iremos apresentar no desenvolvimento do capítulo 2 desse trabalho dissertativo, momento em que se enseja um mapeamento dos fundamentos materiais de uma crítica ecologista a partir do pensamento ontológico de Marx e Lukács.



O elemento subjetivo ganha força na inversão dos polos do conhecimento (revolução copernicana), e se veta o caminho de conhecimento do real, pois este se encontra velado no objeto: uma realidade “em si”, sendo objeto de conhecimento somente o dado de imediato à sensibilidade: o fenômeno. Em não sendo objeto de conhecimento do sujeito kantiano, a “coisa-em-si” (*noumenon*) é relegada a mera contemplação do pensamento. Nesse ponto, a perda da dimensão ontológica do conhecimento do objeto se bifurca em uma perda da dimensão da verdade, por não ser o real o critério fundante de uma tal gnosiologia.

Nesse sentido, respaldados em Marx (1975) e Lukács (2013), acerca do processo de cisão da tríade contida na noção de ser, compreende-se que não há uma unidade entre os seres orgânico, inorgânico e social na construção histórica civilizatória e, em particular, no desenvolvimento do capitalismo. A negação da unidade traz consequências materiais concretas, criando cenários que explicitam, parcialmente ou em sua totalidade, o caminho que estamos trilhando a compreensão de uma sociabilidade, desembocando sob a dimensão de uma progressão a barbárie.

Compreendemos que a destruição ecológica é parte constitutiva, intrínseca ao projeto societário capitalista burguês. No entanto, no decorrer da história do capitalismo presenciamos diferentes resultados da destruição, no tempo e no espaço. Utilizando da contribuição de Querido (2016), que discorre sobre o marco histórico da crise ecológica, das dimensões da questão e da necessária imbricação entre os problemas ambientais e o modo de produção capitalista, afirmando que,

Desde meados de 1970, é possível perceber a emergência vertiginosa de uma crise ecológica sem precedentes, resultado do ímpeto destrutivo do capitalismo que, naquele momento, reorganizava significativamente os seus parâmetros de acumulação e reprodução ampliada de capital. De lá para cá, os sinais de alerta provocados pela destruição do meio ambiente anunciaram-se em escala crescente: do crescimento exponencial da poluição do ar, da água potável e do meio ambiente à acelerada destruição das florestas tropicais e da biodiversidade, do esgotamento e desertificação do solo à drástica redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies, entre outras catástrofes potenciais, vários são os exemplos do caráter destrutivo do modelo civilizatório (QUERIDO, 2016, p.25).

O delineamento teórico que ora se apresenta, encontra um horizonte de explanação e pertinência nos marcos de uma discussão sobre os fundamentos do Serviço Social, bem como da dinâmica das relações e estruturas sociais. As

mudanças históricas e teóricas em seus diferentes níveis do último século nortearam a emergente situação da natureza. Confluída numa perspectiva antagônica a “consciência ecológica” se alastrou face aos problemas ambientais, sem conter a força da ideologia dominante, culminando na designada “crise ecológica”. Produto da forma como a estrutura histórico-social transformou seus valores, a “crise da socioecologia contemporânea” (FOSTER, 2014, p.14) é uma interface das consequências presentes na totalidade das metamorfoses da “questão social” que prescinde de uma abordagem crítica que situe seus fundamentos e repercussões.

Sob o jugo da repercussão, como a mais hiperbólica e efetiva do sistema capitalista, a “questão social”, que se revela a das contradições fundante desse modo de produção, a saber, a contradição entre capital e o trabalho, segundo J. P. Netto (2001, p.43), manifestando na terceira década do século XIX, e o seu conceito serve à designação do fenômeno da pauperização, gerado a partir do processo industrial de produção, que reproduzia a ideologia e a confiança num desenvolvimento tecnológico, científico e cultural, subsidiadas pelo valor do capital. Em paralelo, Querido (2016) afirma que:

Se o capitalismo sempre se destacou pela necessidade de expansão econômico-territorial, como destacou Rosa Luxemburgo, essa tendência se manifesta nos tempos atuais através da mercantilização de dimensões da vida humana outrora incomensuráveis, como os recursos naturais e até mesmo o corpo humano. [...] atinge proporções infinitamente mais trágicas, na medida mesma em que submete a quase totalidade das formas de existência à condição de mercadoria. Essa é a medida trágica do “progresso” na atualidade. (QUERIDO, 2016, p 26).

Produto da forma como a estrutura histórico-social transformou seus valores, a crise ecológica é uma metamorfose da “questão social”, que evidencia a emergência da ecologia crítica, e sedimenta os seus fundamentos. Emerge, portanto, a necessidade de situá-la conceitual e historicamente, apontando fundamentos que contribuam para recondicionar suas consequências em seus diferentes níveis de materialização cotidiana.

Tomados pela consideração de que tal crítica requer por um fundamento que situe as consequências da ação imbricada entre os homens e a natureza; envolvidos pela consciência de que ao causar transformações que desequilibram a natureza, em particular no âmbito desenfreado dos recursos do mundo industrial, a humanidade foi

posta diante de pauperizadas condições de vida. Ameaçada, temporalmente, pelos desequilíbrios gerados, somos levados a refletir: quais são os desafios impostos à tal consciência, inserida nesse contexto da “questão social” e suas diferentes metamorfoses?

Desafiados a buscar os fundamentos que norteiem uma ecologia na perspectiva ontológica, imergiremos ao ponto da história que demarca a questão social e suas metamorfoses consequentes, ancorados na teoria social crítica de Marx <sup>2</sup>. A *práxis* humana urge por uma consciência ecológica, que projete as condições do futuro, da sobrevivência da espécie e do ecossistema. Almejando a radicalidade, no sentido marxista de “tomar as coisas pelas raízes” (MARX, 1977, p.8), que fundamentalmente, buscamos situar o valor condicionado do homem na natureza, ao depender dela para subsistir no tempo de todas as formas.

## 1.2 A dimensão histórico-política da questão socioambiental: correlação de forças entre as condições materiais de vida e da consciência humana no contexto do sistema capitalista

A definição de Ecologia enquanto “ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si e com o ambiente” (Glossário de Ecologia, 1997, p. 85), ou ainda, a definição de ciências ambientais como a área do conhecimento que

Estuda as várias interações nos ecossistemas do ponto de vista biológico, físico, químico e aspectos sociais e econômicos. Aplica-se uma abordagem sistêmica aos estudos ecológicos no seu mais amplo sentido, com ênfase nas interações e processos. (Glossário de Ecologia, 1997, p. 38)

As definições corroboram com o intuito desse incurso investigativo de abordagem ontológica da questão das relações (teleologia primária e secundária), bem como a investigação sobre o processo que envolve uma ampla questão histórica que parte de um “salto qualitativo”, passa pelos processos de trabalho e valorização,

---

<sup>2</sup> Segundo Behring, “a Teoria Social Crítica contém os mais ricos recursos heurísticos, categorias teóricas e aportes para um mergulho analítico nos processos sócio-histórico da sociedade burguesa e seus movimentos contínuos de transformação” (BEHRING, 2008, pp. 31- 32).

até desregular por completo o equilíbrio metabólico dos níveis de ser, colocando em risco as condições da vida, em sua reprodução, seja ela orgânica ou social.

A caracterização de uma “ecologia materialista” passa pelas vias ontológicas do pressuposto de que ao desequilibrar a relação metabólica do humano com a natureza, a sociedade industrial burguesa, com seu ideal cumulativo de capital, toma de assalto, em uso exacerbado, os recursos naturais, mercantilizando-o em valor (“virtude intrínseca”) dos sujeitos e dos objetos em homogeneização, ocasionando um amplo desequilíbrio metabólico entre os seres, o qual causa processos de negação em todos os sentidos humanos. No entanto, são os seres pertencentes à classe trabalhadora quem são atingidos em suas concentricidades.

Consubstanciado entre ecologia política e economia política<sup>3</sup>, a natureza, ao ser usurada nas oficinas industriais de produção e reprodução do capitalismo, tem sido, ao mesmo tempo, o ambiente de produção e reprodução de uma lógica predatória de apropriação e acúmulo vivenciados nos conglomerados cinza e violentos das cidades, por meio dos áridos e desmantelados rincões onde a mineração, a agricultura e a pecuária faz morada. Assim, a relação desequilibrada efetivada pela “práxis manipulatória” do humano em relação à natureza no desenvolvimento do modo de produção capitalista, tem-se constituído estruturalmente como uma expressão assustadora da “questão social”, porém nos registros teóricos e nos documentos do estado, bem como de Agências Multilaterais, essa expressão da “questão social” apresenta-se facetada, imbuída de conteúdos relacionados à uma “questão socioambiental”<sup>4</sup>. A falsa compreensão do problema em questão, alegra corações e mentes das classes sociais, em particular, da classe burguesa.

A abordagem ganha consistência na discussão em torno do avanço ideológico de uma racionalidade estruturada em conteúdo teórico, metodológico e ético-político liberal que põe em movimento as engrenagens “sangrentas” numa esteira que percorre desde o imaginário teleológico de uma lógica de domínio e controle, até uma

---

<sup>3</sup> Cf. PORTO, A. H.; SOUZA, M. F. Território, ecologia política e justiça ambiental: o caso da produção de alumínio no Brasil. e-cadernos ces [Online], 17 | 2012, colocado online no dia 01 setembro 2012, consultado a 22 agosto 2018. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1109>; DOI: 10.4000/eces.1109). Acessado em 15/08/2018.

<sup>4</sup> Cf. Sobre a questão e seus entornos, cf. NUNES, 2013. Acesso: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/13337/9623> Acessado em 18/08/2018.

política econômica de projeto (neo) colonizador da natureza e dos povos nativos, em destaque, principalmente, em todo território que envolve a América Latina.

Deste modo, ao compreender a natureza do homem tomada no jogo dialético que erradia tanto da *práxis* vivida quanto dos diálogos históricos, tomamos parte nessa problematização, atento à controvérsia acerca da caracterização ecológica do seu pensamento, da qual Foster (2014, p. 23) toma parte e que, munido das considerações de Quaini<sup>5</sup>, nos transcreve que o pensamento marxiano “denunciou a espoliação da natureza antes do nascimento de uma moderna consciência ecológica burguesa” (QUAINI, 1982, apud FOSTER, 2014, p.23).

A referida controvérsia, como atenta Foster<sup>6</sup>, não se refere à dualidade em contradição das correntes antropocêntricas em relação às correntes ecocêntricas, pois,

Numerosos estudos foram escritos sobre o antropocentrismo *versus* ecocentrismo, afirmando que este ou aquele pensador, cultura ou civilização foi mais ou menos antropocêntrico. [...] Na verdade, a dicotomização substanciada em tais visões tende a perpetuar as concepções de “humanidade *versus* natureza”, que, de muitas maneiras, são a fonte do problema. (FOSTER, 2014, p. 34).

Em defesa contra as denúncias<sup>7</sup> de que Marx não dispendeu, em sua obra, uma preocupação com a Ecologia, Foster aponta que o problema dessa compreensão “como de boa parte do pensamento socioeconômico da época, é que ela não consegue reconhecer a natureza fundamental da *interação* entre os seres humanos e o seu meio ambiente.” (FOSTER, 2014, p.25). É importante que se entenda subsidiados pelo autor em questão, como é fundamental a noção de “relações metabólicas”, pois a negação dos níveis de ser, operada por uma racionalidade burguesa desequilibra desde as bases materiais o movimento do real, que condensa dialeticamente os modos de ser e que, conseqüentemente, desequilibra os modos de reprodução da existência do ser social, em seu movimento criador de propósitos.

Tomados pela consideração de que, requer necessariamente por um fundamento que situem as conseqüências das ações humanas sobre a natureza e

---

<sup>5</sup> Massimo Quaini (1941-2017), geógrafo italiano, cuja principal obra *Marxismo e Geografia* de 1974, Foster faz menção.

<sup>6</sup> FOSTER, 2014, et passim.

<sup>7</sup> Cf. FOSTER, 2014, p.23, 24, onde o autor expõe os seis argumentos principais de crítica contra uma preocupação ecológica no pensamento de Marx.

ainda, tomados pela consciência de que ao desequilibrar (negar) a natureza pelo trabalho industrial e pelo uso exacerbado de seus recursos, a sociabilidade humana em seus diferentes níveis de existência cotidiana, foi posta diante de pauperizadas condições de vida, ameaçados temporalmente pelos desequilíbrios gerados, somos levados a refletir acerca dos desafios impostos à consciência crítica, inserida nesse contexto da “questão social”.

Nesse espaço delimitado é importante tratarmos a “questão social” em sua materialidade e, buscar os fundamentos das fatídicas condições de vida e de valores que o sistema capitalista opera. Segundo Foster,

A questão ecológica reduz-se antes e acima de tudo a uma questão de valores, ainda que a questão muito mais difícil da compreensão da *evolução das inter-relações materiais* (o que Marx chamava “relações metabólicas”) entre seres humanos e a natureza não seja, pois, minimamente alcançada.” (FOSTER, 2014, p. 25).

A “questão social”, configurada enquanto produto e expressão das desigualdades na sociedade, revela uma interface na questão ecológica. E, nesse sentido, vale questionar se os fatores constituintes da questão social são produtos e expressões da contradição entre capital e trabalho; que no capitalismo industrial, distancia a concentração e acúmulo de capital, da miséria que produz. E, ainda, a pauperização da classe trabalhadora é resultado, segundo Netto, da compreensão de que: quanto mais a produção aumenta, o valor é concentrado, no entanto, cresce exponencialmente a miséria humana. (NETTO, 2001). Segundo Pereira, “os graves desafios atuais são produtos da mesma contradição entre capital e trabalho” (PEREIRA, 2003, p. 119).

De encontro com as proporções e insuficiência de problematização, esta pesquisa propõe a compreensão da crise ambiental como uma dimensão intrínseca presente na gênese da questão social, pois a exploração da natureza e consequente exploração dos homens, detentores dos meios fundamentais de produção, contribuem para a produção das desigualdades e da miséria na sociedade, exploração que se fundamenta filosófica e historicamente.

Uma compreensão da “crise ecológica como expressão intrínseca da lógica capitalista”, segundo Querido (2016, p.32), tem se tornado uma premissa emergente

de um movimento de “renovação “ecológica” do marxismo” (ibid., p.28), como expresso pelas vias do ecossocialismo de Löwy e Kovel<sup>8</sup>:

Na nossa visão, as crises ecológicas e o colapso social estão profundamente relacionados e deveriam ser vistos como manifestações diferentes das mesmas forças estruturais. As primeiras derivam, de uma maneira geral, da industrialização massiva, que ultrapassou a capacidade da Terra absorver e conter a instabilidade ecológica. O segundo deriva da forma de imperialismo conhecida como globalização, com seus efeitos desintegradores sobre as sociedades que se colocam em seu caminho. Ainda, essas forças subjacentes são essencialmente diferentes aspectos do mesmo movimento, devendo ser identificadas como a dinâmica central que move o todo: a expansão do sistema capitalista mundial. (LÖWY, 2005, p.85, apud QUERIDO, 2016, p.32)

Os fundamentos ideo-teóricos do modo de produção capitalista não capitulam à uma ética e a uma ontologia, antes, capitaliza valores que condicionam e negam os níveis da vida. O uso irresponsável dos recursos humanos e naturais pela indústria capitalista, produz e reproduz a questão social e sua ideologia estabelece os princípios lógicos de uma sociabilidade pragmática.

A compreensão e discussão sobre estes fundamentos equivale a busca pela compreensão histórica e filosófica das condições sociais de pauperização. A perspectiva da questão social representa uma consciência que situa o pensamento e articula as ações mediante as condições de vida e trabalho desiguais.

Desde o advento da revolução industrial, verifica-se, tanto desastres, quanto notáveis esgotamentos dos recursos naturais e a ampliação da pauperização. Se estes fatores estão interligados e se determinam mutuamente é o que diz respeito à questão social, propriamente, condicionando sua urgência histórica, bem como, nossa tomada de situação de um materialismo ecológico. Löwy (2006) problematiza e nos fornece parâmetros para situar a emergência da crise ecológica:

Quem é responsável por essa situação inédita na história da humanidade? O homem responde: os cientistas. A resposta é justa, porém um pouco rápida: o homem habita a terra a milênios e a concentração de CO2 começou a se tornar um perigo há algumas décadas apenas. Nós, marxistas, respondemos assim: *tal delicto cabe ao sistema capitalista*, a sua lógica absurda e irracional de expansão

---

<sup>8</sup> Cf. “Um Manifesto Ecosocialista,” 2001, <http://environment-ecology.com/political-ecology/436-an-ecosocialist-manifesto.html>

e acumulação ao infinito, seu produtivismo obcecado pela busca de lucro. (LÖWY, 2006, p. 133).

Ao questionarmos, sobre o que aconteceu historicamente para que a relação entre ser humano e natureza fosse desequilibrada, podemos compreender a contribuição do marxismo e sua repercussão à ecologia, para ainda compreender os fatores que promoveram um desequilíbrio nessa relação do Ser Social, com o orgânico e o inorgânico, prescindimos de uma investigação dos fundamentos ideoteóricos que norteiam uma concepção antropocêntrica de realidade.

1.3 O avanço de uma racionalidade burguesa em contradição com a perspectiva ontológica: um processo de decadência que parte das concepções e se expande, ideologicamente, sobre a realidade social

Coutinho(1943-2012) denomina “Razão Burguesa”: ao seu “radical empobrecimento agnósticos das categorias racionais, reduzidas às simples regras formais intelectivas que operam na *práxis* manipuladora” (COUTINHO, 2010, p.18)<sup>9</sup>. De Kant a Rawls (1921-2002), pensados numa perspectiva histórica, podemos delimitar os passos do liberalismo moderno em direção ao neoliberalismo.

Dessa tradição deontológica, formalista de pensamento, se extrai os pilares do Direito burguês contemporâneo. Um processo que vai da “miséria” à “destruição” da razão, onde racionalismo formal e irracionalismo são complementares no capitalismo amadurecido ou “capitalismo manipulatório”, entendido como a expressão da decadência ideológica (COUTINHO, 2010, 244). Em regressão revolucionária (de 1775 a 1830/1848), agora, essa Razão produz e reproduz a miséria e, em decadência ontológica “desantropomorfizada”, perdida a totalidade do devir dialético na dimensão epistêmica do objeto.

Na contracorrente das “marés montantes”, no âmbito da intelectualidade e da “grosseira ferocidade” da conjuntura política brasileira da época, Coutinho tem por “fundamento determinante” o pensamento lukacsiano acerca da filosofia moderna, bem como dos extratos publicados da *Ontologia do Ser Social*, na esteira da crítica

---

<sup>9</sup> Coutinho (2010) denota que os extratos das “regras formais pseudo-objetivas” do idealismo transcendental de Kant (“razão miserável”) são emplacadas na práxis das relações humanas, pensando os sujeitos abstraídos das circunstâncias enquanto “sujeitos transcendentais”, sem história, em extravio de objetividade (p.20, 21).



ao “irracionalismo” e “espontaneísmo”, Coutinho caracteriza três eixos da decadência do estruturalismo e das correntes neopositivistas afins: (1) o abandono da razão dialética; (2) a perda da dimensão humana na análise epistêmico-social; e (3) a não consideração histórica.

Assim sendo, segundo Netto, nas atribuições e compreensões da Razão burguesa “perde-se a possibilidade de apreender a essência da realidade humana: a filosofia da decadência torna-se, cada vez mais, um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade” (COUTINHO, 2010, p. 36). E completa que nessas condições:

Opera-se uma cisão entre essência (a *práxis* criadora) e a existência (a vida social) dos homens. Essa vida social converte-se num objeto “coisificado”, inumano, que não pode mais comportar nenhuma subjetividade autêntica; essa subjetividade, por sua vez, desligada de suas objetivações concretas, nas quais e através das quais se constitui e ganha conteúdo, transforma-se igualmente num fetiche vazio. Essa fetichização simultânea do sujeito e do objeto, paralela à ruptura dos laços imediatos entre indivíduo e comunidade, é a mais evidente consequência social da divisão capitalista do trabalho em sua fase madura. (COUTINHO, 2010, p.37).

Adiante, Netto analisa o racionalismo que “capitula” ante a “imediatividade” e um “relativismo que redundava no agnosticismo social” (COUTINHO, 2010, p.244), que representa perdas substanciais do modo de se pensar criticamente. Tais perdas representam a perda da perspectiva de progresso social, por parte da Razão burguesa, que impulsionou as revoluções francesa e industrial. Fixa rigidez fundamentada em concepções “conservadoras/estabilizantes da ordem” (COUTINHO, 2010 p. 245). Assim,

De modo geral, podemos situar em 1848 o momento do definitivo rompimento da burguesia com o progresso. “As revoluções de 1830 e mais ainda as de 1848 - observa Lukács - atestam que a burguesia perdeu seu lugar à frente do progresso social. Em 1830, começa o processo de decomposição da filosofia burguesa clássica, que termina com a revolução de 1848”<sup>10</sup>. (COUTINHO, 2010, p.35)

---

<sup>10</sup> A citação de Lukács é extraída da seguinte referência: Existencialismo ou Marxismo?, Ed. brasileira, São Paulo, 1967, p. 32.

Esse momento histórico marca, simultaneamente, a decadência da razão burguesa e a ascensão da classe trabalhadora, enquanto “senhora da história”, por assim dizer, em correlação de forças com os modos de produção e reprodução da *práxis* social capitalista, com indica Coutinho:

A partir de então, as contradições capitalistas tornaram-se explosivas; encarnação e produto dessas contradições, o proletariado surge na história como força social autônoma, capaz de resolver em sentido progressista os limites e antinomias do sistema capitalista. (COUTINHO, 2010, p.35)

Ao desprezar as categorias da razão dialética, abandona também os “únicos instrumentos capazes de fundar a ética e a ontologia”. Assinalado o “caráter nitidamente ideológico das novas categorias corrigidas” (COUTINHO, 2010, p.30), Coutinho aponta para algumas inversões operadas pela filosofia burguesa para a “justificação da positividade capitalista”:

Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma “coisa”, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da *práxis* humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata ou uma apologia da positividade, que transformam a história real (o processo de surgimento do novo) em algo “superficial” ou irracional; em lugar da Razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o surgimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas (COUTINHO, 2010, p.30)

Refém do espontaneísmo, a filosofia burguesa é deflagrada, analogamente ao seu desligamento da essência, em sua “incapacidade” e acaba por “converter em antinomias algumas contradições dialéticas e por elevar a fetiches, coagulados momentos isolados de uma totalidade contraditória” (COUTINHO, 2010, 39). Desse modo imediatista, segundo Coutinho, “o pensamento da decadência serve ideologicamente aos interesses da burguesia. Pois [...] aceita a positividade capitalista, sujeitando-se aos limites espontaneamente impostos pela economia de mercado, que fetichiza as relações humanas” (COUTINHO, 2010 p.39).

Coutinho pontua ainda que “a antítese burguesa do irracionalismo, o

positivismo agnóstico, desenvolve a tendência dos primeiros apologetas do capitalismo” (COUTINHO, 2010, p. 50). E junto ao autor, concluímos que, num quadro de uma “sociologia positivista”, de uma “economia vulgar” desvencilhada da história, a miséria ladra e asfixia o pensamento crítico, ao transformar a filosofia

Em pura epistemologia (isto é, recusando cidadania filosófica à ontologia e à ética), propõe-se como tarefa limitar a validade da Razão àqueles domínios do real que possam ser homogeneizados, formalizados, manipulados, sem consideração objetivamente contraditória (COUTINHO, 2010, p. 50,51).

Porém, a “significação atual” da obra, ressalta Netto, “não se esgota aí”, pois “ao fundar a sua crítica da *razão miserável* própria do estruturalismo [...] o leitor teve a oportunidade de constatar, alguns traços basilares da ontologia social marxiana e marxista, tal como Lukács a resgata e elabora” (COUTINHO, 2010, p. 268).

É próprio dos ideólogos da burguesia, em sua fase conservadora, um comportamento que reproduz a ontogênese da ordem social capitalista de apropriação privada do produto social, no caso aqui, o conhecimento socialmente produzido. A partir da modernidade, ante os ecos da revolução francesa, uma espécie de ecletismo, sob o jugo vulgar de síntese crítica, vem à tona o pensamento de um Kant, como ideólogo de uma racionalidade formal que se apropria de concepções antagônicas em fusão na unidade conceptiva de um Idealismo transcendental, que circunda um processo de “decadência” de uma racionalidade progressista produção e reprodução retroada. Fundindo racionalismo e empirismo em sua gnosiologia, Kant guia-se antes pelas deduções lógicas das operações manipulatórias da metafísica, em prejuízo de uma fundamentação ontológica de ciência e realidade.

Estabelecendo um diálogo com Kant, Lessa (2013) se utiliza da abordagem lukacsiana do método “ontológico-genético” como uma crítica à dedução lógica de um “constructo do real a partir de conceitos a priori” (LESSA, 2013), pois a dedução tende a tal manipulação que transforma o movimento histórico em movimento lógico e o real passa a ser deduzido pela consciência. A crítica de Lukács à racionalidade moderna de veias idealistas é a de que o real não se deduz, a consciência dele se aproxima. Nesse contexto, é vigente a máxima genérica: “o real é o critério da verdade”, e é nessa aproximação, que se gestam as transformações multilaterais entre os níveis de ser.

Assim sendo, o “movimento do real” é a base material sobre a qual operamos a transformação de um produto previamente ideado em um “objeto externo”, que atenda às necessidades de acordo com a utilidade intrínseca de suas propriedades ou mesmo de acordo com convenções que dão valor ao seu uso, seja qual for a sua natureza própria. Sobre esta base em movimento, a consciência humana descobre a sua potencialidade criadora, atualizada pelo trabalho. Portanto, há uma relação de interdependência entre o movimento do real, que intercorre impassível à humana consciência, e essa gênese móvel, que se desvela na atividade humana, um modo próprio (de propósitos) da vida do ser social.

O “salto ontológico” que Lukács concebe gestado no horizonte de devir da vida orgânica, amplia as necessidades e as criações que delas se sedimentam, para além das determinações biológicas da natureza. O humano passa a um nível (ou modo) de ser ontologicamente distinto das modalidades orgânico e inorgânico, um salto, dizia, que complexifica ainda mais a unidade do Ser, um salto em direção à sociabilidade (humana), elemento que o diferencia de todos os outros seres naturais.

Recompilar, mesmo que residualmente, alguns aspectos socioeconômicos da formação (teórica e material) desse modo de produção em interação com o ambiente natural, não é uma tarefa que segundo Lukács, se possa fazer pelas vias de uma história empírica, o método de reflexão, se guia antes por uma abstratividade (historicidade) que parte do concreto dado até as categorias mais gerais que dão conta de explicar o movimento que a práxis humana engendra e se relaciona-se com a natureza, transformando as suas “cadeias de nexos causais” e, também, sendo transformada.

O ser social em sua atividade produz e reproduz o seu modo de vida (*ethos*) se afastando das barreiras naturalmente impostas que determinam o nexo causal entre os modos de ser, condicionando a imperiosas leis o movimento da vida orgânica e inorgânica. Ao saltar ao nível da sociabilidade, o humano passa a criar condições e determinações muito próprias do seu modo de ser e a partir de uma prévia intelecção da forma de novos seres, que o trabalho dá materialidade, sua demiurgia o habilita a subverter o reino da causalidade, pondo, no real, uma teleologia, onde a finalidade de sua atividade produtiva está presente antes em sua consciência do que na realidade, mas que somente se efetiva a partir da mediação promovida pelo trabalho, impondo assim uma transformação processual, não mais dada pelo ambiente, com suas leis e relações ditas naturais.

#### 1.4 Parâmetros filosóficos das relações metabólicas: a atividade humana em interação com os modos de ser

A edificação da *Ontologia do Ser Social* de Lukács urge de uma (1) fundamentação ontológica do homem (Ser Social) ao se ater ao (2) problema da consciência humana enquanto valorativa. A atenção a este problema havia sido aprofundada por Marx de modo preciso ao apontar a *práxis* enquanto norte de sentido, entretanto, será à repercussão do pensamento de Marx que dirigirá Lukács a edificar (1) a obra que designaremos no presente trabalho.

A pergunta pela *Ética, pelo sentido da ação humana*, ganha uma dimensão nova em Lukács ao perguntar-se pelo que é o homem. O homem está ligado à uma forma de consciência que o distingue da natureza. Imbricado em Natureza e Sociedade, o Ser Social se caracteriza em sua protogênese pelo *Trabalho*, compreendendo a sua gênese e constituição a partir da transformação que ele pode engendrar no mundo (pelo processo causal que inicia e pela finalidade de tal processo).

Pelas formas de movimento o Ser se expressa, na perspectiva Lukacsiana, em três esferas ontológicas, passíveis de decomposição, e a processualidade, legitimidade do Ser Social e sua possível negação pelo capital é configurada pela relação entre cada tipo de movimento, designado de “salto ontológico”. Tal salto é ontológico porque fundamentou a distinção entre o Ser natural do Ser social, e nisso situou a origem da (2) consciência humana na história. Dado que consciência é discernimento da própria causalidade posta.

O delineamento imbricado entre uma “natureza histórica” e uma “história da natureza [...] bem como às transformações infra estruturais que as produziram”, segundo Duarte, são elementos ligados “à gênese das próprias concepções de natureza contemporâneas” (DUARTE, 1995, p.13).

Duarte apresenta<sup>11</sup> um panorama geral do processo de desenvolvimento das concepções de natureza no horizonte da “história do homem”, um processo que parte das noções míticas, “pré-lógicas” de natureza, passa por fundamentações filosóficas, no desenvolvimento de um pensamento de rigor lógico, até chegar às concepções de

---

<sup>11</sup> Cf. DUARTE, 1995 (p.13-38).

natureza com a cientificidade e racionalidade que dispomos na atualidade, capazes de descrever os processos e os componentes da complexidade de cada mínimo organismo (seja ele orgânico ou social) por ramos de estudos tão diversos quanto múltiplos são os seus objetos.

Mediado pela estruturação da sociabilidade humana, este sujeito reflexivo é impelido à necessidade de dar respostas para-si (*fur sich*<sup>12</sup>) à sua relação com a natureza. De acordo com Duarte, (1995, p.15), o procedimento mental da analogia, expressa o caráter antropomórfico do pensamento dos primitivos pré-lógicos e possui uma “componente afetiva”, sedimentada na projeção dos seus desejos e necessidades para o ambiente exterior. Tais elementos, fetichizantes da natureza imputava uma relação de “participação” nos nexos causais que compõem a realidade biológica do Ser, sem noções que discernisse com clareza um eu e um outro.

A questão que nos pomos entorno é a do salto qualitativo necessário para que o humano passasse a ver-se como um eu na relação com os outros objetos, bem como de sua potencialidade teleológica de dar fins e de transformar a natureza: um salto que perfaz a *práxis* do humano consubstanciado ao *ethos* da humanidade.

Usando de parâmetro a noção de “Lei da recapitulação ontofilogenética”<sup>13</sup> podemos encontrar um salto de qualidades na consciência humana, percorrendo o estágio da humanidade em que o pensamento passa do *mito* ao *logos*<sup>14</sup>, passando assim a operacionalizar uma “nova forma de racionalidade”, agora científica (por assim dizer), o que, de acordo com Burnet, representa à mentalidade humana, “um corte, uma completa disjunção” (BURNET, 1952, apud DUARTE, 1995, p.19).

Nessa disjunção nasce, em uma sociedade relativamente complexa e mercantilizada, como a dos gregos antigos, a necessidade de uma “nova linguagem” para ler e descrever a natureza e a sua relação com esta, a partir das condições

---

<sup>12</sup> “A ideia [hegeliana] de que se algo é para-si, está consciente de si”. Cf. INWOOD, M. Dicionário Hegel. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

<sup>13</sup> “Na primeira metade do século XIX, Haenckel desenvolveu estudos morfológicos voltados para o desenvolvimento embrionário, formulando a chamada hipótese da recapitulação, segundo a qual: “ a ontogênese repete a filogênese”, frase síntese de seus estudos que foi apropriada tanto de maneira literal por Stanley Hall, quanto influenciou Freud, Piaget, Vygotsky e Levi Bruhl, já na primeira metade do século XX. A hipótese da recapitulação fundava-se na análise de pequenas sequências do desenvolvimento embriológico” (GOUVEA, M.S. *Estudos sobre os processos de desenvolvimento humano no século XIX: a construção da psicologia genética*. UFMG, 2008.)

<sup>14</sup> Acerca dessa passagem: Cf. VERNANT, Jean-Pierre. *As Origens do Pensamento Grego*. São Paulo: DIFEL, 1984.

organizacionais de existência. Dessa necessidade de explicação dos “fatos naturais”, urge o pensamento filosófico acerca da *phýsis* (natureza).

Em *Para uma Ontologia do Ser Social II* (2013), obra póstuma, Lukács expõe a sua crítica ontológica frente a recusa neopositivista da ontologia em sua época. A sua concepção ontológica trata da característica ética do humano (ser social) que dá significado e que transforma efetivamente as cadeias causais da natureza, através da finalidade projetada pela consciência na ação. A investigação sobre a gênese do ser social analisa as relações e as distinções, qualitativas e estruturais operadas pela passagem (salto) de um nível a outro do ser (do orgânico para o social), esse salto representa sempre uma ruptura com o desenvolvimento natural da vida orgânica. Analisa ainda o papel do trabalho, entendido enquanto “modelo da *práxis*”, nesse processo dialético de ruptura e unidade metabólica.

O que significa uma ruptura a nível ontológico, á nível metabólico, o trabalho põe em movimento formas totalmente novas de ser e conceber a sua interação com a natureza. Essa interação, é entendida, de acordo com Marx, como condição para a manutenção da vida humana em seus modos de ser

O trabalho como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência humana – quaisquer que sejam as formas de sociedade -- é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (1975, p.50).

No capítulo inicial de *Para uma ontologia do ser social II* (2013), Lukács o concebe o trabalho enquanto a categoria fundante do ser social, um “espaço mediador” que pode receber uma determinada finalidade, materializada na transformação da natureza. Segundo Marx, “o homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais... Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais” (1975, p.50).

O trabalho enquanto o verdadeiro espaço da *práxis* está presente na gênese das principais categorias (simples e complexas) do ser social. Compreender a gênese e como se constitui integralmente este complexo depende da decomposição de seus elementos ou níveis de movimento inerentes ao ser social, para que se conceba a distinção e a relação desses níveis.

Podemos entender estes níveis enquanto modos momentos, pois o ser ao

qual tratamos é um ser histórico, portanto ao analisar o seu processo de desenvolvimento, não podemos prescindir de uma descrição empírica, mas efetuando uma análise histórica. Ao tratarmos de conceitos de densas amplitudes como os de processos de produção e valorização, temos uma tarefa de igual magnitude. Porém, nossa empreitada não comportaria a totalidade de seus fundamentos e implicações. Porquanto, cabe-nos delimitar a investigação para que sejamos concisos e que tal ensejo possa ter uma modesta contribuição. Entretanto, a concisão dos termos em tela não tem a pretensão de esquematizá-los num enquadramento rígido e fechado, ao contrário, a multiplicidade dos vetores em discussão requer que se amplie e decomponha os elementos a nível da “abstratividade” (LUKÁCS 2013, p.37), incompatível com uma cronologia de seus marcos e concepções.

Talvez caiba aqui ressaltar a distinção entre história como cronologia e historicidade como relações para englobar o ser social na esfera da história como um todo, entendendo como as relações e as distinções constituem o complexo heterogêneo do ser social em seu desenvolvimento cronológico, apreendendo as possibilidades pela consciência, através da ampliação de seus reflexos do movimento do real.

Antes de surgir um alfaiate, o ser humano costurou durante milênios, pressionado pela necessidade de vestir-se. Mas o casaco, o linho, ou qualquer componente da riqueza material que não seja dado pela natureza, tinha de originar-se de uma espécie de atividade produtiva, adequada a determinado fim, e que adapta certos elementos da natureza às necessidades particulares do homem (MARX, 1975, p.50).

Nesse processo de adaptação da natureza às necessidades humanas, se pode efetivar o “intercâmbio material” ou desregular o metabolismo do Ser. Um desequilíbrio metabólico que no capitalismo se expressa na produção de “valor-de-troca”, que mercantiliza as “virtudes intrínsecas” da matéria natural para além de sua utilidade. No modo de produção da mercadoria, a troca deixa de ser metabólica, trocam-se valores de uso diferentes e produtos como independentes entre si.

Consideramos a produção de “valores de uso”, em contraposição aos modos de produção de “valores de troca” com finalidades acumulativas, que no capitalismo aliena a capacidade de o trabalhador projetar, de modo consciente e livre, o que irá produzir. De acordo com Lukács



A posição da finalidade tem origem em uma necessidade sócio humana; mas, para que ela se torne uma autêntica posição de um fim, é necessário que a busca dos meios (isto é, o conhecimento da natureza) tenha chegado a um certo nível, adequado a esses meios; e quando tal nível ainda não foi alcançado, a finalidade permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho [...] o ponto no qual o trabalho se liga ao pensamento científico e ao seu desenvolvimento é, do ponto de vista da ontologia do ser social, exatamente aquele campo por nós designado como busca dos meios. (2013, p.18)

Dizer que “o ser é algo e seu reflexo na consciência” significa que ele é um objeto transformado num produto, um objeto da consciência. Aqui, procede-se uma ruptura com as “cadeias causais naturais” e pré-determinadas desse ser, seja orgânico ou inorgânico, pois o reflexo na consciência imputa uma finalidade totalmente nova nessa cadeia causal e institui (põe) uma causalidade idealizada previamente em relação a produção efetiva.

De um âmbito a outro, na distinta produção de valores, se opera um salto ontológico que demarca a contradição do capital que se impõe e transforma as finalidades postas pelo trabalho. Esse momento marca também um movimento destrutivo, pois não pressupõe apenas a distinção e apreensão conceitual (livre e desinteressada) do objeto na consciência, pois a contradição além de uma separação envolve o conflito de interesses, domínio nas relações de trabalho e manipulação ideológica, em suma, cinde uma relação que em si pressupõe a uma conexão qualitativa entre sujeito e objeto, homem e natureza, social e orgânico.

No trabalho estão gravadas *in nuce* (em germe) todas as determinações que, como veremos, constituem a essência de tudo que é novo no ser social. Deste modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; parece, pois, metodologicamente vantajoso começar com a análise do trabalho, uma vez que o esclarecimento destas determinações proporciona já um quadro preciso dos elementos essenciais do ser social (LUKÁCS, 2013, p.5).

A afirmação de que o trabalho é o modelo da *práxis*, cabe aqui um esclarecimento sobre a distinção, que Netto e Braz (2008) estabelecem em *Economia Política: uma introdução crítica*, entre trabalho e *práxis*, na constituição do ser social, qual seja:

O ser social é mais que trabalho, ele cria também objetivações que transcendem o universo do trabalho e a categoria teórica que explica

esta realidade é a práxis. A práxis envolve o trabalho, mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas, revela o homem como ser criativo e autoprodutivo. O homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz (NETTO; BRAZ, 2008, pp. 53-54).

O trabalho assinala o salto do biológico para o social e surge num contexto dicotômico entre (1) luta pela existência, guiada pelas necessidades biológicas espontâneas e (2) atividades autônomas, dirigida pela necessidade de colocar significação, de transformar a natureza causal (conhecimento) e pôr em movimento a sua própria natureza, na ação (ética), fundada pelo humano e distinta das determinações do ser biológico. Desse modo,

Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua auto-realização que, naturalmente, também pode significar nele mesmo um retrocesso das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, o Homem ingressa num novo ser, por ele mesmo fundado: o ser social. (LUKÁCS, 2013, p.46)

O trabalho não só implementa, como também intermedeia a relação entre o ser humano (social) e a natureza (orgânica/inorgânica) na produção de objetos úteis à satisfação das necessidades (estômago/intelecto), atentos à uma ação com finalidade ontológica, consideramos a produção de “valores de uso”, em contraposição aos modos de produção de “valores de troca” com finalidades acumulativas, que no capitalismo aliena a capacidade do trabalhador projetar, de modo consciente e livre, o que irá produzir.

Será a partir de um próximo passo da atividade humana que será operada uma *Separação entre Sujeito e Objeto*, que funda mais uma categoria: a *Ciência*, que pressupõe uma apreensão conceitual do objeto, um movimento de compreensão da realidade exterior que se segue da expressão, dessa realidade exterior compreendida em conceitos, pela *Linguagem*.

Assim como os estágios mais simples da vida social (prática), os estágios mais complexos (conhecimento), têm no trabalho os seus fundamentos ontológicos, na medida em que, a finalidade determina o critério da verdade “em cada processo de trabalho concreto e singular o fim regula e domina os meios” (LUKÁCS, 2013, p.19). Nos modos de produção capitalista, essa relação se inverte os polos e torna-se os meios pelos fins, aqueles adquirindo mais importância que estes. As finalidades

passam a se referir à satisfação direta e imediata de necessidades.

A ciência busca a verdade como fim (de bases ontológicas autônomas), e investiga os meios ao passo que se distancia dos processos de trabalho imediato que visa a satisfação de uma necessidade particular como fim. O trabalho, nas bases de uma ontologia teleológica, como o intermediário entre necessidade e satisfação, é compreendido como “a dimensão qualitativa entre o valor de uso e a necessidade humana” (MÉSZÁROS, 2002 apud PANIAGO, 2012, p.47). A atividade nesse âmbito da ciência não representa somente uma ação, representa uma atitude qualitativa que Lukács (2013, p.46) expõe a partir de Marx como “retrocesso das barreiras naturais”, caracterizado pelo domínio sobre os afetos e instintos, necessário para pôr fins autônomos pelo trabalho.

Nesse retrocesso ocorre uma transformação na natureza do sujeito: ele passa a ter consciência de si, de seu corpo, afetos, instintos, etc., e, nesse momento, ocorre um salto do animal para o humano, pois a consciência não pode, nesse contexto, compreendê-la como um fenômeno biológico, mas sim uma atividade fundante na gênese do ser social. Assim, “o sujeito só se torna sujeito quando consuma uma transformação semelhante de sua atitude para com os objetos do mundo exterior” (LUKÁCS, 2013, p.59).

Tal consciência opera um fim a partir de decisões acerca das propriedades do objeto e dos instrumentos que serão utilizados como meios para a realização dessa finalidade posta. Essas decisões tem a categoria *alternativa* como referência, sendo que um ato humano-social plantea uma cadeia contínua de alternativas disponíveis à consciência para decidir entre essas alternativas.

O “pôr consciente” envolve reflexão sobre a realidade objetiva, e autonomia para a escolha, em contraposição à “causalidade espontânea” é determinada pela necessidade imediata (biológica). A alternativa, enquanto pôr consciente é uma categoria que por meio do *reflexo*, engendra uma existência, uma realidade que faz surgir uma forma objetiva nova que decompõe a dualidade do ser em sua natureza, desse novo modo de existência, de uma *práxis* fundada na alternativa, surge o ser social:

Quando os resultados do reflexo não-existente se cristalizam numa práxis estruturada em termos de alternativa, a partir daquilo que existe apenas de maneira natural, pode surgir algo existente no quadro do ser social (por exemplo uma faca ou um machado), isto é, surge uma

forma de objetividade desse ser existente total e radicalmente nova. Com efeito, a pedra, em sua existência e no seu ser-assim natural nada tem a ver com a faca ou o machado (LUKÁCS, 2013, p.34).

A partir da análise categorial da alternativa, se infere a categoria de *valor*, nesse âmbito, certo e errado e protoformas advindas e entendidas sob o seu jugo, define os meios e os modos de execução. Na medida em que “a verdadeira fonte desta gênese é a ininterrupta transformação da estrutura do ser social, e é desta transformação que brotam diretamente as posições que realizam o valor” (LUKÁCS, 2013, p.90), os valores têm por base necessidades histórico/socialmente definidas: “os valores são objetivos porque são partes moventes e movidas da totalidade do desenvolvimento social” (LUKÁCS, 2013, p.92). Os valores garantem “objetividade social” ao trabalho e fornece critérios de adequação, validade e retidão para a realização de uma finalidade.

O valor é o pressuposto objetivo da ética em resposta às necessidades imediatas e condiciona o agir humano, ao estabelecer critérios para a escolha. O estabelecimento de critérios conduz o movimento dos meios mais corretos, adequados ou úteis para a realização de um fim previamente determinado. Na transformação subjetiva operada pelo trabalho, a compreensão teleológica não está somente vinculada às determinações da necessidade (abstrata e absoluta), o sujeito do trabalho opera “um despertar sistemático de possibilidades até então adormecidas” (LUKÁCS, 2013, p.117), se transforma e se constitui continuamente como realidades:

Quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais facilmente podem ser transformadas em cadeias causais postas, tanto mais seguro é o domínio do sujeito sobre elas, ou seja, a liberdade que ele pode ter. (LUKÁCS, 2013, p.111).

Isto é, quando a consciência decide a finalidade a ser posta e como irá transformar “cadeias causais naturais” em “cadeias causais postas”.

A superação da mudez meramente orgânica do gênero, sua permanência no gênero articulado, que está se desenvolvendo, do Homem que se forma enquanto ente social, é – do ponto de vista ontológico-genético – uma coisa só com o ato de surgimento da liberdade. (LUKÁCS, 2013, p.128)

Assim, na categoria de liberdade, gestada pelas alternativas, a finalidade é o

resultado de uma ação que envolve escolhas conscientes, essa ação é designada por Lukács como um emergente “ato de liberdade”. Há que se entender (o que não cabe no presente trabalho) na ontologia de Lukács uma distinção entre determinações do Ser Social e as manipulações de uma “ontologia do objeto” nas relações e processos de trabalho e valorização.

Numa ontologia teleológica, o trabalho é compreendido como o fundamento das determinações da vida social, uma determinação dos meios pelos fins, guiada pela reflexão, criadora enquanto, num ato de abstratividade, vislumbra possibilidades de transformação da “cadeia causal natural”. Em uma relação antagônica, no capitalismo, na contradição entre capital/trabalho não há uma determinação causal que permita a ampliação do reflexo e o vislumbre de alternativas para a escolha e criação no processo de trabalho e valorização.

Há, antes, uma manipulação operada pela ideologia e pela religião, que elimina a teleologia e transforma o valor ontológico desse novo ser, por meio do processo de valorização na implementação de um “valor de troca”. Portanto, o trabalho no capitalismo, “desefetiva” o trabalhador enquanto sujeito, isto é, nega humanidade ao homem (que na história se criou), que somente se torna sujeito, na medida em que se transforma de modo semelhante a efetiva transformação no objeto, nessa medida, o homem cria as suas próprias necessidades, cria, desse modo, as suas determinações sociais, num salto em relação às determinações biológicas.

Imersa numa perspectiva social, ensejamos nesse breve incursão, trazer a luz um trabalho de desvelamento das estruturas e fundamentos teóricos que pautam a relação do homem com a natureza, de uma relação dialética e, ao mesmo passo, metabólica entre os níveis de Ser. Um resgate histórico dos primórdios dessa relação recapitula até a “protogênese” da ação humana que repercute e transforma, tanto a natureza, como a si mesmo.

Haja vista que, despendida de uma metodologia “abstrativa”, a Ontologia de Lukács investiga a unidade e diversidade do Ser em três níveis: o ser inorgânico, o ser orgânico e o ser social. A totalidade do Ser é composta por “unidades complexas em movimento contraditório”, portanto cada nível de ser possui uma complexidade que lhe é própria e a sua interação permanente possui graus de dependência maior ou menor entre os níveis. Nesse contexto ontológico temos uma abstração da relação, do “intercambio metabólico” dos níveis, ou ainda, dos modos de ser.

A amplitude das questões de economia política no *Capital*, ganham a

consistência de uma ontologia na abordagem complexa lukacsiana sobre uma “teleologia primária” e “secundária” que busca compreender os nexos causais no intercambio natural dos seres e, além disso, de um “pôr teleológico” que complexifica o ser em sua unidade, que põe a modalidade de social a um nível de ser, que não mais se identifica com a natureza.

Lukács define a história enquanto “realidade ontológica do ser social” (2013, p.127), em oposição a uma realidade orgânica e inorgânica da natureza atentando tanto para o *devoir*, quanto para o aspecto processual da realidade social. Em acordo com o materialismo histórico-dialético de Marx, Lukács, contrapõe a reflexibilidade a imediaticidade. Sob a ótica de uma ética com fundamentação ontológica, o pensador dispõe do conceito de “pôr consciente”, que envolve a reflexão acerca da realidade efetiva em fluxo e autonomia para a escolha. Em contraposição a “causalidade espontânea”, que seria determinada pela necessidade imediata (biológica), a “causalidade posta” projeta finalidade para a ação e alternativas para a escolha, que envolve toda uma dimensão ética à atividade humana em sua gênese em movimento.

## Capítulo 2 - Os fundamentos materiais da “falha” na “interação metabólica” entre o social e a natureza

2.1 A dimensão dos pressupostos da discussão acerca dos fundamentos materiais da degradação ambiental: o protagonismo do modo de produção capitalista nesse processo.

A perspectiva do “materialismo ecológico” de Foster traça os passos que trilharam o pensamento de Marx em direção à uma crítica ecológica em relação à produção capitalista, seja na agricultura (campo), seja na indústria (cidade). Segundo Foster (2014, p.202), confundida à “análise da extração de mais-valia do produtor direto” e a teoria da população de Malthus, a crítica de Marx à renda fundiária traça o horizonte dos passos de uma pesquisa que caminha paralela às descobertas do químico e inventor alemão Justus von Liebig (1803-1873) sobre a química do solo, durante a segunda revolução agrícola.

Segundo Marx, a produção capitalista é dependente de uma ruptura na interação metabólica entre a natureza e o social. Essa ruptura se consuma na divisão entre campo e cidade, e a “preponderância sempre crescente” da população urbana tem duas consequências que conclamam pelos próprios fundamentos da produção capitalista, a saber:

Por um lado, ela concentra a força-motivo histórica da sociedade; por outro, ela perturba a interação metabólica entre o homem e a terra, isto é, impede a devolução ao solo dos seus elementos constituintes, consumidos pelo homem sob a forma do alimento e do vestuário; portanto, ela prejudica a operação da condição natural eterna para a fertilidade duradoura do solo... Mas, ao destruir as circunstâncias em torno desse metabolismo ela impele a sua restauração sistemática como uma lei reguladora da produção social, e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento da raça humana... Todo progresso na agricultura capitalista é um progresso da arte de roubar, não só do trabalhador, mas do solo; todo progresso no aumento da fertilidade do solo por um determinado tempo é um progresso em direção à ruína das fontes mais duradouras dessa fertilidade... A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e o grau de combinação do processo social da produção solapando simultaneamente as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador. (MARX, 1976 apud FOSTER, 2014, pp.219, 220)

A segunda revolução agrícola, também referida como “revolução verde”, é entendida enquanto o processo de mecanização da agricultura, que ocorre na Europa entre os séculos XVIII e XIX, sob influência do advento da máquina a vapor nos processos de produção<sup>15</sup>. Estudos sobre o pensamento de Liebig (*Die Grundsätze der Agricultur-Chemie*, 1855) foram fundamentais para o desenvolvimento de sua “teoria da falha metabólica” (2014, p.218). Tendo Liebig por base, na compreensão do lado “destrutivo da agricultura moderna”, Marx

Desenvolveria uma crítica sistemática da “exploração” (no sentido de roubo, isto é, incapacidade de manter os meios de reprodução) capitalista do solo. Daí as duas principais discussões de Marx sobre a agricultura capitalista se encerrarem com explicações de como a indústria de larga escala e a agricultura de larga escala se conjugaram para empobrecer o solo e o trabalhador. (FOSTER, 2014, p.218).

Como sobreescreve Foster, o sentido de roubo que a exploração encerra é uma condição fundamental para a reprodução das relações sociais capitalistas, um fundamento material, por assim dizer, contraposto aos nexos causais da natureza e os processos de trabalho e controle do produto.

Quando trazemos à tona a questão do fundamento material da “falha” (*riff*) metabólica operada pelo modo de produção capitalista, estamos tratando das amplas questões que permeiam as condições objetivas da reprodução da vida e da interação metabólica entre os níveis de ser. Tratamos de determinações insurgentes em relação lógica cumulativa e exploratória do capital, levada a cabo em sua contradição com o trabalho. Portanto, será no processo de produção que buscaremos encontrar as implicações do projeto capitalista à sociedade e à natureza.

Para entendermos a “falha irreparável” no metabolismo comum entre o humano e a natureza, decorrente do modo de produção capitalista, bem como a expressa necessidade de uma “sociedade de produtores associados” que governe “o metabolismo humano com a natureza de modo racional” (MARX, 1976, apud

---

<sup>15</sup> Cf. MAZOYER, M.; ROUDART, L.. *História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea*. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo/Brasília: Edunesp/NEAD/MDA, 2010.



FOSTER, 2014, p.201), se faz necessário que tomemos por objeto o processo de produção e de valorização da mercadoria.

A mercadoria é resultado concreto apropriado, em sua substância, pelo arcabouço teórico presente na Economia Política. A economia política é compreendida por Netto e Braz (2008), como o “estudo das relações sociais estabelecidas pelos humanos na produção de bens que asseguram a manutenção e reprodução da vida social” (2008, p.54). De início, podemos assinalar uma contradição posta entre a produção de bens para a reprodução da vida social e a produção de mercadorias para a reprodução das relações sociais capitalistas, baseadas na exploração (roubo) generalizada do trabalho excedente, da matéria natural e de suas “virtudes intrínsecas”.

Tal exploração está prescrita nas bases do projeto capitalista e, posta em movimento a dinâmica própria da sua produção e reprodução, é, segundo Marx, a responsável pelo desregulamento do metabolismo entre homem e natureza, pois coloca o trabalho em contradição com o capital em seu processo de produção e extração de mais-valia. Porém, o trabalho tem um papel fundamental na interação do homem com a natureza, pois em seu processo, o homem não somente se difere da natureza que modifica (e modifica-o), mas também é responsável pelo metabolismo que comunga com os demais níveis de ser.

Segundo Foster (2014), Marx utiliza o conceito de metabolismo (*stoffwechsel*) quando caracteriza o processo de trabalho como “um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza” (MARX, 1985 apud FOSTER, 2014, p.201).

A discussão acerca dos fundamentos, especificidade e determinações sócio-históricas de uma crise ecológica da sociedade capitalista, é uma discussão que revela a sua mundividência própria desde suas gêneses. Porém, um marco para explanar sobre a realização plena e catastrófica do capitalismo é a partir da segunda metade do século XIX, com o advento da segunda revolução industrial. Alguns fatores básicos e comuns homogeneízam esse movimento revolucionário da indústria moderna: o uso da eletricidade, do petróleo e do aço nas linhas de produção, o desenvolvimento da química e das comunicações, o papel exercido pela ciência na produção, a produção em massa de bens padronizados e o mercado de massas, são alguns desses fatores de progresso industrial, segundo Dalthein (2003, p.5). O

determinante se encontra na produção de motores elétricos a explosão. É a partir deste ato revolucionário que a indústria automobilística nasce na Europa, mas desenvolve nos EUA, apresentando como protagonistas Frederick Taylor (1856-1915) e Henry Ford (1863-1947).

O objetivo deste capítulo é problematizar os fundamentos materiais do modelo societário capitalista e, paralelo a estes, os fundamentos do desequilíbrio ecológico na relação da sociedade com a natureza. A discussão se insere no contexto do pensamento marxiano sobre a crítica da economia política expressa no *Capital* (1975), bem como, recapitula os desdobramentos da discussão ontológica via *Ontologia do Ser Social* (1979; 2013) de G. Lukács. Tais obras se constituem enquanto a base do empreendimento que aqui se traceja.

A discussão se atém às críticas marxiana e da tradição marxista no que se refere à natureza inserida no processo de trabalho e abstraída do processo de valorização. Situando a concepção de sociedade e de natureza, fixadas pela ideologia e pelos processos do sistema do capital, no contexto da nascente burguesia do século XVIII, Marx analisa diversas tendências conceituais da Economia vulgar e se propõe a uma crítica da Economia Política para o entendimento dos modos do ser operar na vida social concreta.

Nesse sentido, nos ateremos também ao conceito de metabolismo, situando o trabalho em seu contexto operacional de promoção do “intercâmbio material” (*stoffwechsel*) entre social e natural. Para, em seguida, apresentar a perspectiva antagônica do capital, de falha (rift) desse intercâmbio. Tal processo resguarda uma crítica ontológica às noções e práticas históricas nas malhas complexas das relações sociais que a gesta. Buscaremos um norte para a compreensão de algumas concepções basilares da configuração teórico-política, que estabelecem o modo de produção capitalista como um princípio diretriz da *práxis* social. Nessa busca, a compreensão da racionalidade social de cada época, bem como a dilatação de suas margens, se faz necessária, na medida em que estabelece os limites, as possibilidades e as necessidades que a história lega a realidade social da nossa época.

Segundo Ferreira (1993), as concepções de racionalidade de uma época, tem vastas implicações sociais, como indica:

Cada concepção de racionalidade, por sua vez, afeta as normas, os interesses, os princípios morais, enfim, toda a conduta coletiva dos homens e grupos. Afinal, é possível elaborar sistemas explicativos de mundo e de vida, mantendo-se neles certo grau de coerência e racionalidade interna, sem eliminar princípios altamente antagônicos, como por exemplo a defesa simultânea da liberdade e da propriedade privada dos meios de produção (FERREIRA, 1993, p.1).

A pertinência deste debate pode ser medida pela influência dos conceitos e concepções nos modelos políticos, problematizadas as demandas e sua abrangência nas circunstâncias próprias que permeiam a discussão.

## 2.2 A problemática da “interação” e “falha” metabólica em *O Capital*: a natureza nos processos de produção e valorização da mercadoria

O trabalho é entendido por Marx (1975), enquanto “um processo entre o homem e a natureza” que pressupõe uma mediação da atividade do primeiro sobre a segunda. Processo pelo qual se deixa desvelar a transformação do ambiente e de si próprio, bem como o acesso ao ser social a que sua atividade aspira. Quando o trabalho não é útil à vida de quem trabalha, este, enquanto substantivo, é negado, na mesma medida em que àquele é vetada a mediação de sua relação subjetiva com o objeto, em conjunta transformação.

As necessidades humanas, seja as do “estômago” ou da “fantasia”, são satisfeitas mediante o trabalho, entendido enquanto modelo da ação humana. Contudo, de acordo com Marx (1975, p. 42), concebemos que a utilidade do produto do trabalho para a vida humana é determinada pela sua “virtude intrínseca” (“como Barbon designa valor-de-uso”), entendida enquanto propriedade inerente ao produto, em relação com o seu “valor natural” (worth: referência à Locke e a tradição inglesa de pensamento), entendido enquanto a “capacidade de prover as necessidades” humanas.

Segundo Marx, “a utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. Mas, essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas” (1975, p.42). Assim sendo, de acordo com Marx “um valor-de-uso só se realiza com a utilização ou consumo”, e, além disso, “constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela”

(ibid., p.42). Na forma social capitalista, “os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca” (ibid., p.43).

No início do *Capital*, Marx (1975, p.41) afirma que na sociedade capitalista, a riqueza é caracterizada como uma “imensa acumulação de mercadorias”, advindas da produção de larga escala, portanto, a mercadoria seria entendida como a “forma elementar da riqueza”. De encontro à esta concepção burguesa, sob um entendimento ontológico, Marx concebe a riqueza como advinda da própria natureza, portanto, não seria fruto do trabalho e nem mesmo da produção capitalista. O trabalho antes transforma a matéria-prima (riqueza natural) em valor.

O valor-de-uso de cada mercadoria não depende da quantidade de trabalho para a obtenção das suas qualidades úteis, visa antes, atender às necessidades humanas. Entre as necessidades humanas, de livres finalidades, e a finalidade de acumulação do capitalismo, há uma contradição entre qualidades e quantidades que ronda todo o processo de produção e valorização, uma distinção substancial entre valor-de-uso e valor de troca.

A distinção que Marx traça, no *Capital* (1975), entre os modos do valor-de-uso e do valor-de-troca tem uma importância ontológica para a discussão ecológica, pois traça, conseqüentemente uma distinção entre as categorias de qualidade e de quantidade:

O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de troca inerente, imanente à mercadoria (MARX, 1975, p.43).

As propriedades materiais que fazem de cada mercadoria um valor-de-uso único, são compreendidas por Marx como constituintes qualitativos de um dado ser. A troca, numa relação quantitativa, iguala o valor de substâncias distintas. Sendo essa igualdade, pressuposta mediante a abstração do valor-de-uso, a diferença não é mais concreta, pois é, no valor-de-troca, somente quantitativa. De acordo com Marx,

Daí se deduz, primeiro: os valores-de-troca vigentes da mesma mercadoria expressam, todos, um significado igual; segundo: o valor-de-troca só pode ser a maneira de expressar-se, a forma de

manifestação de uma substância que dele se pode distinguir. (1975, p.43).

Em consonância com o supracitado, entendemos que a troca só se faz de substâncias distinguíveis. Entretanto, “qualquer que seja a proporção em que se troquem, é possível sempre expressá-la com uma igualdade” (Ibid., p.43). Essa igualdade não pode ser pressuposta em termos de propriedades materiais das mercadorias, estas propriedades, por sua vez, “só interessam pela utilidade que dão às mercadorias, por fazerem dessas valores-de-uso” (ibid., p. 44). Na sequência e, em síntese, Marx afirma que, no movimento do valor-de-troca, “põem-se de lado os valores-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. [...] Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade” (MARX, 1975, p.44).

Nesse movimento de abstração dos valores-de-uso, ocorre a conseqüente abstração do trabalho que o produziu. Segundo Marx, “ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto” (1975, p.44). De acordo com Marx, a conseqüência imediata desse desaparecimento abstrativo é que, as distintas formas do trabalho empregado e as distintas propriedades materiais da mercadoria, “reduzem-se todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato” (ibid., p.45).

Acompanhamos aqui, o que podemos chamar de uma negação simultânea do trabalho e da natureza, uma negação da dimensão ontológica do sujeito e do objeto de trabalho, respectivamente, em sua “atividade vital” e em suas “propriedades materiais” em interação. O processo de trabalho, enquanto atividade destinada a um fim, é entendido por Marx como um determinante condicional da relação entre homem e a natureza, (1975, p.208).

No processo de valorização o produto do trabalho, um valor-de-uso, não possui, para o capitalista um valor em si mesmo, segundo Marx (1975, p.210, 211), uma motivação fundamental da produção capitalista é a produção de valores-de-uso diferenciados e que possam ser trocados devido a utilidade presente e de interesse dos envolvidos. A outra motivação do capitalista é ter a certeza que, após os

processos de produção e de valorização efetivarem-se, ocorra a apropriação da mais-valia absoluta e relativa pelo capitalista.

É neste momento que a razão matemática que estipula uma medida ao valor do “trabalho humano abstrato”, dissolve as qualidades que compõem o processo de trabalho. Portanto, há que se estabelecer a quantidade de trabalho através de uma medida de tempo que equipare as “inúmeras forças de trabalho individuais”: a noção de “trabalho humano homogêneo” cumpre essa função. Contudo, segundo Marx (1975, p.45), a “substância criadora de valor”, o trabalho, não pode ser eliminada.

A quantificação presente em todas as mercadorias tem um papel predominante no processo de valorização estabelecido pelas relações de produção e de reprodução capitalistas, porém o trabalho humano perde sua substância no processo da troca. O mecanismo concreto, porém, encoberto por elementos abstratos, permitiu ao pensador prussiano atribuir ao modo de produção capitalista a responsabilidade pela negação ontológica dos níveis e das qualidades do ser.

As noções teóricas de Marx, bem como a sua manifestação política frente às expressões de exploração e miséria, têm exercido a sua influência de modo ambivalente, porém, ainda se credita pouca importância aos seus encaminhamentos teóricos sobre a Ontologia, sendo levada adiante, tardiamente, através dos empreendimentos teóricos de Lukács da década de 1960, que expressam a sua última empreitada, inacabada em vida e publicada postumamente. A continuidade teórica que o pensamento de Lukács representa à questão, dá um dimensionamento ontológico, de sentido epistêmico e metodológico próprios (LUKÁCS, 1979), da interação o homem e a natureza: configurados como níveis de ser inter-relacionados, orgânico, inorgânico e social compõem a totalidade do Ser, isto é, da realidade que comporta a diferença estatutária das substâncias, no modo de reprodução de sua respectiva existência, em um movimento dialético.

Em sua obra *Para Ontologia do Ser Social I*, no capítulo IV, dedicado aos *princípios fundamentais da Ontologia de Marx*(1979) Lukács aponta a base sobre a qual se dá a “virada ontológica” do pensamento de Marx, bem como os limites sistemáticos de sua problematização<sup>16</sup>. A “orientação ontológica” de Marx, segundo

---

<sup>16</sup> Cf. LUKÁCS, 1979, p.11 et seq.

Lukács, “iniciada com Feuerbach”, leva em conta um duplo caráter do juízo marxiano sobre Feuerbach, a saber,

[1] o reconhecimento de sua virada ontológica como o único ato filosófico sério desse período; e, ao mesmo tempo, [2] a constatação de seus limites, ou seja, do fato de que o materialismo alemão feuerbachiano ignora completamente o problema da ontologia do ser social (1979, 13).

De acordo com Lukács, a virada provocada pelo pensamento de Feuerbach “no processo de dissolução da filosofia hegeliana teve caráter ontológico” (1979, p.12) e tem um papel fundamental no fortalecimento e atualização da controvérsia entre idealismo e materialismo, “com efeitos extensos e profundos” (ibid., p12).

A repercussão dessa virada na “colocação ontológica” de Marx, segundo Lukács<sup>17</sup>, é tanto mais efetiva no pensamento do filósofo, quando este se afasta da tenra influência hegeliana. Portanto, serão nas obras de maturidade de Marx, que se encontrará o amadurecimento de suas “afirmações ontológicas”, ainda que não seja em plena e sistemática realização.

Em acordo com o pensador húngaro, o que tomamos por objeto deste trabalho é a crítica da economia política, concebida no *Capital*, pois, para Lukács é

No momento em que Marx faz da produção e reprodução humana o problema central, surge - tanto no próprio homem como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. - a dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base (1979, pp.15, 16)

É dessa insuperabilidade e transformação, mediada pelo trabalho, que a problemática em questão se desenvolve, pelo fato de que a noção de metabolismo, no entendimento do processo de trabalho, envolve a interação dos níveis de ser dessa “dupla determinação”. Para Marx,

---

<sup>17</sup> LUKÁCS, 1979, passim.

O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens. (MARX, 1903, apud LUKÁCS, 1979, p.16).

De acordo com Marx (1975, p.50), tudo que não é componente da riqueza material da natureza é fruto de uma atividade produtiva. Essa atividade adapta os elementos da natureza às necessidades particulares do ser humano. Assim sendo, o trabalho, indispensável para a existência social humana é também entendido como essa necessidade de efetivar o intercâmbio material entre humano e natureza, entendido como uma condição elementar para a reprodução da vida. Para além da efetivação desse intercâmbio, na adaptação da natureza às necessidades humanas, o trabalho, na sua forma social capitalista, desregula o equilíbrio metabólico entre sociedade e natureza. Desequilíbrio levado a cabo no processo, pela relação de troca.

Segundo Marx (1975, p.50), na mercadoria estão conjugados “matéria fornecida pela natureza, [instrumento de trabalho] e trabalho”. Na atuação do humano sobre a natureza, o ser humano “só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria”. Marx ainda nos adverte: “o trabalho não é, por conseguinte, a única fonte de valores-de-uso que produz da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a terra é a mãe” (ibid., p.50).

Dizer que nesse processo a forma da natureza é modificada é equivalente a dizer que a riqueza material da natureza passa por um processo de transformação. O que para o trabalho significa a produção de valor, e o desvelamento da “gênese em construção” do ser social, para o modo de produção capitalista significa a perda das qualidades ontologicamente constituintes desse processo: uma perda para o social e para o natural.

No capitalismo, os caracteres pragmáticos das suas tendências sociais são reduzidos no cotidiano à técnica instrumental, que entende a degradação humana e ambiental como um "mal necessário", como uma atividade-meio, para o desenvolvimento econômico, dada a profícua necessidade de acumulação, em



detrimento, da emancipação potencial inerente ao trabalho humano socialmente necessário.

### 2.3 Interfaces entre o conteúdo e a operabilidade da “falha metabólica” em contradição com a atividade humana fundante do ser social

A constituição e desenvolvimento de uma compreensão econômica da natureza são decisivamente influenciados pelo pensamento marxiano de maturidade, e o resgate das dimensões do seu pensamento promovida pela produção bibliográfica é uma tarefa da qual a ecologia contemporânea não pode se furtar, dada a própria etimologia de Ecologia, “esta outra ”ciência do habitat”, esta outra “lei dos seres”, que a etimologia não distingue da outra chamada *economia*” (LATOURE, 2004, p. 223)<sup>18</sup>.

Assim, voltamos à emergente situação da natureza que, sob uma perspectiva da crítica da Economia Política, se propõe a uma análise dos fundamentos materiais da produção capitalista imbuída de uma crítica ecológica à forma social de desenvolvimento inerente a esse sistema de produção de mercadorias.

Haja vista a falha metabólica operada pela produção e reprodução da forma social capitalista, seguimos agora em busca da compreensão do conceito de metabolismo, de seu lugar, bem como de seu papel na crítica ecológica ao capitalismo. Nesse sentido, Foster aponta para o conceito de metabolismo como a categoria de análise central da crítica marxiana:

A palavra alemã, “*Stoffwechsel*” implica diretamente, nos seus elementos, uma noção de, “troca material” subjacente à noção dos processos estruturados de crescimento e decadência biológicos englobados pelo termo “metabolismo”. Na definição do processo de trabalho Marx tornou o conceito de metabolismo central a todo seu sistema de análise, enraizando nele a sua compreensão do processo de trabalho. Assim, na sua definição do processo de trabalho em geral (contraposta às suas manifestações historicamente específicas), Marx utilizou o conceito de metabolismo para descrever a relação do homem com a natureza através do trabalho. (FOSTER, 2014, p.221).

---

<sup>18</sup> Cf. LATOUR, 2004. Na passagem em questão, o autor utiliza os termos “ciência do habitat” e “lei dos seres” para designar a ecologia política.

O que Marx caracteriza como “condição natural eterna da vida humana” (1975, p.208), que formam, segundo Foster, “a base de sua existência”, resguarda ao metabolismo o componente essencial de sustentação da “teia de interações necessária à vida” (2014, p.229). De acordo com Foster, é no contexto capitalista de uma “alienação material” dessa base condicional da vida, que Marx emprega o conceito de “falha”.

Foster caracteriza a forma social capitalista, a partir de Marx, como uma “concepção extremamente estreita, limitada, de riqueza, associada com as relações capitalistas de commodity e com um sistema construído em torno do valor de troca” (FOSTER, 2014, p.235). O autor usa dessa caracterização para constatar a negação do trabalho e da natureza, enquanto produtoras de valores de uso, processada pelas relações sociais capitalistas. Para além dessa negação metabólica, Foster (2014) assinala uma contradição fundamental dessa falha na relação do homem com a natureza mediante o trabalho:

Era a contradição entre valor de uso e valor de troca, engendrada pelo capitalismo, que Marx considerava uma das principais contradições de toda a dialética do capital. A natureza, que contribuía para a produção dos valores de uso, era uma fonte de riqueza tanto quanto o trabalho - muito embora a sua contribuição fosse negligenciada pelo sistema. (FOSTER, 2014, p.235).

No modo de produção de mercadorias a troca deixa de ser metabólica, deixa assim, de ser uma troca qualitativa entre níveis de ser em interação, troca-se antes, valores de uso abstraídos de sua diferença e como produtos independentes do trabalho, entendido aqui, enquanto “o material da natureza transformado num organismo humano” (ibid., p.235).

A determinação própria da produção de valores de uso é configurada sob a égide da “atividade produtiva subordinada a um fim, isto é, um trabalho útil particular” (MARX, 1975, p.49). Esta atividade, impulsionada por necessidades fisiológicas básicas para a reprodução da vida humana, descobre todo um campo de possibilidades que vão para além da mera subsistência condicionada aos nexos

causais da natureza. Por meio do trabalho, que medeia a consciência de si próprio como um ser distinto do orgânico e do inorgânico, esse ser em desvelamento, se liberta das condições impostas pela natureza para a manutenção da vida, e põe em movimento as suas próprias cadeias causais.

Como já vimos na exposição do pensamento de Lukács (2013, p.46), esse movimento assinala um “retrocesso das barreiras naturais”, que engendra uma distinção qualitativa do ser social em relação aos demais níveis de ser dadas às determinações biológicas. Um “salto qualitativo” marca a fundação de um estatuto ontológico específico do ser humano, erigido por sua própria ação e consciência. Conjugadas ao contexto de uma relação teleológica primária, a forma social que esse ser em construção avoca, atua sobre a base material, operando assim uma transformação sinérgica.

A dissociação qualitativa não representa um conflito intrínseco entre os níveis de ser, nem mesmo prescinde de um imperioso domínio do ser social sobre o ser natural. No trabalho, entendido enquanto a realização moral do humano, não há nenhum elemento que justifique a necessidade da manipulação e apropriação ao alvedrio despropositado da ação humana. O caráter moral que o trabalho institui, opera de modo consciente o intercâmbio material entre as necessidades humanas que o impelem à ação e a virtude intrínseca da matéria transformada, que revela o potencial latente de prover essas necessidades, isto é, o seu valor natural.

A atividade fundante do ser social que acessa um campo de possibilidades inexploradas, revelando à consciência, a insólita “possibilidade de escolha entre alternativas concretas”, não se limita à satisfação das suas necessidades dadas, antes, distende a sua subjetividade por sobre a natureza e objetiva na realidade o produto pré-idealizado pela sua consciência, expressando assim a sua gênese criadora. Cabe lembrar, que a gênese criadora tem seus elementos iniciais na esfera da consciência: “a prévia-ideação” projeta as dimensões teleológicas do objeto desejado.

De acordo com Lessa (1997), a categoria alternativa tem uma importância central no processo consciente de transformação da natureza e um lugar preponderante na constituição Ética do ser social:

A alternativa, enquanto categoria mediadora entre o "não-ser" do reflexo e a causalidade posta, se consubstancia, segundo Lukács, pela escolha, sempre em algum grau consciente, de uma entre as muitas possibilidades abertas a cada ação, atualizando a mera potencialidade previamente idealizada. Em poucas palavras, se algum grau de conhecimento do setor da realidade a ser transformado é imprescindível à objetivação, não menos verdadeiro é que o mero conhecimento do ser-precisamente-assim existente não é suficiente para consubstanciar uma nova objetividade. O conhecimento, em si e por si, não pode tomar ato a possibilidade previamente idealizada. Para tanto, é necessário que a realidade natural seja transformada, que deixe de ser um mero complexo causal e se converta, em alguma medida, em causalidade posta. Em suma, segundo Lukács, o elo ontológico que articula o reflexo, participe da prévia-ideação, com o produto resultante do processo de trabalho, é a categoria da alternativa. (LESSA, 1997, p.100).

Haja vista a prioridade da categoria trabalho na fundação do ser social, entendemos junto a Lessa, que o trabalho encerra uma característica Ética em sua atividade Inter relacional (consigo mesmo e com a natureza). Tal característica confere liberdade de produção e de criação de valores a partir da matéria natural. A liberdade se gesta no espaço das alternativas, que medeia a relação entre a projeção reflexiva e a causalidade posta e se constitui enquanto móvel da atualização da potencialidade inerente a prévia-ideação na consciência. Como é próprio desta constituição ética do ser social, a ação consuma a objetivação do produto através da determinação da escolha.

O papel mediador que cumpre o trabalho na instituição de um novo horizonte de processos produtivos, permite também que o ser humano exerça um controle racional sobre a sua relação com a natureza, pois aquele não está mais submetido aos processos desta. O processo que o trabalho engendra na realidade, confere finalidade a esta atividade criadora e garante um controle do resultado final, no produto, desde a sua prévia ideação, que projeta as possibilidades concretas que permite que a atividade produtiva do humano seja um ato de liberdade, isto é, uma determinação autônoma da sua consciência sobre a base material da natureza.

No entanto, o modo de produção capitalista nega ao ser humano a possibilidade de colocar em movimento o potencial criador de sua atividade própria e coletiva, a partir da qual se opera as mediações reflexivas de um ser de estatuto endógeno. Desse modo, de acordo com Paniago,

Para Mészáros, os elementos constituintes da incontrolabilidade do capital conformam a sua própria natureza. [...] o capital, como vimos, constitui um sistema sócio-reprodutivo orientado para a expansão e guiado para a acumulação [...], transformando o processo original de produção em autorreprodução do capital. (2012, p.129, 130).

As características de expansão produtiva e controle do capital sobre a produção, deixa transparecer o aspecto fundamental da apropriação, promovida pelo capital, seja dos recursos humanos, seja dos recursos naturais. O acionamento dos mecanismos de autorreprodução do capital é dependente de uma ruptura com o sociometabolismo instituído e regulado pelo trabalho humano, de modo a perder de vistas, na relação contraditória do capital com o trabalho, os níveis e a totalidade do ser. De acordo com Paniago (2012), no processo de autorreprodução do capital, “transforma-se uma questão ontológica em uma questão de aperfeiçoamento do conhecimento de formas de administração, ainda que em favor das classes despossuídas, da relação capital-trabalho” (PANIAGO, 2012, p.17).

Em *Para além do Capital* (2002), Mészáros, expende uma análise sobre a manipulação do capital em relação aos processos sociais e naturais que o trabalho envolve e regula. No sentido de esclarecer os “defeitos estruturais de controle” na ordem social estabelecida, Mészáros desvela a base sobre a qual se estabelece o controle da produção capitalista, bem como as esferas sobre as quais este controle atua:

O sistema do capital se baseia na alienação do controle dos produtores. Neste processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da reprodução social, à condição de objetividade reificada – mero “fator material de produção” – e com isso derruba, não somente na teoria, mas na prática social palpável, o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto (MÉSZÁROS, 2002, p.126).

Nesse processo de negação do papel do trabalho no horizonte da vida social humana, se promove as manipulações da atividade apropriadora desse modo de produção de mercadorias e, estabelece, desse modo, um processo metabólico próprio

de controle sobre a natureza e sobre o produto da atividade humana. Segundo Mészáros (2002),

Ao contrário da mitologia apologética de seus ideólogos, o modo de operação do sistema do capital é a exceção e não a regra, no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si. Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é, como veremos na Parte III, um “mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado” (a ser alegremente abraçado pelo “socialismo de mercado”) – mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. (MÉSZÁROS, 2002, p.96).

Segundo Paniago (2012), o aspecto de “incontrolabilidade” é inerente à expansão do capital em seu processo de autorreprodução, e a denotação destrutiva dessa reprodução se constitui enquanto marca profunda do sistema capitalista, consolidado “como o modo mais eficiente de extração econômica de trabalho excedente, resulta, segundo Mészáros, em mais dificuldades que soluções para a continuidade expansionista do capital e expõe à superfície a incontrolabilidade do capital” (PANIAGO, p.75).

No intuito de mensurar “o impacto catastrófico das práticas produtivas do capital “avançado” sobre o ambiente natural, tendendo à destruição completa das condições mais básicas da reprodução sociometabólica” (2002, p.46), Mészáros discerne uma peculiaridade dessa ordem:

O sistema do capital – cuja *raison d'être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira. [...] nem mesmo a ordem feudal instituiu esse tipo de separação radical entre o controle e a produção material. Apesar da completa sujeição política do servo, que o priva da liberdade pessoal de escolher a terra em que trabalha, no mínimo ele continua dono de seus instrumentos de

trabalho e mantém um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si. (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

A separação entre o controle e a produção se manifesta sobre a forma de uma falha no sociometabolismo que o trabalho coloca em movimento. As proporções que essa fratura assume podem ser historicamente medidas pela “exaustão dos recursos ecológicos”<sup>19</sup>. As fraturas são marcas constituintes do sistema capitalista e a reprodução da “questão social” paralela à “autorreprodução ampliada” do capital e afeta diretamente na questão da imbricação entre os níveis de ser. De acordo com Paniago (2012):

A separação entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação, [...] são fraturas estruturais que se manifestam nos microcosmos particulares internamente fragmentados do sistema, na esfera da sua dominação global, e [...] não se pode encontrar a unidade de controle perdida nos limites dos mesmos marcos estruturais que promoveram tal separação como necessidade vital de sua autorreprodução ampliada. (PANIAGO, 2012, p.131)

Ao longo da obra supracitada, Mézárós anuncia a paradoxal situação da ecologia, que desponta no horizonte dos movimentos sociais como um problema que deriva a sua realidade da necessidade constante de desenvolvimento produtivo do capitalismo (MÉSZÁROS, 2002, p.988), mas que, simultaneamente se distancia a questão da contradição entre as classes como um fator determinante de análise (ibid., p.94). Segundo Paniago,

Ao proceder à “total separação entre produção e controle” e promover a “imposição de um agente separado – as ‘personificações do capital’ sob formas variadas – sobre o agente social da produção: o trabalho”, o capital fixa a base dos defeitos estruturais do sistema, com os quais terá que conviver sem solução definitiva. (MÉSZÁROS 2002, apud PANIAGO, p. 131).

No sentido de compreender a refração da produção e autorreprodução do capital na crise socioambiental da contemporaneidade, refletimos também o movimento de difração do capital sobre as contradições cumulativas no contexto de

---

<sup>19</sup> Cf. MÉSZÁROS, 2002, p.987.

uma crise estrutural, para que tenhamos manifesto as dimensões dos desafios políticos e organizacionais de classe para a construção de um projeto societário de transição do modelo e regime atuais. Nesse sentido, constata Paniago: “com a crise estrutural e o estreitamento da margem de manobra do capital para contornar as contradições acumuladas no fim de sua fase de ascendência, a ação política é cada vez mais solicitada” (2012, p. 75).

No entanto, a situação que vivenciamos é paradoxal, situação que se tece sobre a roupagem “reformista” que a ecologia assume na atualidade, onde a tentativa de estabelecimento de “uma base de apoio político” (MÉSZÁROS, 2002, p.94), restringe a sua atuação às mudanças possíveis dentro do atual modelo de desenvolvimento, pensando estratégias de adaptação à esta forma de desenvolvimento, entendido como “inevitavelmente inerentes à essência humana”, alegação inteiramente rejeitada por Marx (MÉSZÁROS, 2002, p.988).

Essas estratégias assumidas pelos movimentos ecológicos carentes de um viés classista, encobrem, segundo Mézáros (2002), o real fundamento dos problemas na relação do humano com a natureza, e, conseqüentemente, as reais necessidades sociais, já compreendidas por Marx,

Que uma reestruturação radical do modo prevalecente de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva precisamente em virtude do modo prevalecente, alienado e reificado de intercâmbio e controle humanos. (MÉSZÁROS, 2002, 988).

Uma reestruturação radical do sociometabolismo do capital, se mostrou um desafio para a consciência e atuação política da sociedade civil, porquanto clama por uma compreensão aprofundada dos fundamentos e da dinâmica de funcionamento do capitalismo, pois, se as crises societárias são inerentes a estrutura desse sistema, a destrutividade pode ser entendida enquanto um mecanismo de sua autorreprodução. Segundo Mézáros,



A destrutividade da dinâmica interna do capital afeta não só o ambiente natural, mas cada faceta da reprodução sociometabólica [...]. É assim que atingimos a fase histórica na qual a lógica autocontraditória da autopreservação destrutiva do capital impõe um nível e uma gama antes absolutamente inimagináveis de produção destrutiva. Não há meios de fugir a essa regra (2002, p.952).

Dessa necessidade de se repensar a forma e o limite da produção é que prescinde a importância da abordagem marxista sobre a ecologia, um modo de se pensar para além dos limites estreitos da produção capitalista e resgatar um controle racional dos processos produtivos entre o ser humano e a natureza, como aponta Mézáros:

É neste contexto que considerações críticas da ecologia se transformam em uma parte vitalmente necessária da teoria marxista. Naturalmente, nossa abordagem deve ser estruturalmente diferente se comparada com a preocupação liberal/burguesa com tais questões. Pois esta última apenas pode pretender “administrar” manipulativamente a produção no interior dos e subordinada aos limites do capital, enquanto o objeto do marxismo é a transcendência histórica desses limites. A este respeito, um conceito que requer uma reavaliação fundamental é o de “avanço produtivo” do capital, pois numa época em que a vertiginosa produtividade do capital o capacita a engolir a totalidade dos recursos humanos e materiais do nosso planeta, e vomitá-los de volta na forma de maquinaria e “produtos de consumo de massa” cronicamente subutilizados – e muito pior: imensa acumulação de armamentos voltados à potencial destruição da civilização por centenas de vezes –, em uma situação como esta a própria produtividade se transforma num conceito enormemente problemático, já que parece ser inseparável de uma fatal destrutividade. Diante da emergência de tal destrutividade, a conclusão é inevitável: o tremendo poder da produtividade do capital que “empurra o trabalho para além dos limites de sua insignificância natural” não pode ser simplesmente herdado pela “nova forma histórica”. Ou seja, a desconcertante verdade é que, em relação às exigências qualitativamente mais elevadas da nova forma histórica (a saber, o desenvolvimento da “rica individualidade” de Marx), o poder liberador e que satisfaz necessidades da sua produtividade é um mero potencial, mas com o predomínio das necessidades autoperpetuadoras da produção do capital é uma realidade devastadora. Por isso é que, paradoxalmente, os instrumentos e modalidades capitalistas de produção, antes que possam ser “herdados”, devem ser radicalmente reestruturados e reorientados. (2002, p. 526, 527).

Esboçada uma avaliação do potencial criador e regulador da relação do homem com a natureza, inerente ao trabalho e, em contradição com a atividade destrutiva da produção capitalista, doravante, direcionamos a investigação à algumas tendências do pensamento ecologista, fundamentadas na concepção de sociometabolismo de Marx. Sob a avaliação das estratégias de reestruturação e reorientação dos modos de reprodução da vida, é que podemos reconhecer o potencial de transformação inerente ao pensamento e ao movimento ecológico. Nesse sentido, a nossa inquirição deve tomar os rumos de uma ecologia crítica no debate com o “ecologismo acrítico” (MEDEIROS; BARRETO, 2013), presente nas discussões atuais sobre a natureza.

#### 2.4 A contradição entre capital e natureza e a crítica marxiana à exploração do trabalho no horizonte da história

A discussão da ecologia a partir da abordagem marxista tem sido formulada e discutida sob os aspectos mais diversos da obra marxiana. Autores, como Schimidt (1978), Bhaskar (1998), Burkett (1999) e Foster (2014), de acordo com Medeiros e Barreto, entendem que existe um “vínculo entre a dinâmica própria da formação socioeconômica vigente e os inúmeros fenômenos de degradação ambiental” (2013, p. 317- 318).

A pretensão de superação da degradação ambiental circunscrita dentro dos limites do capitalismo tem sido uma discussão amplamente propalada. Seja no âmbito acadêmico, seja nas discussões que implementam as políticas ambientais, o conceito de “desenvolvimento sustentável” tem tido bastante relevo. Medeiros e Barreto denominam “ecologismo acrítico”, essa corrente “presentista” de pensamento e se propõem a apontar a sua “debilidade fundamental [...]: o desdobramento das preocupações ambientais em preceitos éticos abstratos” (2013, p.318).

Segundo Medeiros e Barreto (2013, p. 318) a crítica à esta corrente “acrítica”<sup>20</sup> se centra às bases éticas que a sustenta, entendida a partir de seus postulados

---

<sup>20</sup> A discussão do artigo supracitado será de suma importância para a discussão do terceiro capítulo, onde trataremos das abordagens sobre a questão ambiental na literatura do Serviço

abstraídos da prática social. Essa tendência, subjetiva e abstrata, vigora na modernidade positivista, sobretudo no transcendentalismo moral de Kant.<sup>21</sup>

A proposição reflexiva que funda este trabalho acerca da dimensão histórico-filosófica da Ecologia, a partir da teoria marxista, emerge na terceira década do século XIX para designar o fenômeno da pauperização, tanto do trabalho quanto da natureza, gerado a partir do processo de industrialização, que produzia e reproduzia a ideologia e a confiança num “desenvolvimento” tecnológico, científico e cultural, subsidiadas pelo valor do capital. Produto da forma social capitalista, a crise humanitária que se evidencia, ressalta a emergência de uma crise ecológica que eclode ao situar seus fundamentos e repercussões.

A irrupção de classes sociais em contradição (burguesia e proletariado), o consequente surgimento de novos problemas vinculados a condição de trabalho no ambiente urbano, com a introdução de modos de exploração na produção, modos sistemáticos, institucionais, ideológicos e científicos de controle que se diferencia do escravismo e se apoia numa falsa noção de liberdade, formal e abstrata, mas que na prática se revela uma noção alienante e pragmática, que contribui grandemente para a pauperização da classe trabalhadora, são alguns condicionantes do surgimento da questão ecológica.

Alicerçadas no modo reprodutivo e destrutivo do capital, as consequências desse novo modo de produção traçam, mediante a exploração fundada em elementos de profunda alienação, uma contradição nos modos de vida do ser social, de dimensões impensáveis. Essas dimensões se expressam na falha metabólica gerada pela produção capitalista que controla o produto e o processo de trabalho, bem como as relações sociais entre os próprios homens. Nesse contexto, a classe burguesa passa a impor os seus interesses como necessidades exclusivas do desenvolvimento humano.

A exploração, sem medida, sobre o homem e a natureza no modo de produção capitalista, conduz a produção e a reprodução da ideologia antropocêntrica,

---

Social, onde se desvelara o diálogo com concepções acríicas, bem como da adoção de um ecologismo acríico em suas próprias concepções.

<sup>21</sup> Cf. MÉSZÁROS, I. O ser automediador da natureza in. *A Teoria da Alienação em Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

ou antes à lógica “capitalocêntrica”<sup>22</sup>, a qual promove a transformação da realidade material através de uma fundamentação ética que conserva a miséria em proporções exponenciais em todos os quadrantes dos continentes habitáveis.

A compreensão e discussão sobre estes fundamentos, equivale a buscar a compreensão histórica e filosófica das condições sociais de pauperização. Parece um propósito enorme. A perspectiva de Marx sobre a natureza, representa o esforço de uma consciência para situar o pensamento e articular as ações mediante as condições de vida e trabalho desiguais.

A obra de Foster em questão, aponta para a dissolução da problemática da natureza no desenvolvimento crítico de Marx, que tomará um relevo melhor definido nas obras de crítica da economia política. Já nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* escrito por Marx em 1844, observamos a relação entre o conceito de *trabalho estranhado* e os desdobramentos da propriedade privada com o eminente desequilíbrio na relação entre o homem e a natureza.

Para Marx, é por meio do *estranhamento* do trabalhador com o objeto de seu trabalho, que acontece a *desefetivação* do trabalhador e a conseqüente *desefetivação* da natureza alterada e transformada em mercadoria. A partir deste contexto materializado o trabalhador não consegue produzir sem utilizar-se da natureza - o mundo exterior sensível -, a natureza ao transformar-se em matéria pelo qual o trabalho é efetivado, torna o trabalhador cada vez mais dependente da mercadoria que ele mesmo cria.

Em geral, quanto mais o trabalhador apropria-se da natureza para transformá-la em mercadoria, proporcionalmente ele é privado do acesso à natureza, porque o produto de seu trabalho (natureza modificada) é *apropriado* privadamente pelo dono dos meios de produção, isto é, a natureza se converte em propriedade privada e o trabalhador passa a ser conduzido por um processo de *alienação*, que o destoa das conseqüências e fundamentos do seu próprio trabalho e da sua relação com os outros homens e a natureza.

---

<sup>22</sup> Cf. artigo: *Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global* (BARCELOS, 2019) que apresenta a expressão “Capitaloceno”, isto é, a “era do capital”. Segundo Barcelos, o conceito foi empregado por Jason Moore para designar a era geológica sob o impacto ecológico da atividade capitalista, para que se compreenda as “origens, concepções ontológicas e históricas da crise”. O artigo e a sua problemática serão situados nas discussões relativas ao terceiro capítulo desta dissertação.

Produzida pelos modos próprios do capital, a *alienação* descreve a situação do trabalhador no regime de produção capitalista e marca o processo de “estranhamento de si”, através do trabalho, e nela, não se reconhece, pois rompe a relação entre trabalhador e o produto de seu trabalho, com isso, o trabalhador se nega enquanto tal. O trabalho alienante, segundo Marx, não atende as necessidades da classe trabalhadora (pauperizada), serve antes à manutenção ampliada do sistema capitalista, apoiado na “cadência acelerada<sup>23</sup>” da produção e do consumo.

Nas palavras de Marx “o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação” (MARX, 2004, p. 22). A condição relacional com a natureza é estabelecida, no modo de produção capitalista, por meio da força, da imposição e, em momento algum, por meio da escolha. A condição estabelecida nessa forma social, somente pode produzir homens distantes de suas condições genéricas de criação e autocriação inerentes ao intercâmbio material mediado pelo trabalho (Escolha/liberdade).

Pensar a contribuição do pensamento de Marx para o nosso conhecimento da Ecologia, segundo Foster (2014), é buscar o fundamento ético do seu pensamento na raiz das desigualdades sociais para erradicá-las. Foster, ao perspectivar a Ecologia no sentido histórico-materialista, lhe fornece o status de “materialismo ecológico”, que nos são úteis à sua caracterização, moldes e limites, perspectivadas, pelo pensador, nas possibilidades da sustentabilidade.

Segundo Foster, a preocupação com a natureza no pensamento de Marx se caracteriza enquanto, um “compromisso sistemático com a revolução científica do século XVII e o meio ambiente do século XIX mediante um profundo entendimento filosófico da concepção materialista de natureza” (FOSTER, 2014, p. 37). Essa característica ecológica do pensamento de Marx é realçada pela incidência de preocupações com a subsistência humana e sua relação com o solo e com todo o problema da agricultura capitalista, além da preocupação com a “divisão antagônica entre cidade e campo”.

Segundo Foster, estes são alguns dos temas ecológicos abordados pelo pensamento de juventude de Marx, como é o caso dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (de 1844), onde se manifesta a “sensibilidade ecológica” de Marx na abordagem de temas como a “alienação humana em relação a natureza”, que, de

---

<sup>23</sup> Cf.: MINC, 2005, p.21.

acordo com ele, “ganham nova importância com a tentativa de travar os problemas da pré-história e das formas comunais arcaicas” (Ibid., p. 37) em sua obra de maturidade até os escritos mais tardios.

Ao situarmos a questão ecológica no horizonte de suas condições objetivas (funcionamento do sistema, necessidade, manutenção) e subjetivas (ação transformadora, liberdade, revolução) no pensamento marxista tomamos dois horizontes e planos éticos distintos, situados por Dias (2016). As condições objetivas, estruturam o modo de produção e geram a questão social, num primeiro plano ético, denominado por Dias como, “horizonte da dominação”, em contraste com suas condições subjetivas, resultantes da consciência da exploração, num segundo plano ético, designado como “horizonte da superação, ou da emancipação”.

O primeiro plano expressa as relações exploratórias do trabalho, e está relacionada às superestruturas, é o plano ao qual se dirige à “crítica aos valores vigentes”: “heteronomia, desrespeito, exploração, relações de mando, hierarquia, egoísmo, competição, alienação, embrutecimento e coisificação das pessoas” (DIAS, 2016, p. 134). O segundo plano ressalta o aspecto construtivo da *ação transformadora* de uma sociedade caracterizada pela luta de classes. Este aspecto construtivo da ética se conecta a valores desejáveis em contraposição ao modo de produção capitalista, que geram valores indesejáveis. A “não exploração, relações de igualdade entre as pessoas, altruísmo, autonomia, respeito, consciência, democracia e consideração entre os humanos” (DIAS, 2016, p.134).

No Manifesto, Marx e Engels apontam a mudança do modelo feudal para o modelo capitalista marcado pelo rompimento de “todos os complexos e variados laços” (MARX, 2004, p.40) existentes entre os homens em troca do “frio interesse” do “cálculo egoísta” como fundamento para esse “vínculo”.

No Capital (MARX, 1975), a caracterização de Marx do capitalista e do trabalhador, revelam a disparidade real na qual estão imersos, bem como, a necessidade social de superar a exploração: enquanto “o primeiro com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado” (MARX, 1975, p. 197). A aquisição de consciência da situação de classe pode amenizar os efeitos do embrutecimento e da alienação, mas “é a partir da luta pela transformação da forma de produção e a apropriação do produto que se pode modificar as relações que os homens travam necessariamente em suas vidas” (DIAS, 2016, P. 141).

O segundo plano ético projeta a emancipação social e humana, a superação da contradição de classes pela adoção de valores como solidariedade, liberdade e respeito, necessários para a transformação social, para “uma forma de produzir que além de coletiva, gere também a apropriação coletiva do produto” (DIAS, 2016, p. 140). O intuito dessa superação já perfaz a interdependência dos problemas que constituem a questão social.

O elemento que liga a *práxis* à teoria é a sua fundamentação ética da atividade humana, mediada pelo trabalho, em seu contexto nascente. O desvelamento do contexto histórico revela, na produção capitalista, a inversão dos valores humanos engendrados pelo trabalho, e as suas importantes implicações no modo de vida do ser humano e da natureza, em seus processos próprios. A transformação da realidade perfaz essa inversão de valores, ao compreender instrumentalmente a natureza, o trabalhador não compreende as consequências e fundamentos da sua ação, do seu trabalho. E, neste sentido, ao situar os fundamentos de sua *práxis* considerando a finalidade e as consequências de sua atividade, que o homem está em condições de equilibrar a sua relação com a natureza e com os outros homens.

### **Capítulo 3 – As metamorfoses da questão socioambiental refratadas na discussão do Serviço Social: da fundamentação na análise aos desafios na intervenção**

#### 3.1 Parâmetros da questão ambiental no Serviço Social: da materialidade histórica às novas determinações no cotidiano profissional

A divisão social e técnica do trabalho expressa o universo de atribuições e especificidades operacionais presentes em cada instância da atuação ou pertença no mercado de trabalho, seja no âmbito produtivo ou reprodutivo. O campo específico da atividade profissional do assistente social – lócus da reprodução social -, fundamenta-se em um arcabouço teórico-metodológico que se manifesta por meio de categorias ontológicas, com a preocupação científica e filosófica para responder aos desafios presentes nas múltiplas e comutativas expressões da “questão social”: situada num contexto sócio-histórico do capitalismo industrial, onde o crescimento da pobreza era proporcional ao aumento da capacidade produtiva de uma sociedade (NETTO, 2001, p.42). De acordo com Castell (1998),

A 'questão social' é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. (p.30).

Esta aporia que se revela na contradição capital/trabalho, e se constitui como uma fratura de uma sociedade de classes, não é, segundo Netto (2001), “uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante” (p. 45).

O processo de profissionalização do Serviço Social desenvolve-se a partir da constituição da fase capitalista monopolista. As relações sociais da sociedade produtora de mercadorias, em sua reprodução ampliada, tornaram as dimensões da “questão social” cada vez mais hiperbólicas. Inserida na divisão técnica e social do trabalho, a profissão Serviço Social pauta sua constituição no mercado de trabalho na esfera da reprodução social.



No entanto, o caminho de inserção profissional no mercado de trabalho, atribui características muito próprias a profissão, como pontua Netto (2005):

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes - *ainda que desenvolvendo uma autorrepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade* - se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. [...], o que [esse] deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a condição do agente e o significado social de sua ação; o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social de seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí derivadas (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho). (Netto, 2005, p. 71-72; grifos do autor).

Na condição de vendedor da sua força de trabalho assalariada no mercado, o trabalhador assistente social desenvolve suas atividades por meio de ações, projetos, programas e políticas sociais, destacando que o campo de atuação profissional se efetiva na esfera pública e privada. Ressalta-se que a maioria absoluta dos profissionais desenvolvem suas atividades nas três instâncias de governo responsáveis pela efetivação das políticas de seguridade social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social), com o objetivo permanente de garantir e manter direitos humanos e sociais. O pensar e o fazer dos profissionais vinculado à intervenção cotidiana é permeado pela compreensão teórica, metodológica e ético-política de que é o projeto societário burguês que controla, supervisiona e impulsiona o grau de participação e usufruto da riqueza social materializada em direitos de cidadania (MARX, 2010). Em tempos de capital monopolista tardio (MANDEL, 1990), o Estado (*Lócus* cêntrico na criação, desenvolvimento e efetivação das Políticas Sociais) age, permanentemente, enquanto Estado mínimo para a classe trabalhadora e máximo para a classe burguesa.

Ao tratar o tema – metamorfoses da questão socioambiental - no Serviço Social (uma das dimensões das políticas sociais presentes nas esferas de governos no Brasil), reconhece-se que o tema é parte cêntrica dos direitos humanos

fundamentais, bem como da efetivação e garantia dos mesmos, pois as três dimensões dos seres movimentam-se, permanentemente, de forma imbricada e não separada. As políticas socioambientais nascem como uma das estratégias de governo para enfrentar as diversas faces da heterogeneidade estrutural fundante da sociedade capitalista, as quais impactam decisivamente sobre as condições e processos de vida, seja humana ou natural.

O delineamento teórico do processo de degradação da natureza em sua relação e intercâmbio com a sociedade, possui determinações específicas, transformações materiais e disfunção de um metabolismo comum no decurso da história. Portanto, a tarefa que aqui esboçamos é parte de uma pequena dimensão da “história social”, a qual, cumpre, de acordo com Trindade (2011), o importante papel de

Conduzir as leis e as conexões entre as leis e as condições histórico-sociais que induziram ao seu surgimento, termina também por integrar, ao menos, aquelas referências mais indispensáveis – econômicas, políticas, filosóficas, religiosas, etc. – que estiveram na gênese dessas condições. (2011, p. 17).

No âmbito da materialidade das condições de existência do Ser Social emerge um paradoxo da relação entre o material e o formal. Guerra (2009), ressalta esse paradoxo entre “igualdade formal no campo jurídico” e “desigualdade real no campo socioeconômico”, apontando que tal igualdade “se mantém” da desigualdade e revela os pressupostos da política neoliberal de “ajustes econômicos visando a estabilização”, incompatíveis com o “padrão de política social amplo, universal, de qualidade e gratuito” garantidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Tal paradoxo expressa somente a aparência da questão que, em essência, está intrinsecamente ligada à contradição fundamental da ordem societária capitalista: a “apropriação privada da riqueza socialmente produzida” (GUERRA, 2009, p. 32) e, ao mesmo tempo, a ampliação exponencial da miséria materializada no tecido social em que se encontra a classe trabalhadora. O paradoxo apresentado por Guerra (2009) pode ser demonstrado na Constituição Brasileira de 1988, em seus Artigos 5º e 6º<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Em relação à igualdade formal prevista em lei, no artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988, Guerra (2009, p.31) aponta a incompatibilidade com a realidade efetiva do país,

As diretrizes normativas das políticas sociais, os mecanismos reguladores e os dispositivos legais norteiam e situam, no âmbito da formalidade sócio jurídica, o campo de lutas pelos direitos ambientais basilares da vida social, a partir das demandas sociais que afligem as populações. Tais mecanismos medeiam os interesses e necessidades vitais das comunidades e os insere na pauta política. Neste contexto, a posição de resistência e enfrentamento que a teia intersetorial de intervenção assume nas discussões e instituições dos direitos fundamentais, se consolida, certamente, como um marco decisivo nos movimentos sociais instituídos pela sociedade civil.

Porém, quando se colocam as condições materiais de vida em interação com a enunciação prescritiva dos direitos e, conseqüentemente, a incompatibilidade entre matéria e forma, verifica-se a debilidade das garantias efetivas, revelada no contraste entre os âmbitos. No jogo político das democracias liberais, os interesses burgueses possuem preponderância e submetem os valores sociais às metas de desenvolvimento produtivo estabelecidas por sua ordem societária. Desse modo, natureza e trabalho se configuram às proporções de medida numerária, que legitima o direito de se apropriar, degradar e explorar toda substância e valor natural que possam ser capitalizados pelas vias da manipulação.

No entanto, conforme os movimentos sociais ampliam seus instrumentos teóricos e seus projetos ético-políticos, a partir da retomada da democracia no Brasil na década de 1980, a contradição entre matéria e forma torna-se explícita em diferentes espaços acadêmicos e dos movimentos sociais, destacando os avanços das políticas ambientais nas diferentes esferas de governo. Esse conteúdo de avanços e resistência manifesta-se, também, em outros países.

Os resultados são apontados em diferentes documentos jurídicos e, por meio de expressivas reivindicações efetivadas pelos movimentos vinculados ao meio

---

contraponto à crescente expansão dos problemas sociais de garantia de direitos. No que se refere aos direitos sociais (saúde, educação, trabalho, previdência social, proteção infantil, etc.), presentes no texto constitucional em seu artigo 6º, se refere também são, segundo Guerra incompatíveis com os índices de trabalho infantil, desemprego e, de modo geral, no “desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas” (Idem, p.32). As referidas questões são dispostas num “cenário complexo e paradoxal” que é a realidade social brasileira, onde a “perspectiva de solidariedade abstrata entre capitalistas e trabalhadores se sobrepõe a noção de direitos sociais” (GUERRA, 2009, p. 32).

ambiente, alguns atos jurídicos implementados: no sentido da transversalidade<sup>25</sup> temática e da intersetorialidade interventiva, foram estipuladas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) nº 2, de 2012, que integram o fundamental direito de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, aos direitos básicos, em acordo com o inciso VI do § 1º artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Outros documentos subsidiários da presente discussão são dignos de nota: a Política Nacional do Meio Ambiente nº 6938 de agosto de 1981; a LDB de 1996, que abrange a proteção ambiental em seus termos, a Lei nº9795 de 27 de abril de 1999; que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que ressalta o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental, avaliam os impactos mútuos entre educação e natureza.

Os referidos documentos acima pautados, em seus princípios e objetivos, explicitam a globalidade e as metamorfoses da questão ambiental, bem como a sua repercussão sob as condições e características humanas e sociais: em nossos hábitos e valores, estabelecidos, num contexto histórico e cultural, como condições físicas, emocionais e intelectuais do modo de vida em sociedade.<sup>26</sup>

De modo crítico, uma Ética Ambiental é proposta. Pauta-se como um mecanismo de reflexão e avaliação de como nos apropriamos do meio em que vivemos, bem como, da necessidade de uma apropriação devida para uma vida digna, o que evoca também uma reflexão acerca da sustentabilidade total das relações. Considerando que a Educação Ambiental não é neutra e que ela possui tanto intencionalidade, como politização, encontramos na educação uma interface entre

---

<sup>25</sup> Em nível de nota pontual, a tese de doutorado de Roberta D. Graf aborda a questão da transversalidade da política ambiental, e afirma que a questão ambiental exige tal abordagem. Munida de um arsenal teórico especializado no tema e experiência interventiva na política, Graf delinea os “Aspectos da Política Ambiental Transversal” (cf. GRAF, 2005, p.109-110). Não nos ateremos aqui numa análise aprofundada da tese, basta aqui pontuarmos que a questão ambiental se relaciona e se impacta com questões agrícolas, da indústria, da educação, da saúde, etc. Tendo em vista superação da organização hierárquica do estado, é necessário o entendimento dos problemas sociais de forma integrada, considerando toda a sua complexidade.

<sup>26</sup> Cabe aqui ressaltar, a ênfase dada a categoria totalidade, enquanto “categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente” (DCNEA, 2012, p. 3), contemplada em seu primeiro princípio.

natureza, sociedade cultural, consumo e produção. De acordo com o artigo 13 do DCNEA verifica-se que é preciso:

I – Desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo; II - garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental; III - estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental; (DCNEA, 2012, p.4)

Registramos que não cabe aqui discutir passo a passo o documento -DCNA - . Para a reflexão e discussão, nosso objetivo possível é ressaltar os elementos que permitem criar condições para pensar a integralidade das políticas sociais e dos direitos, tendo a temática meio ambiente como um ponto de convergência para a explanação e garantia dos mesmos, com a consciência de que qualquer política pública prescinde do direito de um meio ambiente “ecologicamente equilibrado”. Há, em nossa compreensão, que os seres inorgânicos, orgânicos e sociais estruturam e se relacionam de forma imbricada e não separadas. (LUKÁCS, 2013).

É necessário que o fundamento e a política estejam integrados com as necessidades básicas do metabolismo comum entre humano e a natureza, pois os mesmos compõem um conjunto complexo de fatores que condicionam o desenvolvimento e afiança direitos, sejam eles ambientais, econômicos e, acima de tudo, humanos. Compreendemos que o desenvolvimento econômico não pode ser pensado apartado do desenvolvimento das condições dignas de vida numa sociedade, assim como não está infenso aos rebatimentos da “questão social”.

Como já anunciado no capítulo I dos Princípios da Educação Ambiental, encontramos o desafio da integralidade dos direitos sociais. Almejando, assim, a justiça social, o artigo 17 ressalta a importância da educação ambiental na autodeterminação ou autogestão dos povos nativos e espaço para o desenvolvimento dessas comunidades. No entanto, o quadro político que se desenha no Brasil atual

traz à tona políticas neocoloniais de extermínio das comunidades indígenas<sup>27</sup> e quilombolas<sup>28</sup>. Em escala global, em 2019, foi relatado<sup>29</sup> um aumento de 30%, em relação a 2018, no índice de assassinatos de ativistas ambientais pelo mundo. O atual governo federal (de 2019 até então), têm servido aos interesses neoliberais e promovido um desmonte nas políticas de seguridade social e proteção ambiental, de modo, que tem sido constantemente interpelado pelos teóricos, educadores e profissionais das diversas instituições da sociedade civil. Enquanto Bolsonaro testa os limites do politicamente incorreto nas propagandas e alardes que, por um lado, veiculam a ideologia conservadora, por outro, instrumentaliza o estado a partir da lógica neoliberal, que reforça a dependência das periferias em relação aos centros do capitalismo. Segundo Villas-Bôas,

Do ponto de vista da informação como mercadoria, sob a forma de notícia espetacularização, o governo Bolsonaro é uma fábrica de intensa produção. A repercussão de improperios e ameaças que alardeiam uma possível reedição do AI-5, em futuro próximo, naturalizam o volume de ações das forças repressivas que já excedem qualquer padrão ético e assentam no plano da normalidade o estado

---

<sup>27</sup> Cf. LE TOURNEAU, F. O governo Bolsonaro contra os Povos Indígenas: as garantias constitucionais postas à prova. Revista franco-brasileira de Geografia [nº 501], 2019. O artigo aborda o que está em jogo no desmantelamento das terras indígenas. Delineia também as inclinações ideológicas do governo Bolsonaro, apresentando as medidas tomadas pelo governo desde a posse em janeiro de 2019 e projeta ainda, as possibilidades do futuro dos povos indígenas, entre a demarcação e o genocídio.

<sup>28</sup> Cf. FIABANI, A. Comunidades negras Quilombolas: a agonia de um movimento social abandonado pelo estado. Caruaru, PE: Revista Debates Insubmissos [ nº8, jan/abr], 2020. O artigo aborda a relação entre o Estado brasileiro e as comunidades quilombolas, bem como as perspectivas de titulação de terras em comunidade quilombola na atual conjuntura, tendo em vista a MP 870/2018 que atribui identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, composto por representantes do latifúndio e agronegócio.

<sup>29</sup> . Cf. O relatório *Defending tomorrow: the climate crisis and threats against land and environmental defenders* (2020), da ONG Global Witness, traz a público números recordes de assassinatos de ambientalistas em 2019: um total de 212. As investigações apontam a mineração como atividade mais envolvida nos assassinatos, seguida pela agroindústria e o setor madeireiro. A América Latina e Caribe apresenta-se enquanto o epicentro desses assassinatos no mundo: 148 foram cometidos nos territórios entre a América do Sul e a América Central, cerca de 70% dos casos mundiais. O Brasil ocupa o terceiro lugar nesse ranking, somando 24 assassinatos de acordo com a Global Witness (2020, p.9). GLOBAL WITNESS. *Defending tomorrow: the climate crisis and threats against land and environmental defenders*. Londres, 2020. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defending-tomorrow/> Acessado em: 01/08/2020.

de exceção em que vivemos desde o golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial: passamos a conviver com invasões da polícia em reuniões em sindicato; o aumento exponencial de mortes “por bala perdida” em ações militares em cidades como o Rio de Janeiro são tratadas como efeito colateral da luta contra o crime; lideranças indígenas, camponesas e quilombolas são assassinadas impunemente; o governo quer expandir as possibilidades de uso do dispositivo da Garantia da Lei e da Ordem para empregar forças militares contra os movimentos sociais do campo em ações de despejo; a tentativa de aprovar o excludente de ilicitude visa garantir liberdade para matar às forças policiais em confrontos com a população nas ruas (2020, p.8).

Nesse contexto de retrocesso em relação aos direitos fundamentais, em âmbito nacional, e de reestruturação produtiva do capital, em âmbito global, a governança da administração pública federal “abre alas” para o avanço das megacorporações e empresas multinacionais, em prejuízo das políticas protetivas do meio ambiente. Tais empresas e conglomerados desenvolvem as suas atividades produtivas mediante a exploração dos recursos naturais e do trabalhador (como recurso humano) dos países subdesenvolvidos.

Em uma breve retrospectiva, o Brasil tem sido cenário para desastres ambientais de amplas proporções, provenientes, principalmente, da atividade petrolífera, da mineração e do desmatamento das florestas, com vistas à agricultura e pecuária de larga escala. A marca que a atividade capitalista tem gravado sob a natureza, mostra o seu relevo na realidade brasileira atual, entre os desastres ambientais de maior relevância e impacto, destacamos: o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG (2015), que lançou cerca de 62 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério de ferro sobre os afluentes do Rio Doce; o rompimento da barragem 1 da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho/MG (2019) que depositou cerca de 13 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos e ocasionou a morte de 270 pessoas (CARMO;ARAÚJO, 2020, p.11)<sup>30</sup>; o derramamento de petróleo (ou óleo bruto) na costa brasileira, que se

---

<sup>30</sup> In. CIRNE, M; LEUZINGER [et al.]. Direitos dos desastres: meio ambiente natural, cultural e artificial. Brasília: UniCEUB: ICPD, 2020. Resultado da discussão entre as diversas abordagens do direito ambiental, a coletânea de textos apresenta um exame detalhado sobre os danos e os múltiplos fatores ambientais imbricados nos desastres de Mariana e Brumadinho, bem como os argumentos que embasam a responsabilização penal do

espalhou por 4.334 km, desde o nordeste até o sudeste, impactando 11 estados e 120 municípios, entre os meses de agosto e novembro de 2019 (PENA, P. et al., 2020); o vazamento de metais tóxicos da mineradora norueguesa Hydro Alunorte em Barcarena/PA (2018): estudos constataram a contaminação das bacias do Rio Macuripe, os quais atestavam níveis consideráveis de arsênio, chumbo, manganês, zinco, mercúrio, alumínio, entre outros. Segundo o Ministério Público Federal, em 2018 haviam 44 investigações para apurar irregularidades nas instalações e operações da empresa (MATOS, et al., 2020, p.29.652); os incêndios na Amazônia (2019): durante o mês de agosto do respectivo ano, foram registrados mais de 200 mil focos de incêndio entre os estados do Amazonas, Pará e Rondônia, resultando na dispersão acentuada da fumaça na atmosfera, se espalhando cerca de 3.000 km das áreas-fontes (CLAUDINO-SALES, 2019, p.28).

Estes são alguns dos desastres ambientais mais recentes de nosso país, apresentados sob a análise e monitoramento de organizações conservacionistas e teóricos das mais diversas áreas. A apresentação, ainda que tópica, desse panorama, se apresenta como uma contribuição considerável na avaliação dos desafios atuais no que tange a questão socioambiental, concebida em meio a um processo dinâmico de avanços e retrocessos. Segundo Claudino-Sales,

O perigo mais imediato, e mesmo eminente, está associado à uma situação de governança. Trata-se do desmonte da política de preservação ambiental no país, orquestrada pelo atual Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente. É fato que o Ministério tem agido para destruir todo o sistema de controle e fiscalização do meio ambiente a nível nacional, e que o Governo Federal ele mesmo vem incentivando garimpeiros e fazendeiros a destruírem floresta e áreas de preservação ambiental. Circula ainda no Congresso Nacional projeto-de-lei (de autoria de membro do clã que se encontra no poder na atualidade) visando diminuir as áreas preservadas no meio rural. Assim, o desastre ambiental está em pleno curso no Brasil, e os incêndios florestais em todas as regiões do país são um retrato dessa situação escandalosa. (CLAUDINO-SALES, 2019, p. 31).

---

conglomerado empresarial (Samarco, Vale S.A, BHP Billiton e VOGBr) que administra as minas de ferro.



É diante dessa conjuntura de ataques ao meio ambiente e às comunidades remanescentes ligadas à terra que situamos os desafios envolvidos na luta pelos avanços e pelas garantias constitucionais dos direitos ambientais. A atual gestão do Ministério do Meio Ambiente deixa transparecer, em seus discursos e estratégias, a aliança com “bancada ruralista” do congresso nacional, de modo a favorecer o avanço do agronegócio, da mineração e do extrativismo predatório em áreas de interesse ambiental. O atual ministro, Ricardo Salles, é um crítico da legislação ambiental brasileira. Considerando-a excessivamente burocratizada, defende, junto ao governo, mudanças na lei, para flexibilizar a atuação produtiva do estado e da iniciativa privada sobre os recursos naturais.

Estabelecendo um paralelo entre as estratégias do governo de Bolsonaro e o modelo de desenvolvimento neoliberal, Koury (2020), expõe os traços e repercussões básicas desse modelo de desenvolvimento, onde

As novas formas de investida dessa posição radical neoliberal, em prol da consolidação do capitalismo financeiro, fenderam de vez quaisquer dissimulações sobre o humano — questão-chave da antropologia —, expondo o desprezo pela vida da humanidade e pelo meio ambiente, impondo, assim, sem qualquer sentimento moral e ético, o aumento da desigualdade, a expansão da fome pelo mundo e uma política de extermínio, como forma de expandir o capital financeiro. (KOURY, 2020, p.3)

A expansão do capital financeiro tem sido uma prioridade das políticas neoliberais adotadas pelo atual governo brasileiro. Em tempos de Covid-19, a recomendação de Ricardo Salles de “aproveitar a pandemia para ir passando a boiada”<sup>31</sup> deixa transparecer essa prioridade. Segundo Koury (2020), a expressão “aproveitar a pandemia para ir passando a boiada”, tem o “sentido de promover o relaxamento da legislação ambiental e ampliar a destruição da Amazônia e das reservas florestais do país”. De acordo com Koury (2020, p.2), a pandemia do Covid-19 nos colocou diante de duas crises: “a político-institucional”, promovida pela gestão Bolsonaro, e “a sanitária”, gerada pela ampliação do contágio da Covid-19 frente o

---

<sup>31</sup> (PARAGUASSU, 2020 apud KOURY, 2020, p.5)

descaso e irresponsabilidade da presidência em relação à adoção de políticas de saúde pública que atendessem os protocolos de segurança ditados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). É nesse cenário de fragilidades diversas, seja em âmbito de saúde pública, ou em âmbito de mobilização dos movimentos sociais e dos trabalhadores, que o projeto neoliberal de exploração do ambiente nacional segue o seu curso no Brasil.

### 3.2. As determinações da questão socioambiental e as configurações conceituais da noção de desenvolvimento no debate do Serviço Social

A ampla produção e divulgação dos fenômenos de degradação ambiental em diversos veículos das também diversas áreas do conhecimento e da comunicação, compreendem a realidade e a urgência de uma crise ambiental, que se configura na sociedade atual e que se projeta para a sociedade futura. Atentos aos rebatimentos da questão ambiental à “questão social, buscamos uma aproximação de dupla via: indo à literatura do Serviço Social, seja nas bibliografias de referências no tema, seja na bibliografia dos fundamentos do Serviço Social; bem como, trazendo aportes clássicos fundamentais, de Marx e da tradição de pensamento marxista, para uma discussão entre os pares e entre as áreas sociais e afins.

A discussão transversal acerca das noções de desenvolvimento possui configurações conceituais de amplas margens que parte de uma noção de desenvolvimento produtivo (prometeica), passa pela noção de desenvolvimento social, e desagua nas exigências de um desenvolvimento sustentável. A concepção desenvolvimentista que vigora nas abordagens sobre a questão ambiental, Nunes (2013), considera, a partir de SILVA; RAFAEL (2010) que:

Este movimento vincula-se à tendência mundial de incorporação do empresariado às práticas socioambientais, como parte de suas estratégias de aumento da lucratividade e de construção de hegemonia: a “responsabilidade socioambiental” é aventada como resposta à questão social e à degradação ambiental na esteira da crescente omissão do Estado na proteção social e na

garantia do usufruto coletivo dos recursos ambientais (SILVA; RAFAEL, 2010, p. 4 apud NUNES, 2013, p.203).

Nesse sentido, a dinâmica organizativa do capitalismo moderno, desde a sua gênese até sua fase imperialista atual, efetiva suas práticas apropriando das riquezas orgânicas e inorgânicas advindas dos países periféricos. Essa dinâmica constrói uma forma concreta do capital de um desenvolvimento desigual e combinado.

Um desenvolvimento homogêneo, em relação ao acesso às condições objetivas e aos bens fundamentais para reprodução social da vida humana, não se coloca enquanto uma característica fundante do capitalismo moderno, uma sociedade fundamentada numa lógica dual que fundamenta a exclusão, impondo assim, uma estrutura marcada pela heterogeneidade das condições sociais de desenvolvimento humano, fortemente condicionada por sua matriz produtiva de extração da mais-valia e da apropriação do valor em forma de lucro para os capitalistas em seus diferentes níveis de intervenção.

Amparado no relatório da Cepal, intitulado *La matriz de la desigualdad social en América Latina*, corroboramos com suas análises ao demonstrar a existência da heterogeneidade estrutural geradora da desigualdade social no mundo e, em sua essência particular na América Latina e Caribe. Ao mesmo tempo, o referido relatório indica que os parâmetros de desenvolvimento devem ser tematizados e projetados na perspectiva de um desenvolvimento social ao invés de econômico. A incompatibilidade entre o social e o econômico se caracteriza enquanto uma contradição fundamental das relações capitalistas de produção, resguarda a preponderância do desenvolvimento econômico sobre o social. A perspectiva cepalina propõe um limite para o desenvolvimento econômico capitalista, condicionando-o às exigências imperativas de sustentabilidade socioambiental.

Em sua abrangência científica, o relatório da Cepal lança novas luzes para a reflexão sobre o desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe, analisando as diversas raízes entrecruzadas da desigualdade no centro e sul do continente. A sua contribuição chega ao termo munido de oito “recomendaciones de política” (cf. CEPAL, 2016, pp. 77-86), entendidas como objetivos e desafios para o enfrentamento da desigualdade social, as quais articulam os diversos eixos (supracitados) que “se

encadenan y se entrecruzan y se potencian entre si”, e que caracterizam a denominada “heterogeneidad estructural”, que submete o desenvolvimento social às exigências do âmbito econômico produtivo no mercado de trabalho.

Os traços desenvolvimentistas da gestão socioambiental, sejam eles de caráter econômico ou de caráter sustentável, contribuem fortemente para engendrar um “capitalismo periférico e dependente”. Os mecanismos reguladores servem ao controle exercido pelas agências e organismos multilaterais como o Banco Mundial e FMI, que submete às metas educacionais, às políticas de desenvolvimento e os serviços aos seus interesses e a seus pontos de vistas, sendo seus custos e implicações sociais avaliados a partir da ótica da contenção de gastos, em benefício do mercado e em prejuízo da proteção social.

Em contrapartida, à luz das reflexões de Mészáros (2002), ponderamos que o caráter de incontrolabilidade e insaciabilidade na reprodução ampliada do capital, não se refreia sob os domínios estabelecidos por seu regime social, antes reestrutura as bases materiais da produção, de acordo com as necessidades postas pelas consequências ambientais de sua própria atividade econômica destrutiva, avaliadas pela gravidade qualitativa das transformações da realidade e pelo ritmo de aceleração contínua em que a contradição posta entre a acumulação e a natureza se reproduz. Nesse cenário histórico a concepção desenvolvimentista mostrou por meio de análises rigorosas, bem como através de dados estatísticos que o resultado é único: de um lado o acúmulo do capital e de outro, porém imbricado, a pobreza e a miséria.

No sentido de oferecer uma análise crítica das estratégias institucionais de enfrentamento da pobreza, bem como, de projetar as condições de um *ethos* pautado em bases ontológicas, fundado no compromisso com a emancipação humana, Siqueira (2012) versa sobre a concepção desenvolvimentista de enfrentamento da pobreza e como as concepções críticas marxistas rebatem o “desenvolvimentismo”, detectando as falácias de um desenvolvimento insustentável a nível social, denunciando o caráter liberal dessa difusão ideológica desenvolvimentista, em detrimento de uma sustentabilidade econômica.

A questão que desponta é de grande complexidade e as simplificações, de modo geral, encobrem o processo pelo qual se insere e sedimenta. Porquanto, cabenos, nessa curta empreitada, trazer elementos e aportes históricos e teóricos para

uma reflexão concisa, mas não peremptória sobre os temas em questão. Nos marcos da discussão elaboram-se concepções e estratégias de combate à pobreza, que, em si, não configuram uma homogeneidade, pelo contrário, evoca leituras e posturas tão diversas quanto complementares, historicamente inseridas na dinâmica dialética que o horizonte social encerra.

No entanto, para Siqueira,<sup>32</sup> em relação a concepção de que a pobreza é produto de uma política de subdesenvolvimento e das crises do capital, tendo esses fatores como determinantes da questão, afastam a contradição inerente ao sistema capitalista. Sob essa perspectiva, segundo Siqueira (2012, p.354), a pobreza é entendida como um problema de escassez, encarada como um fenômeno transitório, como um estágio reduzido de produção de bens e não como um fenômeno estrutural. Essa compreensão esconde a centralidade da contradição capital/natureza, pois o subdesenvolvimento não é uma condição autônoma de um país, mas uma relação de dependência entre regiões centrais e periféricas, produto de uma relação desigual e combinada do sistema capitalista mundial.

Ao mesmo tempo, quando coloca na mesa de discussão as crises gestadas e desenvolvidas durante o desenvolvimento do modo de produção capitalista, também é carregada de análises positivistas e irracionalistas, nominando esses cenários como uma doença que ataca o capital. Ao contrário, a crise é pensada enquanto uma fase necessária da dinâmica cíclica do capitalismo (MARX, 1980; TROTSKY, 1985 apud SIQUEIRA, 2012, p.355). Portanto, o enfrentamento da pobreza, em suas variadas formas, visando promover o desenvolvimento ou superação da crise, nada poderão fazer para reduzir a pobreza, se não acompanhada de mudanças na distribuição de renda e limitação na acumulação de capital. Assim, entendemos, que a superação da pobreza só é possível de ser pensada e efetivada sob a base de uma nova sociedade, cuja se expressa para além do capital.

Mas, como nosso cotidiano é permeado inteiramente pelo capital, Siqueira apresenta, com cuidados acadêmicos, as propostas desenvolvimentistas de combate à pobreza a partir da análise ofensiva liberal (SIQUEIRA, 2012, p.355). Para os visionários que negam a materialidade da contradição entre a proposição do capital e

---

<sup>32</sup> Analisaremos aqui, aportados do artigo de Siqueira, a leitura do Banco Mundial (BM), sob a ótica desenvolvimentista, e como suas concepções norteiam as estratégias do Banco Mundial exposta nos relatórios de 1990, 2000, 2002 e 2003.

a própria manifestação da natureza, entendem que as ações das agências multilaterais se caracterizam pela promoção de ações e políticas que aliviam a pobreza através da ajuda internacional de capital e tecnologias. Tais agências assumem a expressão e responsabilidade pela promoção de Políticas como as mencionadas, sobretudo em países periféricos. Um dos pontos determinantes do relatório – 1990- do Banco Mundial, de acordo com Siqueira, pautou-se em “medir qualitativa e quantitativamente a pobreza” (BM, 1990, p.1 apud SIQUEIRA, 2012, p.356), conforme o Produto Nacional Bruto (PNB) e a renda per capita.

A estratégia do Banco Mundial - relatório de 1990 -, marca a sua política da década e visa à redução da pobreza “de modo rápido e politicamente sustentável” através de transferência de renda, atividade laborativa e assistência social. Desse modo, a proposta da agência não proporciona custos nem aos capitalistas e nem ao modelo de acumulação. No entanto, segundo Siqueira, o argumento presente no relatório de 1990 do Banco Mundial é frágil, tendencioso e falacioso. Pois, ao determos sobre o conceito adjetivado sustentável da proposta, verificamos que politicamente, sustentaria apenas o modelo de dependência financeira e técnica dos países periféricos em relação aos centrais, impondo, além disso, a modalidade de trabalho e assistência.

A falácia do Banco Mundial é explicitada na avaliação posterior do próprio Banco. Ao apresentar o relatório de 2000/2001. Siqueira mostra que o Banco Mundial não atingiu as metas de redução da pobreza, pelo contrário, aumentou na América Latina, sul da Ásia, África subsaariana, Europa e Ásia Central. Conforme demonstra Siqueira ao citar a própria confissão da causa do Banco Mundial.

[...] nos anos 1950 e 1960, muitos consideravam os grandes investimentos em capital físico e infraestrutura como a principal via de desenvolvimento. Nos anos 1970, aumentou a conscientização de que o capital físico não era suficiente: a saúde e a educação tinham pelo menos a mesma importância... Nos anos 1980, após a crise da dívida, recessão global e experiências contrastantes [...] a ênfase passou a ser atribuída à melhoria da gestão econômica e liberação da força do mercado. Nos anos de 1990, o governo e as instituições passaram a ocupar o centro do debate, ao lado das questões de vulnerabilidade no âmbito local e nacional (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 6 apud SIQUEIRA, 2012, p. 357).

Levando em conta o fracasso de suas metas, o Banco Mundial propõe que se modifique a sua estratégia e, no relatório de 2002, após a *mea culpa*, anuncia a necessidade de “promover oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança” (2002, p.6, apud SIQUEIRA 2012, p.357) na área social. A estratégia seria apostar na oferta de trabalho e assistência social, reforçando um modelo de “empoderamento”, onde o estado não é agente fundamental na proteção, mas sim as próprias comunidades, relegando, conseqüentemente, a responsabilidade pela pobreza aos próprios países pobres. Assim, para o Banco Mundial, justificando sua promessa filantrópica, busca ampliar as dívidas dos países periféricos ao propor a saída da pobreza pela livre iniciativa com recursos do próprio Banco Mundial:

Nações de baixa renda em processo de reforma têm dificuldade em atrair investimentos. Aqui a ajuda internacional pode ter um papel complementar de grande valor para auxiliar os países em processo de reforma de suas políticas com a esperança de se tornarem globalizados. Logo, umas das razões pelas quais a ajuda internacional aumenta o crescimento nos países com ambientes de boas políticas é que ela atrai investimentos (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 98-99 apud SIQUEIRA, 2012, p. 360).

A contradição em relação a proposta de enfrentamento da pobreza na concepção da Agência diz respeito a proposição de construir um mundo sem pobreza, incentivando a acumulação de riqueza socialmente produzida, através de saídas temporárias de desenvolvimento econômico sem que se faça uma distribuição igualitária do produto.

Como contrapondo a noção desenvolvimentista do Banco Mundial, Siqueira analisa os pressupostos da abordagem marxista da pobreza, elencando duas premissas centrais: (1) que a pobreza só pode ser explicada no capitalismo pela contradição orgânica que existe na relação entre a classe trabalhadora e a classe burguesa e, (2) que o enfrentamento das metamorfoses da “questão social” exige que se conheça as determinações historicamente impostas pela contradição dessas classes e pela organização social capitalista.

Na decomposição dessas premissas, como mostra Siqueira (2012), a pobreza não é um fenômeno que possa ser explicado por si só, de modo isolado, considerada

a sua pertinência ao modo de produção capitalista. Dessa forma, para o pensamento marxiano e da tradição marxista, a pobreza é inerente ao desenvolvimento do capitalismo industrial, não um “aspecto residual transitório” dessa ordem societária, mas sim estrutural e resultado do seu desenvolvimento.

Outra decomposição das premissas iniciais é a compreensão de que a população pauperizada não é marginal e contingente, mas basilar e necessária. Considerada a partir de uma espécie de dualismo lógico da racionalidade positivista, bem como do irracionalismo neopositivista vigorante, a pobreza e sua negação são enquadradas a partir de uma estrutura dual fixa entre integrado e marginal, funcional e disfuncional, incluído e excluído. Apartadas das necessárias mediações com a totalidade dialética, suas categorias também são descartadas.

Ao demonstrar a ausência de fundamentos mediados que permitam compreender a real concretude do conceito teórico/prático da categoria pobreza, Siqueira abre um caminho de interpretação que possibilita encontrarmos equívocos, também, quando se trata do “mito do crescimento econômico” (FURTADO, 1974).

Situada em oposição à concepção desenvolvimentista clássica, a concepção de desenvolvimento sustentável resguarda uma perspectiva mais ampla do espaço e das atribuições do setor público que pressupõem, não somente a universalidade dos direitos e seu alcance, mas, sobretudo, a integralidade das políticas sociais para garantir a articulação plena e acesso aos serviços públicos essenciais. As Políticas Sociais, enquanto instrumentos da proteção social almejam os “direitos de cidadania”, consideradas no horizonte histórico, econômico e do sistema político vigente, em conflito com a tendência do “capital flexível” de transformar direitos em mercadoria, pela execução privada dos serviços fundamentais, públicos em essência.

A concepção do desenvolvimento sustentável se firma em oposição à lógica privatista do desenvolvimento capitalista, afirmando os valores comuns de acesso e participação das democracias. Porém, inserida no contexto democrático das sociedades, marcado pelos ditames neoliberais, a sustentabilidade, que prescreve os limites do desenvolvimento econômico, se depara com os limites da sustentabilidade no interior do modelo capitalista moderno de desenvolvimento.



Faria (2011), argumenta no sentido de que a sustentabilidade “deve ser compreendida não apenas como um processo coletivo da produção das condições materiais objetivas e subjetivas de existência social, mas igualmente como um processo que valoriza do mesmo modo seus produtores” (2011, p.1).

O delineamento teórico-crítico da sustentabilidade, traçado por Faria (2011), emerge da necessidade de uma fundamentação crítica das teorias tradicionais da sustentabilidade. De acordo com Faria (2011, p.1), o conceito de sustentabilidade é apresentado pela primeira vez em 1987 por G. Harlem Brundtland, então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, à Assembleia Geral da ONU através do documento intitulado “Nosso Futuro Comum”. Segundo Faria, o estabelecimento do desenvolvimento sustentável como “critério da responsabilidade social”, é formulado conceitualmente

Como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Imediatamente, este conceito deu origem ao de *Sustainability*, que é uma ação em que a elaboração de um produto ou desenvolvimento de um processo não compromete a existência de suas fontes, garantindo a reprodução de seus meios (2011, p.1).

As exigências que tal critério de responsabilidade impostas à produção, inviabilizam fundamentalmente as relações sociais de produção e o modelo de desenvolvimento econômico estabelecidos pelo capitalismo. O pressuposto de integração entre economia, ambiente e sociedade, se estabelece enquanto um parâmetro da atividade inter-relacionada entre os âmbitos. Tal pressuposto se funda no “modelo colaborador-comunidade”, que estabelece os princípios, o caráter e os rumos do desenvolvimento. De acordo com Faria:

Este paradigma indicaria que a preocupação central das empresas deveria ir além da produção e geração de dividendos. Neste sentido, seria de se considerar que deve haver, por parte das empresas, maior envolvimento com questões que proporcionam o bem-estar dos seus empregados, associadas à preocupação com a comunidade da qual fazem parte estes mesmos empregados (2011, p.2).

A incompatibilidade entre o modelo e a práxis manipulatória, que condiciona as relações produtivas, do modo de produção capitalista, impõe a necessidade de uma reflexão crítica sobre a sustentabilidade. Tal necessidade, desponta no sentido de se pensar a exigência de integração para além do modelo de produção estabelecido pelo mercado. Porém, abstraídas da contradição entre capital e trabalho, que funda o regime de produção capitalista, as condições propostas pela sustentabilidade ignora a negação do valor e do papel do trabalho que vigora no modo de produção capitalista.

Diante desse contexto mercadológico ao qual a ecologia se insere, Faria (2011, p.3) apresenta criticamente cinco abordagens de sustentabilidade. Nos ateremos às concepções tradicional clássica e tradicional moderna, em decorrência do viés “econômico-liberal de mercado”, que aportam. A concepção tradicional clássica, de acordo com Faria, pressupõe que:

Pressão de concorrência, crescimento econômico e prosperidade levam automaticamente ao uso racional dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e a novas necessidades de consumo compatíveis com as exigências do meio ambiente. O mercado é o melhor mecanismo para garantir a satisfação dos desejos individuais, inclusive dos desejos ambientais (DRYZEK, 1992 apud FARIA, 2011, p.3).

A crença liberal clássica de um “estado de bem-estar social”, pautada num mercado regulado por seus próprios mecanismos, parte do princípio de que o desenvolvimento da atividade econômica do homem gesta o controle racional sobre os processos causais da natureza. Entendidos em sua ilimitada característica de renovação e adaptação, os recursos naturais se conformam ao ritmo produtivo do modo capitalista.

Aqui, o trabalho perde a centralidade na promoção do intercâmbio material do homem com a natureza, esse papel regulador do sociometabolismo passa a ser imputado ao mercado, entendido como o espaço da *práxis* onde ocorre a satisfação das necessidades humanas em equilíbrio a base natural.

Baseados na “lei da oferta/procura”, a concepção acredita numa mudança na produção e prestação de serviços, como uma resposta mercadológica à consciência

ecológica que irrompe no consumidor. Esta concepção, tende a abstrair todo o contexto de fetichização da mercadoria, pensando-a a parte dos processos de valorização, que a institui com tal, na produção capitalista, apelando à consciência consumidora como um sujeito ético, autônomo para colocar as demandas num dinâmico ambiente de oferta de satisfação.

De acordo com Faria (2011), a concepção tradicional moderna defende:

A internalização dos custos ambientais (os quais costumam ser avaliados e calculados de forma monetária) (MUNASINGHE, 2002) através da introdução de sistemas de estímulo de mercado, geralmente com o auxílio de impostos e taxas ambientais ou do comércio de títulos de poluição. O caráter desta concepção restringe-se à reivindicação de um crescimento qualitativamente diferente, ou seja, um crescimento que leve em conta impactos ambientais e sociais. (FARIA, 2011, p.4).

Tal concepção leva em conta os impactos ambientais e sociais da produção, porém, estabelece uma restituição numerária como medida compensatória pelos danos ambientais da atividade capitalista, reduzindo a virtude intrínseca da natureza ao valor econômico, isto é, estabelecendo critérios e medidas de restituição quantitativa de qualidades naturais irrestituíveis, se estipula o preço da “produção destrutiva” (MÉSZÁROS, 2002).

A tendência ao produtivismo e à competição contribui para a dependência econômica dos países subdesenvolvidos em relação às potências econômicas, reforçando assim as relações imperialistas. Faria (2011, p.4) aponta na tributação, uma contradição com a lógica liberal da concepção, a saber, a interferência do público sobre o privado. Contradição essa, amenizada pelo fato de os governos estarem alinhados com o desenvolvimento produtivo capitalista.

A proposta de integração, não pressupõe uma reestruturação da cadeia produtiva do capitalismo, que institui os determinantes materiais do desenvolvimento econômico, antes propõe, que o desenvolvimento capitalista comporte e promova o desenvolvimento ambiental e social. Porém, há que se considerar que o modo próprio da produção capitalista é caracterizado pelo *télos* da acumulação de capital *mediante* a apropriação do produto do trabalho concreto e abstrato na sua relação com natureza, entendida enquanto a base material da riqueza. A paradoxal conciliação destes âmbitos, ontologicamente negados, metabolicamente fraturados, se revela

problemática em sua realização, condicionada aos limites do modo de produção capitalista.

As metamorfoses da questão social, decorrentes da contradição fundamental do capitalismo entre capital e trabalho, colocam em disputa os projetos societários das classes em contradição: o desenvolvimento das condições reprodutivas da vida social humana em contraposição às condições estruturais e operacionais de reprodução do capital. É em decorrência da incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, que se vive a materialização das expressões de degradação e da miséria humana presente no bojo da sociedade capitalista. De acordo com lamamoto (2001), a “questão social” “enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como a expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (p.10).

Nesse sentido, sob a determinação organizativa da sociedade capitalista, o desenvolvimento econômico se constitui enquanto um fator retrogerador da miséria, produzida e ampliada em equivalência à ampliação crescente da produção e acumulação de capital. Deste modo, Netto assinala que, na sociedade capitalista industrial nascente, “a pobreza cresce na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p.42). A síntese é clássica e é intrínseca ao capitalismo moderno: quanto mais riqueza produzida, maior o número de seres humanos pobres e miseráveis. Além da situação corrente, ao mesmo tempo, os seres inorgânicos e orgânicos também são destruídos em cada ação da classe dominante.

Tendo em vistas as considerações precedentes, podemos inferir que o modo de produção capitalista, desde o seu advento, tem se apropriado do desenvolvimento das forças produtivas em favor de sua finalidade acumulativa. Nesse contexto, as condições materiais de vida, de homem e natureza, têm se subordinado ao avanço desenfreado da reprodução ampliada do capital, que instaura um processo social de degradação global.

3.3 Parâmetros de uma crítica marxista da ecologia: as condições e os modos de reprodução do capitalismo

Em um cenário de uma ofensiva burguesa sobre natureza e sociedade, irrompe a crítica marxista, no sentido de responder e analisar o conjunto de manifestações da degradação social e ambiental, bem como a estrutura, a partir da qual, se coloca em movimento. Autores como F. Chesnais e C. Serfati (2003) compreendem que o processo contraditório resultante da relação estabelecida entre o capital/natureza, é expressão da condição reprodutiva desse modelo.

A questão das “condições de reprodução social de certas classes, de certos povos e, até mesmo, de certos países” (2003, p.39) são, segundo Chesnais e Serfati, pressupostos contidos na discussão acerca da ecologia e do meio ambiente, expressas na questão ambiental. De acordo com os referidos autores, a questão reprodutiva que se apresenta, e que representa uma ameaça global às condições humanas de vida em sociedade, porta uma aparência “abstrata” da crise ecológica para os países centrais do capitalismo e, por conseguinte, “o tempo de gestação muito longo dos plenos efeitos de mecanismos presentes no capitalismo desde suas origens foi e continua sendo, mais do que nunca, um fator de inércia nos países capitalistas avançados” (ibid., p.39). Porém,

Hoje, a gravidade das agressões à biosfera é conhecida. Os trabalhos da comissão científica, criada pelas Nações Unidas para estudar as mudanças climáticas, estabeleceram que em certos domínios, tais como os recursos não-renováveis e, possivelmente, a biodiversidade, as degradações atingiram patamares de irreversibilidade ou, pelo menos, estão próximos a eles. Nem por isso, os governos dos países capitalistas desenvolvidos e as instituições internacionais deixam de engajar-se na via de um agravamento da situação pela ampliação de “direitos a poluir” que sistematizam o caráter intangível da propriedade privada bem como o direito do capital à pilhagem da natureza (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 41).

Não obstante, o que seria caracterizado como uma concepção negligente e um modo de vida carente de responsabilidade social acerca da relação entre sociedade e natureza, tomam contornos de um padrão global de reprodução e desenvolvimento social, até mesmo por parte dos países mais subjugados na relação imperialista, estabelecida pelo capitalismo moderno. De modo a caracterizar essa paradoxal situação, Chesnais e Serfati apontam que:

O único “modelo de desenvolvimento” proposto aos países “atrasados” continuaria sendo aquele difundido pelos meios de

comunicações a partir dos centros do capitalismo mundial e a ter por base as mercadorias e as formas de vida social, produzidas pelos grandes grupos industriais e financeiros. (2003, p.40)

A lógica da exploração presente na atualidade traz, desde o início da criação do projeto capitalista moderno, conteúdos qualitativos e quantitativos que aceleram exponencialmente o processo da destruição da natureza. Porém, faz-se necessário apropriar do movimento histórico desse processo de destruição por meio da análise crítica, assumindo a tarefa de desvelar os mecanismos operacionais de sua reprodução, bem como, o controle exercido sobre os modos de produção e reprodução da vida (social e da biosfera). Assim sendo, segundo Chesnais e Serfati

Os fundamentos sociais do capitalismo fornecem a chave dos mecanismos bem específicos de seleção social das técnicas que esse modo de produção e dominação criou, das quais a civilização do automóvel e os organismos geneticamente modificados (OGM) são a expressão contemporânea. Todos esses mecanismos e as tendências que eles suscitam estavam *inscritos* nos próprios fundamentos do modo de produção, bem como nos modos de dominação de classe, nacionais e internacionais (imperialistas). (2003, p.41).

Segundo os autores supracitados, a situação constituinte de uma crise socioambiental, “cujos efeitos se repartem de forma muito desigual” (ibid., p. 42), são efeitos produzidos pelo capitalismo, mas nem por isso se constituem enquanto elementos que propulsionam a crise de sua própria forma social, antes coloca em movimento os mecanismos organizativos da vida e da produção social. Desse modo, Chesnais e Serfati afirmam que:

A crise ecológica planetária é, pois, uma “crise capitalista”. Mas, ela testemunha a plena reafirmação da vontade e da recorrente capacidade do capital em transferir a seu meio “externo” geopolítico e ambiental (a biosfera) as consequências de contradições que são, exclusivamente, suas; no sentido que surgiram das relações de produção e de propriedade que o fundam (2003, p.42).

Mas, apesar dos donos do capital apresentarem justificativas falaciosas, portanto, manipulatórias, cotidianamente se utilizando dos meios de comunicação privados e públicos, bem como através de publicações em outras instâncias (livros, revistas, artigos e outros), o resultado está “a céu aberto”, denunciando os conteúdos

contraditórios resultantes da relação capital/natureza, restringindo o campo de possibilidades dos sujeitos:

Hoje, "nossa espécie violenta o movimento global da natureza": ela o faz no quadro de um modo de produção bem específico. Traços contemporâneos aceleram seu ritmo, só deixando a cada indivíduo ou a cada conjunto micro-social uma margem de manobra muito fraca em relação a sua participação ou não a esse processo (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 41, 42).

Enfraquecidos, cada indivíduo ou mesmo grupos organizados, encontram dificuldades para enfrentar a força do capital presente na esfera da reprodução social. Assim, sob a emergência de uma questão socioambiental, tanto a mediação e enfrentamento das suas manifestações destrutivas, quanto a participação cívica e política sobre os processos de elaboração de um projeto societário, se defrontam, na realidade social, com os interesses e necessidades próprias de reprodução do capitalismo, pronto a restabelecer as estruturas de controle produtivo e, conseqüentemente, a garantia sempre possível do alcance da sua finalidade, no vir-a-ser de um desenvolvimento econômico-social díspar.

No plano econômico, o capital transforma as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou a degradação de recursos, como a água e até o ar, em "mercados", isto é, em novos campos de acumulação. Em domínios como os das repercussões da decodificação do genoma ou no dos OGMs, vemos estratégias de dominação econômica e política sem precedentes em sua forma e seus objetivos, acompanhadas por 'apostas' tecnológicas cegas, de uma irresponsabilidade social total. Frequentemente, seu motor é a satisfação do "valor acionário" demandado por investidores institucionais e pelos mercados de ações. No plano político, o capital é plenamente capaz de transferir o peso das degradações para países e para classes mais fracas. Em caso de necessidade, ele pode em último recurso dirigir toda a potência militar dos imperialismos dominantes para tarefas de "manutenção da ordem" em todas as partes do mundo em que as degradações das condições de existência dos povos, sob efeito das destruições ambientais, possam provocar levantamentos (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 42, 43).

A dominação, exercida pela dinâmica organizativa do capitalismo, se estrutura e se legitima no espaço de intersecção entre o econômico e o político. Nas tramas da ordem societária vigente, há, segundo Chesnais e Serfati (2003), um vínculo indissociável entre "a exploração dos dominados pelos possuidores de riqueza e a

destruição da natureza e da biosfera” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.40). Nesse sentido:

É impossível dissociar as destruições ambientais e ecológicas das agressões desfechadas contra as condições de vida dos proletários urbanos e rurais e de suas famílias, notadamente dos que vivem nos países ditos do Sul, sob dominação imperialista. Também é impossível dissociar as formas econômicas da dominação e da violência de suas formas políticas e militares. Tomadas em seu conjunto, as destruições ambientais e ecológicas e as agressões contra as condições de vida dos proletários são resultado dos efeitos cumulativos de mecanismos secretados pelo funcionamento, há décadas, do modo de produção capitalista e da dominação contemporânea, renovada e quase sem limites do capital financeiro (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.43,44).

Chesnais e Serfati (2003), com competência teórico/prática contribuem decisivamente em suas análises ao exporem os “fios condutores marxianos ou marxistas” (como sugere o subtítulo) de uma crítica renovada do capitalismo e de seus modos próprios de reprodução, mediante a apropriação reflexiva das vertentes fundantes desta crítica. Tendo em vista estas contribuições que nos aportam, compartilhamos aqui dos propósitos de “retornar aos fundamentos das relações sociais capitalistas” (ibid., p.40), inseridos no contexto civilizatório das consequências ambientais do modelo e organização voltada à acumulação de capital.

A análise e a discussão das questões relativas ao meio ambiente e as ameaças ecológicas cada vez mais prementes que pesam sobre as condições físicas e sociais da reprodução em partes determinadas do globo, se fizeram – e continuam ainda a se fazer muito largamente no exterior de uma referência forte a uma problemática marxiana e/ou marxista (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.45).

Segundo Chesnais e Serfati, a preocupação ecológica de Marx e da tradição marxista capitula até os fundamentos do modo de produção capitalista, compreendido enquanto causa da degradação ambiental expressa na sociedade moderna e tornada global na sociedade contemporânea. De acordo com Marx, “a produção capitalista só desenvolve a técnica (...) esgotando as duas fontes das quais jorram toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 1983 apud CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.49).

No contexto da tradição de pensamento marxista, Chesnais e Serfati apontam “um imenso atraso teórico e político a recuperar” (2003, p.45). Um dos fatores centrais desse atraso, diz respeito a emergência interpretativa enraizada numa “leitura



unilateralmente produtivista do trabalho de Marx e de Engels efetuada durante décadas” (ibid., p.46). Esse fator central se constitui enquanto uma “herança” do modelo de desenvolvimento produtivo e científico da sociedade capitalista moderna. Correligionario a esse desenvolvimento produtivo, a tradição marxista concebe, paradoxalmente, orientações e resultados infensos e à reprodução social do capitalismo. Porém, os autores atentam a seguinte configuração do desenvolvimento produtivo e científico, aportados na racionalidade capitalista:

A ciência, a tecnologia e as “formas de cultivar e de fabricar” ou, dito de outra forma, as formas das relações com a “natureza seriam para o socialismo ao mesmo tempo uma “herança” e um “trampolim”. Eles constituíram primeiro uma “herança” que o socialismo poderia aceitar, após inventário, mas um inventário bastante sumário. Em seguida, eles seriam “trampolim” a partir do qual a humanidade poderia avançar sem ter que realizar mais do que inflexões de rota e sem ter de gerenciar imensos estragos ao tentar reverter, pelo menos parcialmente, suas consequências. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.46)

Nesse sentido, de acordo com Chesnais e Serfati (2003, p.47), se faz necessário “reler Marx e Engels e utilizar essa leitura no contexto histórico atual”, para que se compreenda a crítica dos pensadores ao desenvolvimento reprodutivo do capitalismo e se recuse as abordagens acríicas de ecologia, em relação às formas civilizatórias de domínio social, nas diferentes fases do desenvolvimento capitalista. Trazer essas atribuições ao nosso contexto específico, significa, compreender e analisar a realidade social brasileira em relação às expressões da questão socioambiental, essa tarefa será ensejada, sumariamente, a partir da análise e apresentação de publicações sobre a questão, sob as bases da tradição marxiana e marxista, no contexto da literatura do Serviço Social brasileiro.

### 3.4 A indissociável relação entre crise ecológica e modo de produção capitalista: a análise crítica da questão ambiental sob a compreensão do Serviço Social

Refletir sobre a ecologia e as determinações da questão socioambiental, a partir da perspectiva teórica da tradição marxista, faz-se necessário ater-se aos conceitos de produção e reprodução social no intuito de se compreender o vínculo

indissolúvel existente entre a crise ecológica e o modo de produção capitalista moderno.

Fundamenta na perspectiva da crítica marxista, o Serviço Social na esfera da formação acadêmica, bem como em diferentes espaços da prática profissional, tem participado na construção desmistificadora que envolve a ecologia e as determinações da questão ambiental. No entanto, somos conhecedores que este caminho ainda é embrionário na constituição da profissão.

Vislumbrar o horizonte das produções sobre a crise ecológica e a questão socioambiental na área do Serviço Social e, além disso, encerrado ao campo teórico marxista, nos atribui a tarefa de selecionar as referências essenciais que pautam o debate. Uma tarefa dessa monta, está sempre suscetível a incorrer à parcialidade, circunscrita ao tempo-espaço desta discussão. Sob o alcance do exame crítico que lançamos, delimitamos a pertinência elementar de algumas produções bibliográficas em nível de tese de doutorado e de dissertação de mestrado, em nível de obras completas e de artigos científicos publicados nos principais veículos especializados da área, no contexto acadêmico brasileiro das últimas décadas.

A dissertação de mestrado de Mariluci N. Carelli (1992), intitulada *Os limites do Serviço Social: uma perspectiva crítica sob a ótica da ecologia política*, é um marco nas pesquisas e publicações do Serviço Social na área da Ecologia. O trabalho busca explicitar a necessidade de mudança de paradigma na relação do humano com a natureza, que possibilite um redirecionamento ecológico na intervenção do Serviço Social sobre a realidade, de modo multidimensional, compreendendo o impacto social e ecológico das crises contemporâneas para a sua atuação profissional (CARELLI, 1992, p.5). Para tanto, encontra na teoria sistêmica (ou pensamento complexo)<sup>33</sup>, os aportes teóricos a sua proposta. Através do viés da Ecologia Política, Carelli “procura mostrar que os conhecimentos devem se unir para melhor compreender a crise em que vivemos” (1992, p.87).

O trabalho de Carelli (1992), não pretende, segundo a autora, “propor modelos para serem seguidos pelo Serviço Social, mas simplesmente sugerir algumas pistas de análise da realidade onde a prática do Serviço Social é desenvolvida” (CARELLI, 1992, p.76,77). Apresentando uma síntese do sentido de Ecologia Política, Carelli (1992) considera que “a sua preocupação crucial são os excessos e lesões

---

<sup>33</sup> De acordo com o pensamento de Edgar Morin (1982), de Fritjof Capra (1982), entre outros.

provocados pela propagação tecnológica da sociedade urbano-industrial na natureza, na sociedade e na vida cotidiana dos indivíduos” (CARELLI, 1992, 85).

A concepção de Ecologia Política, de acordo com Carelli, “surge a partir da tomada de consciência da necessidade de cuidar da natureza para assim também garantir a continuidade de toda a forma de vida existente no planeta” (1992, p.81). O novo paradigma que emerge desse movimento de consciência, segundo Carelli (1992) é considerado

Um paradigma que concebe o homem como parte constituinte das diferentes formas de vida existentes no planeta. Essa tomada de consciência é, não só, da degradação da natureza, mas, principalmente de como se dá a nossa relação como o meio ambiente natural. Dessa forma, passamos a perceber que a degradação da natureza suscita e reflete o modo como estamos organizados em sociedade. Essa percepção faz emergir a consciência política portadora de uma *práxis* que se contrapõe à técnica manipuladora e depredadora. (CARELLI, 1992, p.81)

No excerto supracitado, a autora se refere ao sistema capitalista ao qualificar a sua técnica como manipuladora e depredadora. Essa técnica se expressa nos modos de produção vigorantes em nossa organização societária atual, em contraposição à uma concepção de mundo que imputa uma imbricação entre os níveis de ser, que, assim sendo, faz repercutir no social a degradação do meio ambiente natural e vice e versa. Tendo por base a análise crítica de Ramos (1981) à sociedade com o foco no mercado capitalista, Carelli (1992) compreende que “o modelo de alocação de recursos e mão-de-obra não leva em conta as exigências ecológicas e as capacidades de produção contemporâneas” (CARELLI, 1992, p.9).

Nesse contexto, a autora caracteriza a Ecologia como “um campo interdisciplinar [...] que trata dos problemas gerados pelo paradigma mecanicista-reducionista surgido depois da Revolução Industrial e do Iluminismo” (CARELLI, 1992, p.86). Essa concepção paradigmática se baseia numa racionalidade instrumental e busca a compreensão dos problemas complexos, a partir da redução elementar dos mesmos (Ibid., p.91).

Em busca de um redirecionamento ecológico para o Serviço Social, que leve em conta a cientificidade, método, postura e desafios para a sua concretização (CARELLI, 1992, p.155), Carelli (ibid.), ressalta a importância do Serviço Social no processo de superação do paradigma unicêntrico da ciência positivista moderna e,

consequente guinada ao pensamento da complexidade, “uma vez que a crise da ciência não se desvincula da crise do sistema de vida de nosso século. Ao Serviço Social cabe não apenas inserir historicamente a “questão social”, mas ultrapassar a ideia autocêntrica e sustentar-se da ideia bio-antrossocial” (CARELLI, 1992, p.165).

Considerando ainda, que o papel do Serviço Social é o de “provocar o desdobrar da consciência ecológica através da reflexão crítica sobre os problemas políticos contemporâneos” (ibid., p.167), a pesquisadora considera que o Serviço Social é portador de um papel fundamental na construção de uma nova sociedade e na elaboração de um novo paradigma, que rompa com o instrumentalismo na sociedade capitalista:

Cabe-lhe contribuir na análise e reflexão, junto com os sujeitos onde atuar, os valores inerentes à sociedade de mercado, provocando uma ruptura com o modo de vida burguês consumista. [...] Cabe, também, ao Serviço Social contribuir no processo de esclarecimento e organização das populações, tendo em vista a valorização sensata dos recursos naturais de cada comunidade e de cada ecossistema que as circundam (CARELLI, 1992, p.185).

Como pudemos constatar, Carelli (1992) imputa ao assistente social uma atribuição educativa para sua intervenção profissional, incumbente ao trabalho de esclarecimento e organização política junto as comunidades, o seu trabalho tem almeja uma mudança gradativa de hábitos e mentalidades, para que as ideias ecologistas ganhem concretude na realidade cotidiana.

Carelli (1992, p.187) salienta ainda que a transformação societária, em nível ecológico, tem o trabalho do assistente social como ponto de partida e, por isso, esse profissional deve sempre conceber criticamente o todo de seu processo de trabalho, desde aprofundamento teórico na análise, até a metodologia e prática de sua intervenção.

A obra *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social* de Maria das Graças e Silva (2010) também é considerada um marco nas discussões e produções do Serviço Social sobre a questão ambiental. São recorrentes as referências à essa obra na discussão posterior. Segundo Ferreira e Coelho:

O livro está dividido em três capítulos, o que trata do capitalismo e a destrutividade como relação de produção e reprodução da

“questão ambiental”, outro sobre as evidências da “questão ambiental” e as principais alternativas adotadas pelo Estado e classes sociais, por fim o terceiro que retrata a (in)sustentabilidade do desenvolvimento sustentável. (2015, p.1)

O livro acima referenciado, resultado da tese de doutorado (2008), é uma chave para a nossa discussão. Portanto, doravante, as inferências aos elementos centrais de uma crítica marxista, bem como ao tratamento da questão ambiental, na abordagem da autora, serão extraídas de sua tese.

Assim como a tese acima mencionada, utilizaremos, como guia nesse processo de mapeamento das produções: a dissertação de mestrado de Tatiane Pereira da Silva, intitulada *Questão socioambiental e suas inter-relações com o Serviço Social* (2016); bem como o artigo de Letícia Soares Nunes, intitulado: *A questão socioambiental e a atuação do assistente social* (2013). Outros artigos foram utilizados ao longo do texto como referência complementar à nossa exposição, na medida em que oferecem elementos históricos e teóricos para a discussão, no diálogo com a tradição de pensamento marxista e com os trabalhos elencados.

Assim, é proemial apresentarmos algumas definições conceituais que estabelecem um parâmetro de consenso e dissenso para a compreensão e desenvolvimento da discussão dos pares. Desse modo, a definição dos conceitos “questão socioambiental” e “crise ecológica” correntes na tradição marxista, nos parece uma tarefa que se agrega aos propósitos da presente discussão.

Ao recondicionar a questão socioambiental no horizonte do Serviço Social, Nunes (2013), apresenta definições fundamentais para a discussão entre as áreas comuns, compreendendo que “a questão socioambiental se expressa na denominada crise ambiental” (2013, p.212). Assim, faz-se necessário compreender como que esses dois polos conceituais são retroalimentados. Em relação à questão socioambiental, caracteriza-se como o “conjunto das manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza mediadas pelo trabalho humano” (SILVA, 2010, p.144 apud NUNES, 2013, p.212). A crise ecológica é caracterizada a partir da constatação de que “as consequências ambientais da acumulação no quadro da dominação mundial do capital financeiro tendem a materializar-se sob formas extremamente graves e num ritmo que acelera” (CHERNAIS; SERFATI, 2003 apud NUNES, 2013, p.200).

O Serviço Social, enquanto profissão e enquanto problematizador da dinâmica própria do modo de produção capitalista, se gesta dessas condições que, ao longo da história, toma formas e proporções distintas nas configurações que assume diante das demandas sócio-históricas. Nesse processo de “acolhida do movimento do real” (LUKÁCS, 2013), o complexo do ser social se deixa desvelar questões que demandam respostas analíticas e interventivas por parte do assistente social. De acordo com Giometti e Silva:

Com o advento da crise ecológica a partir da sua caracterização refletida pela questão socioambiental na contemporaneidade, desponta o Serviço Social que enquanto profissão não deve ficar alheio a esta questão, pois realiza as suas ações no bojo das questões inseridas no tecido das relações sociais, orientado por um projeto ético-político profissional que defende uma nova ordem societária para que garanta a liberdade dos sujeitos sociais a construírem sua própria história, através da emancipação humana, social e política. (2017, p.1)

Para além dos desafios impostos pelas novas determinações da profissão, ressaltamos a necessidade de discussão e problematização a partir dos fundamentos da temática ambiental. Nesse sentido, T.P. Silva (2016) objetiva investigar os fundamentos da questão socioambiental, para então compreender a consistência da atuação do assistente social na mediação da questão. Na discussão transversal, o Serviço Social é relegado à intervenção socioeducativa dos valores de sustentabilidade ditados pelas agências multilaterais e pelo estado. Seja na instituição de políticas ambientais, seja no entendimento mais amplo dos fundamentos de uma crise socioambiental, o assistente social, deve assumir o papel de intelectual na conceitualização e recondicionamento da questão, frente a reestruturação produtiva do capital. Segundo T. P. Silva

Hoje, os países vêm sofrendo os impactos do ajuste da reestruturação produtiva em torno das suas políticas sociais. No Brasil, as políticas públicas estão vivenciando mudanças adjuntas ao desmonte dos direitos democráticos promulgados na sua Carta Magna – Constituição Federal de 1988. Foram conquistas e lutas do povo brasileiro, mas que estão sendo espoliadas pela atual conjuntura política, econômica e social. (2016, p.51, 52)

Verificada a presença da análise crítica sobre as expressões da questão socioambiental (SILVA, T. P., 2016, p.15) no contexto da reestruturação produtiva do

capital, cujo coopta inclusive as concepções e as alternativas ecológicas ao seu mercado destrutivo de manipulações, a autora reafirma as atribuições da questão ao Serviço Social, bem como sua posição diante dos compromissos assumidos pela profissão em seu projeto ético-político, destacando que

O Serviço Social está apto a contribuir com ações emancipadoras e relevantes para as questões ambientais, e a exercer o papel de educadores e sensibilizadores de uma sociedade sustentável e justa. Neste universo, pode engajar este trabalho junto às equipes *multi* e interdisciplinares que, pela sua transversalidade de saberes, se tornam imprescindíveis para que haja ações efetivas. (SILVA, T. P., 2016, p.14, 15)

Os compromissos firmados com o projeto societário emancipatório, o qual destoa completamente do projeto burguês, firma, igualmente, a posição de T. P. Silva (2016) ao campo marxista de análise, o que ocorre, também com a contribuição teórica de Nunes (2013). Porém, quando atemos à contribuição de Nunes, o autor entende que há um campo de análises diferenciadas entre as concepções marxistas que trata do tema ecologia. Assim, para os autores acima citados, as contribuições da literatura do serviço social,

Buscam-se no marxismo elementos que auxiliem a desvendar a complexidade na qual se insere a temática, por considerar esta interlocução a mais frutífera para uma leitura radical das manifestações da questão socioambiental, que é inscrita como parte dinâmica da sociedade do lucro. Sinaliza-se que há autores, como Chesnais e Serfati (2003), que afirmam que as formulações dos pensadores clássicos da área social, oriundos dos séculos XVII, XVIII e XIX, dentre eles Marx, não podem ser definidas como ecológicas. Também autores como Löwy (2005), Foladori (2001) Foster (2005, p. 38) postulam que Marx em sua obra está “inextricavelmente atrelado a uma visão de mundo ecológica” (NUNES, 2013, p.197).

No sentido de uma análise centrada no papel do trabalho para a reprodução da vida social humana, bem como de seu papel regulador do metabolismo entre o humano e o natural, Nunes (2013) considera a finalidade acumulativa do capital contraposta à atividade humana com a finalidade da satisfação de suas necessidades,

pois, nesse contexto, a humanidade se encontra alienada de seus meios de vida, uma alienação na relação do humano com a natureza, operada mediante o trabalho. Para Nunes:

No atual sistema de produção, rompem-se os laços entre o trabalhador e seus meios de vida – o que gera quebras de equilíbrio metabólico – , visto que a satisfação das necessidades humanas não é o fim último, mas sim o meio para se obter lucro e acumular capital. Essas quebras de equilíbrio metabólico ou “fratura metabólica”, como Marx denominava, expressa a alienação entre o homem e a natureza que se dá pela especificidade do trabalho e de toda a cadeia produtiva quando desenvolvidas no sistema capitalista (2013, p.198).

Para Nunes (2013), ao objetivar a reflexão sobre as “possibilidades de atuação do assistente social” (p.196) no contexto da questão socioambiental, tem como pressuposto a vinculação entre as manifestações da questão ambiental e o modo de produção capitalista (ibid.p.197). Tal pressuposto corrobora com a concepção de Chesnais e Serfati (2003), de que a destruição social e ambiental são “condições” da reprodução metabólica do capitalismo. Fortalecendo e ampliando a contribuição de Nunes para o Serviço Social na discussão socioambiental, encontramos a produção de doutorado de Silva (2008).

Em sua tese de doutorado (2008), M. G. Silva, traz o debate de como as ações que se atribuem ao Serviço Social nesse horizonte socioambiental é efetivado sob a contribuição crítica. No entanto a autora sinaliza o quanto a presença da análise idealista prejudica a formação e a intervenção do profissional assistente social, pois a abordagem idealista não dá

Conta de apreender a problemática ambiental em sua totalidade, remetendo-a, via de regra, ao orbe das posturas individuais, às ações humanas indiferenciadamente, apartando-as de suas determinações intrínsecas: o sociometabolismo do capital e sua lógica destrutiva (SILVA, M.G., 2008, p.16).



Ao situar a crise civilizatória (de cunho social e ecológico), efetiva na sociedade atual, M. G. Silva atenta para a relação binominal que se expressa na dinâmica organizativa da sociedade sob o regime produtivo capitalista: a produção de mercadorias é acompanhada pela destruição do meio ambiente (2008, p.16). Assim como Nunes (2013), em referência a Marx, M. G. Silva (2008) trata a questão da “falha metabólica” como resultante dos processos de produção e reprodução do capitalismo, de modo a evidenciar que:

A apropriação dos recursos naturais e sua conversão em mercadoria, assim como a exploração do trabalho humano com idênticos fins, resulta no aprofundamento da “falha metabólica”, identificada por Marx (1996). Ao discutir os desdobramentos que a grande indústria provoca na agricultura e nas condições sociais, este autor refere-se a constantes perturbações ao metabolismo entre sociedade e natureza, os quais se manifestam como crescente alienação e destrutividade (SILVA, M.G., 2008, p.18).

Segundo M. G. Silva (2008), em acordo com Mészáros (2002)<sup>34</sup> a destrutividade se constitui enquanto uma característica fundamental da produção capitalista e, de modo geral, de sua relação com a natureza. Segundo Mészáros, o “desperdício” das bases materiais e a “obsolescência planejada” das mercadorias (ibid.p.670), são elementos determinantes da produção capitalista do excedente econômico. Mediante a manipulação do trabalho, de seus objetos e controle do produto, os determinantes do fator de destrutividade são colocados em movimento, como denota a autora:

Sendo a destrutividade uma tendência do sociometabolismo do capital, nos estágios mais avançados de seu desenvolvimento histórico exacerbam-se tais condicionantes, tornando-se evanescentes todas as práticas produtivas que valorizem a durabilidade das mercadorias, ainda que isto se faça em detrimento da qualidade das mesmas, de tal maneira que a instituição do

---

<sup>34</sup> Cf. Mészáros (2002). Em termos de introdução do capítulo 15 de *Para além do capital*, o autor trata da questão da “vida útil das mercadorias” e da “produção generalizada do desperdício”. Em passagem, adverte: “a tendência à geração de desperdício não é um “desvio” em relação ao “espírito do capitalismo” e em relação aos idealizados “sensatos princípios econômicos”” (MÉSZÁROS, 2002, p.634).

desperdício não constitui uma anomalia ou excrescência do sistema, mas sua determinação imanente (SILVA, M. G., 2008, p.46).

Apesar da longa gestação da crise ecológica, já expressa no capitalismo industrial moderno, M. G. Silva (2008, p.19) ressalta que as alternativas de enfrentamento da manifesta questão, esboçadas na década de 1970, adquire relevo na agenda pública mundial somente na década de 1990. Nesse horizonte, o ideário do Desenvolvimento Sustentável, imite-se, segundo M. G. Silva, como uma estratégia unânime de enfrentamento das expressões da questão ambiental. Seus ideólogos e os segmentos sociais correligionários, “mobilizados em torno do desafio de compatibilizar crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e social” (ibid., 19), se esforçam para postular a sustentabilidade como um “princípio ético” que, em teoria, coloca em xeque tanto o modelo de desenvolvimento capitalista, quanto o desenvolvimento socialista, mas, que, na prática, presta-se como “mecanismo de controle da relação sociometabólica do capital” (ibid., p.19).

Em relação à crítica de M. G. Silva (2008) à concepção de desenvolvimento sustentável, bem como as ações atribuídas aos Assistentes Sociais no horizonte de sua conversão em “programa de ação” inserido na agenda pública, a concepção é entendida enquanto uma alternativa adotada pelos segmentos da sociedade (estado, classes sociais) no “processo de administração” da “questão ambiental” (ibid., p.118). Segundo M. G. Silva (2008), as “saídas técnicas” da alternativa de desenvolvimento sustentável, no contexto da “produção destrutiva” do capitalismo, contribuem em grande medida para a instauração de um “mercado de reparações” em termos ecológicos (SILVA, 2008, p.61). Enfatizando que o “mercado de reparações” é uma saída paliativa para dar respostas à crise ecológica, porém, é o máximo que o projeto societário burguês tem apresentado aos movimentos sociais, sindicais e partidários que estão envolvidos com a temática.

Em análise, M. G. Silva (2008) realça a perda da dimensão ontológica da totalidade no discurso do desenvolvimento sustentável, na medida em que retira de questão os determinantes histórico-sociais da “questão ambiental”. Assim sendo, as atribuições de enfrentamento da questão passam pelas vias de “mudanças atitudinais” na produção, no consumo e, sobretudo, na “base técnica” da organização social, transferindo para o indivíduo a responsabilidade de atuar na sociedade.

Uma análise histórico-social da “questão ambiental” promove a distinção conceitual e crítica dos elementos e determinantes centrais que envolvem os desdobramentos hermenêuticos e normativos no movimento da história, bem como a tendência política e axiológica que assumem no âmbito da sociedade. Nesse sentido, M. G. Silva (2008) nos esclarece que:

Para o campo marxiano não se trata de uma “crise ecológica” em si mesma, visto que não é o ambiente natural que se encontra em crise, mas o sistema do capital, o que faz recair sobre os trabalhadores e sobre a própria natureza as mazelas de sua dinâmica crescentemente predatória. Neste caso, - malgrado ser destacada a importância de reformas - só a superação da sociedade do capital poderá lançar bases para a superação da crise ambiental (2008, p. 64).

O trabalho teórico de M. G. Silva (2008), adverte que o estabelecimento da sustentabilidade, enquanto um princípio ético que prescreve a responsabilidade socioambiental como uma exigência para o desenvolvimento produtivo de uma sociedade, não coloca, entretanto, em questão o regime de produção desse desenvolvimento. Munida de um projeto ético-político reestruturador da produção capitalista, a sustentabilidade revela-se correligionária da lógica e do *ethos* burguês.

Não objetivamos aqui, operar uma análise sobre os antagonismos inerentes à concepção de sustentabilidade<sup>35</sup> a notação de que a questão ambiental entra na pauta política através do estabelecimento dos princípios de sustentabilidade como norteadores do desenvolvimento produtivo de uma sociedade, se faz suficiente aos nossos propósitos. A questão elementar, proposta por M. G. Silva (2008), de localização ontológica das determinações da questão ambiental (cf. SILVA, 2008, p.22), no quadro das consequências ecológicas da produção capitalista, encontra os seus fundamentos no modo de produção capitalista, traçando assim, um paralelo preciso com nossa súmula e oferecendo um subsídio elementar para a catalogação das produções norteadas pela perspectiva da crítica marxista no Serviço Social.

Tendo em vista os aportes teóricos apresentados pelas autoras, Carelli (1992), Nunes (2013), Silva (2008) e T. P. Silva (2016), ressalta-se a existência do

---

<sup>35</sup> Visto que já dedicamos o tópico 3.2 deste capítulo à análise das configurações do desenvolvimento clássico e do desenvolvimento sustentável face à questão socioambiental.

vínculo entre a análise crítica do Serviço Social e a dinâmica própria do modo de produção capitalista, compreendendo que a crise ecológica é uma questão que está nas bases das suas relações sociais, coadunando natureza e produção à destrutividade mútua. Nesse sentido, a identificação, ainda que sumária, dos elementos teóricos pertinentes à tradição de pensamento marxista, nos dão aportes para uma análise ecológica crítica e consciente das determinações da crise que se configura na sociedade atual. Assim sendo, buscamos, tal-qualmente, no horizonte da questão ambiental, identificar as atribuições dadas aos assistentes sociais, bem como, as alternativas postas pelo Serviço Social, na análise e na intervenção.

Consequências determinantes e causalidade se consubstanciam na materialidade da crise ecológica e colocam uma questão concreta à sociedade que a gestou. A análise e a intervenção sobre estas expressões refratadas nas condições de vida em sociedade, é uma tarefa desafiadora que evoca a atuação profissional do assistente social. Por conseguinte, desponta na realidade social como um determinante das relações humanas, que requer uma dinâmica e ampliada capacidade de respostas por parte dos teóricos e profissionais da grande área das ciências humanas e sociais, que contemplam a sociedade em suas reflexões e investigações analíticas.

É diante dessas consequências, que aterram as condições materiais da vida natural e da vida social, que se formulam as concepções sobre o processo que a produziu e sobre a forma social determinante das relações de vida e produção que sedimenta a “fratura” na interação metabólica que permeia a reprodução interdependente da vida, em seus distintos níveis de ser. O entendimento de que a forma social capitalista está nos fundamentos da crise ecológica se estabelece como o pressuposto ecologista que firma a posição revel da crítica marxista diante das formulações teóricas e regimentais que estabelecem os parâmetros do desenvolvimento econômico capitalista, orientado por uma gestão socioambiental das modalidades produtivas, de modo a garantir a sustentabilidade e o equilíbrio do sociometabolismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo a sociedade capitalista moderna como ponto de partida e os desafios atuais como termo, intentamos uma investigação sobre os aportes analíticos oferecidos por Marx e pela tradição de pensamento marxista sobre as configurações da crise ecológica na sociedade capitalista. Do mesmo modo, apresentamos os elementos conceituais e técnico-operacionais que norteiam a intervenção profissional do assistente social no enfrentamento da questão ambiental, bem como os compromissos assumidos e os desafios que a questão coloca aos profissionais. A discussão que apresentamos sobre os fundamentos da crise ecológica, bem como a sua expressão socioambiental na sociedade capitalista, foi constituída por quatro momentos centrais.

O primeiro passo que demos na análise foi o estudo sobre os (1) fundamentos ideo-teóricos da racionalidade burguesa moderna em sua relação com a natureza: acompanhando um processo, marcado pela concepção positivista de sociedade, que vai desde a instituição de princípios formais da ação moral, até o irracionalismo em relação ao conhecimento e à dinâmica histórica e dialética do desenvolvimento da sociedade. Essa mentalidade, em seu processo, está nas bases do estabelecimento da lógica organizativa de produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Nessa etapa do processo, delimitamos o horizonte sócio-histórico de irrupção da “questão social” como o contexto sob o qual problemática se desenvolve. O problema norteador dessa pesquisa fundeia dois eixos centrais, quais sejam: se a ruptura metabólica gerada pela sociedade capitalista industrial é uma das maiores contradições na tríade do ser; e se a crise ecológica, decorrente da relação entre o social e o natural, pode ser entendida enquanto uma consequência ou está nas bases do projeto e modo de produção capitalistas. Doravante, em retro visão, temos condições analíticas de dimensionar mais claramente os passos em direção às respostas que ensejamos. Assim sendo, compreendemos que os dois eixos da questão retroalimentam uma possível resposta. No contexto da segunda revolução industrial (século XIX), a “questão social” desponta como a consequência imediata do regime de produção capitalista nas condições de vida da sociedade. A aumentada

capacidade de geração de riquezas defrontada com o conseqüente aumento da pobreza em sociedade, coloca em evidência a contradição fundamental do capitalismo: a contradição entre capital e trabalho. Na medida em que o modo de produção capitalista desequilibra o metabolismo comum entre o homem e a natureza, pautado na transformação e exploração em massa da base material, podemos compreender, ao nível da tríade dos seres, uma ruptura metabólica em crescimento exponencial ao longo dos últimos dois séculos.

O trabalho, entendido enquanto atividade fundante e categoria central do ser social, exerce um papel fundamental na reprodução do metabolismo comum entre o social e o natural. Em contradição com o capital e o seu modo próprio de produção, o potencial transformador e regulador do trabalho é negado. Se as relações de exploração da base material e da força de trabalho, bem como a apropriação privada do produto do trabalho socialmente produzido é instituída como base do regime social de produção do capitalismo, então podemos afirmar que a crise ecológica decorrente da ruptura e negação dos níveis de ser, se assenta sobre a base que o fundamenta: a contradição entre capital e trabalho.

O estabelecimento social da lógica capitalista, põe em movimento as engrenagens de seu modo próprio de ser, imputando, por assim dizer, os (2) fundamentos materiais das relações sociais de produção e controle privado. Esse momento é marcado pela negação do papel do trabalho na regulação das relações do homem com a natureza. As conseqüências da sociabilidade do capital se deixam desvelar na “falha” operada no metabolismo comum entre a sociedade e a natureza. Tais conseqüências se manifestam nas condições objetivas de vida dos homens sob a forma de “sequelas” de um amplo espectro.

Sob a configuração de uma crise civilizatória, as expressões de miséria e degradação se tornam evidentes na vida social e no ambiente natural da sociedade vigente. A (3) irrupção das manifestações da crise ecológica, marca o momento de inserção da problemática ecológica nas discussões políticas sobre o desenvolvimento da sociedade, pontuando os custos socioambientais da produção, bem como das condições materiais da reprodução sociometabólica da sociedade capitalista.

Expressa uma questão na análise da realidade social, a problemática ambiental se insere na pauta das políticas sociais, entendidas, segundo Nunes (2013), enquanto “um mecanismo de reparação e preservação do meio ambiente” (NUNES, 2013, p.200). Nesse processo de consenso sobre a urgente necessidade e o valor social da preservação ambiental, o conjunto especializado da sociedade civil projeta as (4) estratégias de enfrentamento da questão ambiental. Desse conjunto, salienta-se o paradoxal protagonismo que os organismos multilaterais vêm desempenhando no debate da questão: influenciando as diretrizes políticas e econômicas do desenvolvimento social, todavia, direcionando as políticas sociais aos “ajustes estruturais dos países periféricos” (ibid., p.200).

As relações sociais capitalistas são erigidas, desde de suas bases genéticas, em relações coloniais de produção e controle. Mantidas em sua metamorfose imperialista, a estrutura de desigualdade social garante o domínio político e o desenvolvimento econômico dos centros capitalistas, custeados pela exploração do trabalho e dos recursos naturais e, conseqüente, dependência econômica por parte dos países periféricos. Assim sendo, o desenvolvimento capitalista se caracteriza pela heterogeneidade das condições globais de vida em sociedade.

Ao refletirmos sobre a crise ecológica desde a perspectiva dos fundamentos do modo de produção capitalista, que integra e globaliza as manifestações sociais negativas, decorrentes da contradição fundamental entre capital e trabalho, somos constrangidos a contemplar toda a teia de implicações problemáticas que afetam a vida em sociedade. Essa urdidura social, produzida nas linhas industriais do capitalismo, comporta a questão ambiental de modo indissolúvel à questão social, que irrompe na modernidade e configura as condições objetivas da vida humana e da vida natural na trama do modelo societário vigente.

O surgimento da questão ambiental é consonante com o advento da segunda revolução industrial no século XIX, sendo que o enlace dessas novas expressões e determinações sociais foram, na tecedura da história, gestando um processo de degradação da consciência e da natureza. Mediante a análise e a compreensão desse processo, constatamos que a crise ecológica contemporânea é uma das expressões fundamentais da sociedade capitalista.

Tal crise não se limita às expressões efetuais da produção capitalista industrial. Pensá-la a partir de sua consideração enquanto fundamento significa nos lançar em busca dos elementos teóricos que alicerçam a ideologia burguesa. Nessa busca, tanto no âmbito da concepção, quanto no âmbito ético da relação entre a produção capitalista e a natureza, identificamos perdas ontológicas consideráveis. Assim sendo, a articulação de um processo que parte da compreensão de natureza e encontra a sua realização nos modos de produção, aporta nos desafios atuais da questão ambiental sob a égide do regime de produção capitalista.

A abordagem ontológica que ora assumimos, se objetiva na escolha do processo sócio-histórico ao invés da estratégia teórica formalista de conceitualização das categorias que envolvem a questão ambiental. Tendo o processo em vistas, somos impossibilitados de isolar as categorias de seu complexo imbricado. É no âmbito desse complexo que pensamos a articulação entre os níveis do ser, que compõe a totalidade ontológica da vida.

Identificamos ainda, que a negação da articulação entre os seres se constitui enquanto um alicerce da sociabilidade, lógica e pragmática, do capitalismo que, ao negar os níveis de vida e a práxis criadora, impossibilita a própria ontologia. Fundada numa teleologia pragmática (lucro como fim), sem bases éticas e ontológicas, a concepção capitalista opera a realidade mediante a lógica da espontaneidade. Carente da compreensão do processo, esse modo de produção, nega o salto ontológico, responsável pelo redimensionamento causal de um nível a outro do ser, onde o ser social encontra na práxis transformadora o seu modo de ser. Os modos operacionais da produção capitalista, ao separar o produtor de seus instrumentos, ou ainda, o produto de seu trabalho de seu controle, elimina as condições necessárias para a ação ética fundante do ser social, ação que exige liberdade e autonomia na escolha dos fins e meios necessários para a ação e o pensamento humano.

Diante desse quadro, e dos argumentos apresentados, refletir sobre um projeto ecológico de sociedade, significa refletir sobre um projeto societário que supere o projeto e o regime de produção capitalista. Nesse sentido, primeiramente, temos a incumbência de fortalecer um projeto de sociedade que expresse as necessidades motrizes e as finalidades postas a que aspiram a atividade humana, para que se restabeleça a interação equilibrada do sociometabolismo que permeia a produção e a reprodução da vida na relação do homem com a natureza.



Somente a partir desse restabelecimento, teremos a possibilidade de criar as condições necessárias para resgatar a gênese criadora da atividade humana: o trabalho, que confere significação e autodetermina o modo particular de ser do homem. O fatalismo inerente à compreensão de que a tendência destrutiva do capitalismo possa atingir níveis irreversíveis de extermínio, num âmbito global, é compartilhado por uma espécie de otimismo, centrado nas possibilidades de transformações radicais no modo de se relacionar com a natureza, para além dos limites do capital. Nos dois casos, se evidenciam a complexidade dos desafios que se colocam a realidade social.

A sociabilidade capitalista se opõe e nega a atividade fundante da sociabilidade humana, estabelecendo um modelo coercitivo determinante da atividade humana em sua finalidade. Os caracteres criativos e transformadores do trabalho são, na produção, submetidos à operação instrumental e espontânea da atividade humana para a reprodução manipulatória das relações sociais capitalistas: a apropriação generalizada, reificada e fetichizadas da base material, constitui e dá forma à riqueza, e o desenvolvimento de uma “produção destrutiva”, como expressão da autorreprodução do capital, passa a servir de meio para a efetivação de sua lógica de acumulação e “práticas perdulárias” (MÉSZÁROS, 2002, p.631). Estabelecida e legitimada nas relações sociais, os modos de vida e produção sob a égide capitalista, engendra um sociometabolismo próprio na determinação relacional do homem com a natureza.

A perda da dimensão humana nas relações sociais permeia e promove o *ethos* alienante do capital, na medida em que explora características fundantes do modo social de ser como se fossem inatas, independentes da ação. Ao abstrair as circunstâncias materiais envolvidas na realização dessas características mediadoras das relações, e recorrer às determinações morais previamente fixadas, se determina também o caráter e o valor moral do humano, fixando, por assim dizer, uma natureza, uma essência realizada, num ser ainda em realização.

Desse modo, a atividade humana passa a ser um critério para avaliar a adequação ou inadequação com os princípios pré-estabelecidos pela lógica capitalista. A ação, sob este domínio, passa a ser carente de autonomia, pois não serve mais ao desenvolvimento constante de sua humanidade, de sua sociabilidade:

características que não podem ser entendidas como qualidade dadas, são antes descobertas e construídas a partir de uma ação que consubstancia a transformação da realidade. Esse processo acontece circunscrito às condições materiais e têm elas por base.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Tradução: Alfredo Bosi e Maurice Cunio. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1962.
- ARON, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Martins fontes, 2008.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e a perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução: Antonio Monteiro Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CARELLI, M. N. Os limites do Serviço Social: uma perspectiva crítica sob a ótica da Ecologia Política. UFSC: dissertação de mestrado, Florianópolis, SC, 1992. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76821> Acessado em 13/02/2021.
- CARMO, R; ARAÚJO, S. *A governança para gestão dos efeitos do desastre em Mariana: avanços, dificuldades e desafios* (p.10- 32). In: CIRNE, M.; LEUZINGER, M. [et.al.]. *Direito dos desastres: meio ambiente natural, cultural e artificial*. Brasília: UniCEUB: ICPD, 2020. Disponível em: <https://www.ufmg.br/mhnbj/wp-content/uploads/2017/02/Vol24n1.pdf> Acessado em 03/11/2020.
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CEPAL. La matriz de la desigualdad social en América Latina: un tema clave para el desarrollo sostenible. Reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre Desarrollo Social de América Latina y el Caribe. Santo Domingo, 2016. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40668-la-matriz-la-desigualdad-social-america-latina> .Acessado em 01/03/2018.
- CHESNAIS, F; SERFATI, C. *“Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas*. Crítica Marxista. São Paulo, n.16, Editora Boitempo, 2003. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/16chesnais.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/16chesnais.pdf) Acessado em 20/06/2020.
- CLAUDINO-SALES, V. *Riscos socioambientais no norte do país: incêndios na amazônia brasileira*. In: Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), v. 21, n. 3, p. 22-32, 7 dez. 2019. <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/655/512> Acessado em 20/08/2020.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Estruturalismo e Miséria da Razão* (capítulo I). Posfácio de José Paulo Netto. --2. ed.-- São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DATHEIN. Inovação e Revoluções industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX. Publicações DECON Textos Didáticos DECON/UFRGS, Porto Alegre, Fevereiro de 2003.  
<http://www.ufrgs.br/decon/> acessado em 02/02/2020.

DIAS, M. *O conceito de ética para Marx e Engels*. Dialectus, n. 3, p. 134–145, 2016. Disponível em <file:///C:/Users/ALDERB~1.PRA/AppData/Local/Temp/253-655-1-PB.pdf> . Acessado em 10/11/2018.

DUARTE, R. A. P. *Marx e a Natureza em O Capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

FARIA, J. *Por uma teoria crítica da sustentabilidade*. In: NEVES, L. (Org.). *Sustentabilidade: anais de textos selecionados do V Seminário sobre sustentabilidade*. Curitiba: Juruá Editora, 2011. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/17796/15172> Acessado em 02/08/2019.

FERREIRA, M; COELHO, R. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Revista Moitará, v.1, n.1, 2015. Disponível em <file:///C:/Users/ALDERB~1.PRA/AppData/Local/Temp/3028-7422-1-PB.pdf> Acessado em 03/11/2020.

FERREIRA, N. T. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIABANI, A. *Comunidades negras Quilombolas: a agonia de um movimento social abandonado pelo estado*. Caruaru, PE: Revista Debates Insubmissos [ n°8, jan/abr], 2020. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/244492/35080> acessado em 03/05/2020.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. 4ª edição. Tradução de Maria Teresa Machado. RJ: Civilização Brasileira, 2014.

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIOMETTI, A.; SILVA, T.P. *O Serviço Social frente a questão socioambiental: reflexões acerca do trabalho profissional*. In: Anais do Congresso de Serviço Social da UEL, Londrina, PR, 2017. /disponível em <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/128205.pdf> Acessado em 22/09/2019.

*GLOSSÁRIO DE ECOLOGIA*. Academia de Ciências do estado de São Paulo/CNPQ/FAPESP/Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Tecnológico. São Paulo: Publicação ACIESP (n° 103, 2ed.), 1997.

GUERRA, Y. *Direitos sociais e sociedade de classes: o discurso do direito a ter direitos*. In.: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Serviço

Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. *A questão social no capitalismo*. Revista Temporalis. Nº. 3, ABEPSS, 2001.

INWOOD, M. *Dicionário Hegel*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

KOURY, M. Antropologia e situações-limites: neoliberalismo e pandemia. In: Revista DILEMAS – Reflexões na pandemia : Rio de Janeiro, 2020. Disponível em [file:///C:/Users/ALDERB~1/PRA/AppData/Local/Temp/KOURY-Antropologia\\_e\\_situacao-limite.Reflexoes-na-pandemia.pdf](file:///C:/Users/ALDERB~1/PRA/AppData/Local/Temp/KOURY-Antropologia_e_situacao-limite.Reflexoes-na-pandemia.pdf) Acessado em 23/07/2020.

LATOUR, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LESSA, S. *O método e seu fundamento ontológico*. In: Conhecimento e Sociedade: ensaios marxistas. Org. Carlos Montañó, Rogério Lustosa Bastos; revisão Lia Urbini. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

\_\_\_\_\_. O reflexo como “não-ser” na ontologia de Lukács: uma polêmica de décadas. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo26Artigo5.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo26Artigo5.pdf) Acessado em 22/05/2019.

LE TOURNEAU, F. O governo Bolsonaro contra os Povos Indígenas: as garantias constitucionais postas à prova. *Revista franco-brasileira de Geografia* [nº 501], 2019. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/22413> Acessado em 20/02/2020.

LÖWY, M. *Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo*: um ponto de vista ecossocialista. *InterfacEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, 2006. Disponível em <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Margem-14-M-Lowy.pdf> Acessado em 20/06/2018.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução de Ivo Tonet, Nélio Schneider e Ronaldo V. Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Princípios fundamentais da Ontologia de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. O Capital. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1975.

\_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. Tradução de Nélío Schneider e Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010.

MANDEL, E. A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista. Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1990.

MATOS, A.; TEIXEIRA, R.; TAVARES, F. [et. Al.]. Processo produtivo da bauxita e da alumina: impactos socioambientais, formas de mitigação e o caso de Barcarena, Pará, Brasil. *Brazilian Journal of Development: Curitiba*, v. 6, n. 5, maio de 2020. [www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/10399/8691](http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/10399/8691) Acessado em 10/07/2020.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea*. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo/Brasília: Edunesp/NEAD/MDA, 2010.

MEDEIROS, J.L. *Lukács e Marx contra o “ecologismo acrítico”: por uma ética ambiental materialista*. *Revista Economia e Sociedade* v.22 nº 2. Campinas, agosto de 2013. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642188>

MÉSZÁROS, István. *A necessidade do controle social*. TRADUÇÃO DE Mário Duayer. Ensaio: São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Teoria da Alienação em Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002.

NETTO, J. P. *Cinco notas a propósito da “questão social”*. *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, grafine, 2001.

\_\_\_\_\_. *Reconceituação do Serviço Social 40 anos depois*. *Serviço Social & Sociedade* nº 84, Ano XXVI São Paulo, Cortez Editora, 2005.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

NUNES, L.S. *A questão socioambiental e a atuação do assistente social*. *Revista Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 12, n. 1, p. 196 - 212, jan./jun. 2013. Disponível em [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_40\\_art\\_9\\_Nunes.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_40_art_9_Nunes.pdf) Acessado em 20/04/2018.

PANIAGO, M. C. S. *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. – 2 Ed. - São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PENA, P. G. L.; NORTHCROSS, A. L.; LIMA, M.A. G.; RÊGO, R. C. F. Derramamento de óleo bruto na costabrasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 2, p. 2 –5, 2020. Disponível em [file:///C:/Users/ALDERB~1/PRA/AppData/Local/Temp/Derramamento\\_de\\_oleo\\_bruto\\_na\\_costa\\_brasileira\\_em\\_.pdf](file:///C:/Users/ALDERB~1/PRA/AppData/Local/Temp/Derramamento_de_oleo_bruto_na_costa_brasileira_em_.pdf) Acessado em 02/09/2020.

PEREIRA, Potyara. *Perspectivas teóricas sobre a questão social no serviço social*. In: *Revista Temporalis*. Brasília, v.7, 2003. P. 112-122.

PORTO, A. H.; SOUZA, M. F. *Território, ecologia política e justiça ambiental: o caso da produção de alumínio no Brasil*. e-cadernos ces [Online], 17 | 2012, colocado online no dia 01 setembro 2012, consultado a 22 agosto 2018. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1109>;DOI: 10.4000/eces.1109). Acessado em 15/08/2018.

SILVA, M. G. *Capitalismo contemporâneo e “questão ambiental”: uma análise sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável*. UFPE: Tese de doutoramento Recife, 2008. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9370/1/arquivo376\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9370/1/arquivo376_1.pdf) Acessado em 14/05/2019.

\_\_\_\_\_. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. G.; RAFAEL, P. R. B. A “questão ambiental” e Serviço Social no Brasil: uma curta história, novos desafios profissionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12 (Anais): Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, T. P. *Questão socioambiental e as suas inter-relações com o Serviço Social*. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2016. Disponível em [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144584/silva\\_tp\\_me\\_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144584/silva_tp_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y) Acessado em 06/08/2018.

SIQUEIRA, L. Desenvolvimento e Pobreza: uma análise crítica. In: *Revista Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n.24, p. 353-384, jul./dez. 2012.

TRINDADE, J.D. *História social dos direitos humanos*. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2011.

VILLAS-BÔAS, R. De escombros a alicerces: liames entre o passado e o presente do neofascismo bolsonarista. *Marxismo 21* (blog), 2020. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Rafael-Villas-B%C3%B4as-De-escombros-a-alicerces.-De-escombros-a-alicerces.-Liames-entre-o-passado-e-o-presente-do-neofascismo-bolsonarista.pdf> Acessado em 20/06/2020